



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

João Manuel Santos Leite

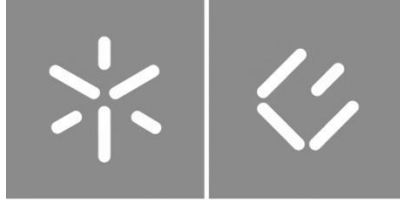
**A TURQUIA NO MEDITERRÂNEO
ORIENTAL: A DISPUTA PELOS RECURSOS
ENERGÉTICOS**

**A TURQUIA NO MEDITERRÂNEO ORIENTAL:
A DISPUTA PELOS RECURSOS ENERGÉTICOS**

João Manuel Santos Leite

UMinho | 2022

outubro de 2022



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

João Manuel Santos Leite

**A TURQUIA NO MEDITERRÂNEO ORIENTAL:
A DISPUTA PELOS RECURSOS
ENERGÉTICOS**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação da

**Professora Doutora Maria do Céu de Pinho Ferreira
Pinto Arena**

outubro de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

À minha família que me ajudou ao longo de todo o processo,

Aos meus amigos pela partilha de ideias,

À minha Orientadora, Professora Doutora Maria do Céu de Pinho Ferreira Pinto Arena,

A todos que me acompanharam e me incentivaram,

Obrigado

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A Turquia no Mediterrâneo Oriental: a disputa pelos recursos energéticos

Resumo

Nos últimos anos o Mediterrâneo Oriental, tem assistido a uma intensa disputa pelos novos recursos energéticos, nomeadamente o gás natural, com a Turquia a competir por ele, com vários Estados da região. No entanto, as políticas adotadas pelo governo turco, originaram a cooperação energética entre os seus vizinhos, como o Chipre, Grécia, Israel e Egito, ficando destacado o isolamento turco na região e no *Eastern Mediterranean Gas Forum*. A celebração de acordos com o governo líbio, redesenhou as fronteiras marítimas da região, fomentando ainda mais, a competição pelas novas fontes energéticas. O isolamento turco, ficou demonstrado com o apoio do Mundo ocidental, aos países rivais da Turquia, transferindo a sua influência para o Mediterrâneo Oriental. Esta investigação tem como objetivo perceber a posição da Turquia na região, e de como a assinatura do *Memorandum of Understanding* com o governo líbio, intensificou as disputas energéticas na região.

A disputa pelas fontes energéticas, será analisada através do Neorrealismo, principalmente com a adoção turca de uma nova Política Externa, a *Blue Homeland*, na implementação de estratégias de cariz ofensivo e na celebração de acordos de delimitação marítima. De acordo com o sistema internacional, a perspectiva Neorrealista ofensiva, está centrada nas decisões da Turquia, de tentar concretizar os objetivos de obter acesso às fontes energéticas, à diversificação energética, à segurança energética e assegurar a hegemonia regional. Esta teoria possibilita compreender as estratégias da Turquia, como o uso da intimidação, a manipulação, destacamento de forças militares e navais na região. O Neorrealismo ofensivo pode ser confirmado como a teoria dominante na evolução da posição turca na região.

Palavras-Chave: Eastern Mediterranean Gas Forum; Gás Natural; Memorandum of Understanding; Neorrealismo; Turquia

Turkey in the Eastern Mediterranean: the dispute over energy resources

Abstract

In recent years, the Eastern Mediterranean has witnessed an intense dispute for new energy resources, namely natural gas, with Turkey competing for it, with several states in the region. However, the policies adopted by the Turkish government led to energy cooperation between its neighbors, such as Cyprus, Greece, Israel and Egypt, highlighting the Turkish isolation in the region and in the Eastern Mediterranean Gas Forum. The conclusion of agreements with the Libyan government, redesigned the maritime borders of the region, stimulating even more, the competition for new energy sources. Turkish isolation was demonstrated with the support of the Western World, to Turkey's rival countries, transferring its influence to the Eastern Mediterranean. This investigation aims to understand Turkey's position in the region, and how the signing of the Memorandum of Understanding with the Libyan government intensified energy disputes in the region.

The dispute for energy sources will be analyzed through Neorealism, mainly with the Turkish adoption of a new Foreign Policy, the Blue Homeland; in the implementation of offensive strategies and in the conclusion of maritime delimitation agreements. According to the international system, the offensive Neorealist perspective is centered on Turkey's decisions to try to achieve the objectives of gaining access to energy sources, energy diversification, energy security and ensuring regional hegemony. This theory makes it possible to understand Turkey's strategies, such as the use of intimidation, manipulation, deployment of military and naval forces in the region. Offensive Neorealism can be confirmed as the dominant theory in the evolution of the Turkish position in the region.

Keywords: Eastern Mediterranean Gas Forum; Memorandum of Understanding; Natural Gas; Neorealism; Turkey

Índice

Introdução.....	1
Descrição e relevância temática.....	1
Revisão de literatura.....	3
Metodologia de investigação.....	7
Modelo teórico.....	8
Capítulo I. Abordagem Teórica.....	10
1.1. O Neorrealismo ofensivo e defensivo.....	10
1.2. A Originalidade de investigação.....	17
Capítulo II. A descoberta dos recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental.....	19
2.1. A prossecução da exploração e desenvolvimento dos recursos energéticos.....	19
2.2. As dificuldades na exploração e transporte dos recursos energéticos.....	25
2.3. A influência de outros atores externos no Mediterrâneo Oriental.....	31
Capítulo III. A assinatura do <i>Memorandum of Understanding</i> entre Turquia e a Líbia.....	36
3.1. A adoção da <i>Blue Homeland</i>	36
3.2. As motivações turcas no Mediterrâneo Oriental.....	45
3.3. A influência externa no Mediterrâneo Oriental.....	55
Capítulo IV. Eastern Mediterranean Gas Forum.....	58
4.1. A formação do Eastern Mediterranean Gas Forum.....	58
4.2. Os projetos de exportação de gás natural.....	62
Conclusão.....	69
Bibliografia.....	75

Lista de Abreviaturas

AKP – The Justice and Development Party

EU – European Union

EUA – Estados Unidos da América

EMGF – Eastern Mediterranean Gas Forum

FLNG – Floating Liquefied Natural Gas

GNA – Government National Accord

GNC – General National Congress

IICG – Interconnector-Israel-Cyprus-Greece

IOC – International Oil and Gas Companies

ISIS – Islamic State of Iraq and Syria

LNG – Liquefied Natural Gas

MoU – Memorandum of Understanding

NATO – North Atlantic Treaty Organization

TANAP – Trans-Anatolian Natural Gas Pipeline

TAP – Trans Adriatic Pipeline

UE – União Europeia

UNCLOS – United Nations Convention on Law and Sea

UNSMIL – United Nations Support Mission in Libya

US – United States

ZEE – Zona Económica Exclusiva

Introdução

Descrição e relevância temática

No passado, o Mar Mediterrâneo, foi considerado importante para o nascimento de grandes impérios, mas também para os seus colapsos. No presente, a sua importância não diminuiu, principalmente em torno dos seus recursos energéticos. Esta investigação terá como foco o Mediterrâneo Oriental, que obteve uma maior importância para o sistema internacional, com a descoberta de reservas de gás natural, originando a disputa entre os principais atores da região, pelo controlo dos recursos.

A descoberta de fontes energéticas na Zona Económica Exclusiva, ou ZEE, do Chipre, motivaram críticas da Turquia (Johnson, Ross, e Zemenides 2015). Para o governo turco a exploração e a consequente descoberta de recursos energéticos na área marítima do Chipre seriam ilegais (Ratner 2016). A Turquia e a República Turca do Chipre do Norte defendem que o governo cipriota apenas pode realizar as atividades de exploração, após a realização de um acordo de partilha dos recursos entre os cipriotas turcos e os cipriotas gregos. A ilha do Chipre, desde a década de 70, permanece dividida territorialmente, no entanto o governo da República oficial do Chipre, é considerado a autoridade soberana e legítima de toda a ilha, visto que é reconhecido pela Comunidade Internacional (İŞeri e Andrikopoulos 2013). A divisão territorial na ilha do Chipre, motiva uma postura mais agressiva da Turquia, reclamando certas partes das delimitações marítimas do Chipre, em que estão previstas, várias reservas de fontes energéticas. O objetivo passa por assegurar diversificar os recursos energéticos e salvaguardar os interesses do seu governo e do parceiro na região.

A Turquia tem também disputas com outros países da região, nomeadamente com a Grécia, em torno das delimitações marítimas do Mar Egeu. A disputa consiste na delimitação da ZEE da Grécia, estatuto das ilhas gregas, delimitação das águas territoriais¹ e soberania do espaço aéreo. O governo turco não reconhece as Zonas Económicas Exclusivas cipriotas e gregas, pois não é membro signatário da *United Nations Convention on Law and Sea*, UNCLOS, de 1982, nem aceita que os governos destes países delimitem as suas fronteiras marítimas unilateralmente. A Grécia detém a soberania sob grande quantidade das ilhas no Mar Egeu, delimitando a sua ZEE, em torno do Mar Egeu, ainda que sofra contestação da Turquia (Axt 2021). A Turquia critica a posição grega, sob as suas jurisdições marítimas no Mar Egeu, pois o governo grego não pode controlar uma área marítima que se sobrepõe às águas territoriais e Placa continental turca. (Axt 2021).

¹ De acordo com o artigo número 2, da secção número 2, da parte número 2, do UNCLOS (1982), os Estados signatários desta Convenção, têm o direito de delimitar as suas águas territoriais até 12 milhas náuticas.

O governo turco adotou política agressivas, de modo a obter vantagens sob os seus vizinhos, celebrando acordos com o governo líbio, nomeadamente o *Memorandum of Understanding*, em 2019 (Axt 2021). O Memorando dividia-se em dois acordos, cujo primeiro beneficiou o governo turco, visto que delimitou novas fronteiras marítimas, garantindo o acesso e exploração de áreas ricas em recursos energéticos, através de empresas estatais turcas² (Axt 2021). O segundo acordo consistia na cooperação defensiva entre os dois países, beneficiando o governo líbio, pois a sua sobrevivência, estava em risco, devido às ofensivas do General Khalifa Belqasim Haftar³ e das suas forças, o exército nacional líbio, ou LNA. A assistência militar turca, sob a forma de armamento e de combatentes, permitiu conter o avanço das forças do General Haftar, sobre a capital do governo líbio (Megerisi 2020). Os acordos também tinham motivações geopolíticas, como prevenir a construção de gasodutos que atravessassem as novas fronteiras marítimas da Turquia e Líbia, visto que iriam precisar dos consentimentos dos dois países, para a sua concretização (Yayla 2020).

A criação do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, em 2020, sucedeu-se com o objetivo de cooperação energética, mas tinha como propósito a exclusão da Turquia, intensificando as tensões com o governo de Ancara (Aydin 2018). O facto de a Turquia ser o Estado com maior capacidade militar e económica da região, incentivou a colaboração entre os países do Mediterrâneo Oriental, com o intuito de cooperação política, militar, energética, isolando o governo turco das questões mais importantes da região (Doukas 2021). A organização promoveu iniciativas de construção de infraestruturas energéticas, por toda a região, facilitando a produção e exportação dos recursos energéticos (Aydin 2018). O governo de Ancara, considerou uma afronta a não integração da Turquia na organização, podendo significar uma ameaça às suas pretensões na região. Previamente à formação da organização, os vários países da região, celebraram acordos de delimitação marítima, formando novos eixos trilaterais (Stergiou 2017a).

Esta investigação ganha relevância, devido aos acontecimentos, na região, nos últimos anos, tendo como baliza temporal, a descoberta de recursos energéticos em águas cipriotas, à formação do *Eastern Mediterranean Gas Forum* (2011-2020). O objetivo deste estudo passa por perceber a posição turca no Mediterrâneo Oriental, em torno da disputa dos recursos energéticos, e de como *Memorandum of Understanding*, em 2019, entre a Turquia e Líbia, intensificou as disputas na região. A pergunta de investigação moldada é: “*De que modo os acordos assinados entre a Turquia e a Líbia fomentaram a disputa dos recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental?*”

² De acordo com o artigo 1 do *Memorandum of Understanding* entre a Turquia e Líbia (2019), os dois Estados acordaram em delimitar as suas Placas Continentais e as Zonas Económicas Exclusivas

³ Khalifa Belqasim Haftar, Comandante do Exército Nacional Líbio, com sede em Tobruk. Garantiu o apoio da *House of Representatives*, ou Câmara dos Representantes da Líbia

Revisão de literatura

O Mar Mediterrâneo é uma área marítima rica em recursos energéticos, e isso ficou comprovado com a descoberta de reservas energéticas em águas cipriotas, em 2011, ao qual o governo cipriota concedeu várias licenças de exploração e perfuração a empresas internacionais. A descoberta energética foi vital para a economia cipriota, pois iria fornecer energia para vários mercados, potenciando o seu crescimento económico. A descoberta fomentou a cooperação entre o governo cipriota e alguns dos seus vizinhos, como a Grécia e Israel, levando à criação de um triângulo entre estes três estados. No futuro poderá reduzir a dependência energética europeia face ao gás natural russo, tornando-se um dos grandes fornecedores de gás natural só atrás da Rússia e Noruega (Johnson, Ross, e Zemenides 2015).

A ilha cipriota está dividida entre a República do Chipre, que é reconhecido pela comunidade internacional, como a autoridade legítima e soberana da ilha e a República Turca do Chipre de Norte, em que a Turquia é o único Estado que reconhece como legítimo. Essa divisão dificultou a atribuição de licenças de perfuração a empresas internacionais, pois para os dois governos, o governo cipriota não tem a legitimidade de atribuir licenças sem que haja um acordo político entre as duas partes (Ratner 2016). O governo turco considerou que a exploração e perfuração só iam beneficiar os cipriotas gregos, porque as empresas internacionais, tinham adquiridos as licenças através do governo cipriota (İŞeri e Andrikopoulos 2013).

De acordo com o governo cipriota, as delimitações marítimas acordadas entre a República Turca do Chipre de Norte e a Turquia, sobrepõem-se às suas águas marítimas. O governo da República Turca do Chipre de Norte reclama também várias áreas costeiras da República do Chipre, fomentando as tensões regionais. O governo cipriota contesta essas reivindicações, e afirma que os recursos irão ser partilhados por toda a população, incluindo pelos cipriotas turcos, mas é necessário que exista um acordo entre os dois governos (Colombo e Sartori 2016).

A descoberta dos recursos energéticos fez com que o governo cipriota assinasse acordos com outros Estados da região, nomeadamente com Israel, em 2010,⁴ e com o Egito⁵, em 2003, com o objetivo de diminuir a influência e o poder turco no Mediterrâneo Oriental. De maneira a evitar que isso aconteça, desde cedo que o governo turco tomou algumas estratégias agressivas e ofensivas, como a realização de exercícios militares e navais na região (İŞeri e Andrikopoulos 2013).

A aproximação e a assinatura de acordos, entre o governo cipriota e alguns Estados da região, e as possíveis descobertas de novas reservas energéticas foram considerados motivos de preocupação para

⁴ Este acordo foi celebrado, em 2010, entre a República do Chipre e o governo do Estado de Israel, com o objetivo de delimitação das Zonas Económicas Exclusivas

⁵ Este acordo foi celebrado, em 2003, entre a República do Chipre e a República Árabe do Egito, para delimitar as Zonas Económicas Exclusivas

a Turquia, visto que poderá dificultar a solução para a união do Chipre entre os dois governos (Özertem 2016). Estas preocupações levaram à celebração de acordos com a República Turca do Chipre de Norte, em 2011, para a delimitação das suas placas continentais e na atribuição a empresas estatais turcas, o direito de explorar e perfurar em águas do governo cipriota turco (Özertem 2016). A obtenção de licenças por parte de empresas estatais turcas, possibilitava a diversificação de fontes de energia, beneficiando a situação económica da Turquia (Gürel e Le Cornu 2014).

As tensões com o governo grego são semelhantes, devido às disputas marítimas entre os dois Estados. A construção de um gasoduto no Mediterrâneo, teria de atravessar o território grego, e essa possibilidade gerou a celebração de acordos de delimitação marítima com outros Estados (Demiryol 2019).

Uma relação estável entre os Estados do Mediterrâneo Oriental, beneficiava os países e a região. “An improvement in relations between Turkey, Israel and the RoC⁶ would further US interests in the eastern Mediterranean and could have beneficial consequences for the EU⁷” (Winrow, 2016, p. 433). A possível construção de gasodutos no Mediterrâneo, tornaria os Estados menos dependentes de gás natural russo e tornaria o Mediterrâneo Oriental como um foco de diversificação de fontes energéticas (Winrow 2016).

As ameaças do governo turco perante a atribuição, cipriota, de licenças de exploração e perfuração a empresas internacionais, sofreram contestação internacional, visto que o Estado cipriota é soberano. “Yet Turkey, disputing the legitimacy of the Republic of Cyprus, does not recognize the latter’s claimed EEZ⁸. More specifically, Turkey accepts neither the sovereignty of Cyprus nor, consequently, its EEZ along with the rights Cyprus wants to exercise within this area.” (Oğurlu, 2012, p.3). O governo cipriota é também signatário do UNCLOS, detendo a sua própria Zona Económica Exclusiva e o direito de explorar os seus recursos naturais, ao contrário do que a Turquia considera ou afirma.

A descoberta de recursos energéticos no Mediterrâneo, motivaram a adoção da doutrina *Blue Homeland*, uma política externa mais agressiva, com o objetivo de obter a hegemonia no Mar Mediterrâneo, no Mar Egeu e no Mar Negro, utilizando meios diplomáticos e militares, de modo a ter acesso aos seus recursos naturais (Rehman e Abbas 2020). O governo turco considerou esta doutrina como um instrumento de defesa contra a tentativa de cerco da Turquia no Mediterrâneo Oriental (Köse e Öztürk 2020). De maneira a fazer sentir o seu poderio, o governo turco ordenou a realização de

⁶ Republic Of Cyprus

⁷ European Union

⁸ Exclusive Economic Zone

exercícios militares e navais na região e celebrou acordos internacionais com Estados da região, nomeadamente com o governo líbio⁹.

A Líbia continua dividida, devido aos conflitos internos no território, facilitando a intervenção de atores externos. A influência externa ocorre devido à situação geoestratégica do país e por possuir vários recursos energéticos (Megerisi, 2020). Previamente à intervenção turca, em 2019, o conflito civil teria como resultado, a queda do governo reconhecido pelas Nações Unidas, perante forças lideradas pelo General Haftar. Contudo a situação alterou-se quando o governo turco forneceu assistência militar ao *Government of National Accord*, ou GNA¹⁰, libertando a cidade de Trípoli de um cerco (Megerisi, 2020). A assistência surge da assinatura do *Memorandum of Understanding*, entre a Turquia e a Líbia, em 2019, sendo que esse memorandum se dividia em dois acordos. O primeiro acordo consistia na delimitação das áreas marítimas dos dois países, em que as empresas turcas tinham o direito de explorar os recursos naturais (Joffé 2011). O segundo acordo correspondia a essa assistência militar turca às forças do GNA, através de fornecimento de armamento e provisões, e o transporte de combatentes sírios com experiência de combate, para território líbio (Yüksel 2020).

O acordo das delimitações marítimas gerou contestação da comunidade internacional, mas principalmente da Grécia. "... according to the memorandum, the maritime zones southeast of the Greek islands of Dodecanes and Crete were claimed by Turkey. Greece, however, argued that these regions belonged to its exclusive economic zone" (Axt 2021, p.135). O governo turco beneficiou deste acordo pois dava possibilidades de descobrir e explorar novos recursos energéticos, impedir qualquer construção de gasodutos pelos membros do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, ou *EastMed Gas Forum* que passassem por estas novas delimitações marítimas (Yilmaz e Ertürk 2020).

A assistência da Turquia ao GNA, teve motivações económicas, políticas e ideológicas. A nível económico, o governo turco foi um dos Estados que mais investiu na Líbia até à sua revolução, procurando descongelar os seus investimentos através de assistência militar ao GNA de maneira a ter retorno económico (Megerisi 2020). A nível político, o governo de Erdogan, procurou, como já dito, interromper qualquer projeto que pudesse ser construído pelos membros do *EastMed Gas Forum*, e ao mesmo tempo, promover o seu gasoduto, o "*Turk Stream*"¹¹ (Yayla 2020). O governo turco também considerou o Egito, como o seu principal opositor político no conflito líbio, visto que ao obter os recursos energéticos, o Egito poderia conter a influência turca no Mediterrâneo Oriental e no Magrebe (Saddiki

⁹ O governo reconhecido pelas Nações Unidas

¹⁰ Government of National Accord, o governo reconhecido pelas Nações Unidas

¹¹ Gasoduto entre Rússia e a Turquia

2020). A Turquia e a Líbia também partilham a mesma ideologia islâmica, motivando a prevenção da ascensão de uma ideologia islâmica extrema (Yüksel 2020).

O Memorandum of Understanding motivou a cooperação entre os vários Estados da região e o alargamento do projeto do *EastMed Gas Forum* a outros Estados como a França e como os Estados Unidos da América, que se juntou como observador (Axt 2021). O destacamento de expedições turcas em águas gregas e cipriotas e o bloqueio de expedições destes países, gerou contestação dos parceiros destes países. “Greece and the Republic of Cyprus have since lobbied the EU¹² to impose comprehensive sanctions against Turkey” (Merz 2020, p. 2).

Estes acontecimentos não fizeram com que a Turquia desistisse de implementar a sua doutrina (*Blue Homeland*), e de cumprir com os objetivos de ter acesso aos recursos naturais e estabelecer a Turquia como uma potencia regional (Axt 2021).

A implementação da Turquia de estratégias agressivas no Mediterrâneo Oriental, intensificou-se após as descobertas de recursos energéticos nesta mesma região. O destacamento de expedições turcas em áreas marítimas dos países vizinhos, motivou a cooperação energética entre os vários Estados da região. “Cyprus and Israel to sign a previously agreed-on Memorandum of Understanding (MoU) on joint cooperation in energy matters. The MoU aimed to establish a supposed “energy bridge,” a “third route” for the future supply of gas to South East and Central Europe...” (Colombo e Sartori, 2016, p.18). O Egito também celebrou acordos com o Chipre, acordando no estabelecimento de um gasoduto marítimo, ligando ambos os territórios (Fouad 2020). O governo grego também iniciou uma cooperação com o governo egípcio¹³. Os dois países celebraram acordos, principalmente com a delimitação das suas Zonas Económicas Exclusivas, em 2020 (Grigoriadis e Belke 2020). Estes novos acordos surgiram como resposta aos acordos entre o governo turco e o governo líbio, visto que as novas delimitações marítimas entre a Grécia e o Egito, sobrepunham-se às novas áreas marítimas da Turquia e da Líbia.

Para além dos acordos celebrados, os governos cipriota, grego, israelita e egípcio intensificaram a cooperação energética, através da criação do *Eastern Mediterranean Gas Forum*. “... Egypt, Israel, Greece, and Cyprus announced the formation of the Eastern Mediterranean Gas Forum (EMGF) as a step toward energy cooperation in the Eastern Mediterranean...” (Fouad, 2020, p. 17). Uma organização que tem como objetivo a cooperação energética e a criação de infraestruturas de produção e de rotas de transporte dos recursos energéticos para os mercados. Um desses mercados é o continente europeu suscitando o interesse da União Europeia, de modo a reduzir a dependência do gás natural russo (Aydin

¹² European Union

¹³ Este acordo foi celebrado, em 2020, entre a República Helénica e a República Árabe do Egito, para a delimitação das Zonas Económicas Exclusivas

2018). Contudo, o grande objetivo foi excluir a Turquia deste projeto, tentando diminuir a influência turca no Mediterrâneo Oriental.

Metodologia de investigação

Este estudo tem como objetivo, analisar posição turca no Mediterrâneo Oriental, nomeadamente na disputa pelos recursos energéticos, após a descoberta de recursos energéticos nesta região marítima, e de que modo a celebração do *Memorandum of Understanding* com o governo líbio, intensificou as tensões na região. De modo a finalizar o objetivo deste estudo, irá se recorrer ao método interpretativo e a uma abordagem qualitativa (Khan 2014).

De maneira a entender a metodologia interpretativa, é fundamental entender o conceito de metodologia. Metodologia sugere como os questionários devem proceder ao indicar quais os problemas a investigar, como formar uma problemática, de modo a ser explorada, como desenvolver informação, e ligar a problemática à informação gerada e à sua análise e conclusão (Jackson, Drummond, e Camara 2007). Torna-se necessário identificar algo que seja passível de analisar, sendo que pode ser em forma de *content analysis*, ou de *conversation analysis*. No primeiro caso, *content analysis*, consiste num nome genérico de conduzir análise qualitativa, envolvendo comparar, contrastar e categorizar dados para testar hipóteses (Jackson, Drummond, e Camara 2007). No segundo caso, a *conversation analysis* consiste numa forma de análise textual que surgiu de uma abordagem sociológica baseada numa tradição de fenomenologia (Jackson, Drummond, e Camara 2007).

No interpretativismo, o investigador observa o mundo em que cada indivíduo cria a sua própria visão real desse mesmo mundo, através da interação com outros indivíduos. Os analistas não têm um acesso próprio à realidade, isto é, cada um, interpreta o mundo de acordo com diferentes experiências, perceções e contextos (Khan 2014).

A abordagem qualitativa, consiste numa abordagem de demonstrar e explicar experiências, atribuindo-lhes significado. Esta abordagem possibilita, aos investigadores, uma exploração profunda de comportamentos, perspetivas e experiências vividas, de modo a descobrir as questões em volta da situação, mas de uma visão holística (Khan 2014). É uma abordagem interpretativa e naturalista, caracterizada por observações e interpretações de cada indivíduo em diferentes situações.

Esta dissertação também terá como análise metodológica, o estudo de caso ideográfico "*theory guided*". O estudo de caso ideográfico consiste em descrever, explicar e interpretar um único caso de estudo como um fim, e não como um veículo de desenvolvimento de generalizações teóricas (Levy 2008). O estudo de caso "*theory guided*", também consiste em explicar ou entender um único evento, em vez

de generalizar para além dos dados recolhidos. Este tipo de caso de estudo é estruturado segundo um quadro conceptual que centra em certos aspetos teóricos da realidade, e negligenciando outros aspetos (Levy 2008). Os estudos de caso deste projeto de investigação, correspondem à categoria dos estudos de caso ideográficos, e na subcategoria dos “*theory guided*”, pois cada um deles, refere-se a um único evento.

Por fim, este projeto de dissertação, para realizar a sua análise, irá recorrer a fontes primárias, sob a forma de legislação específica, e de documentos oficiais e estratégicos, e será necessário recorrer também, a fontes secundárias, como a análise de artigos científicos, livros e capítulos de livros.

Modelo teórico

Esta investigação terá como análise conceptual, o modelo teórico do Neorealismo, cujo modelo se divide no realismo ofensivo de John Mearsheimer e no realismo defensivo de Kenneth Waltz. O Neorealismo é um modelo que tenta explicar os resultados de ações e estratégias internacionais, principalmente os conflitos internacionais, e a competição no sistema internacional (Taliaferro 2001). “Both offensive and defensive realism put anarchy at the center of their explanations; they assume that states at a minimum want to survive and are uncertain about the intentions of others in a system where there is no overarching power to prevent conflict.” (Hamilton e Rathbun 2013, p. 441). Os realistas ofensivos defendem que os Estados receiam mais, devido à existência de certeza sob as intenções dos Estados (Hamilton e Rathbun 2013). O receio e o medo das intenções dos outros são destacados, visto que a segurança é escassa (Hamilton e Rathbun 2013). Para os realistas ofensivos, o sistema internacional fornece opções de expansão e a maximização de poder (Mearsheimer e Norton 2001). A competição ocorre devido à necessidade dos mesmos recursos para sobreviver (Hamilton e Rathbun 2013). Porém, os recursos são limitados e os Estados necessitam dos mesmos, para assegurar a sua sobrevivência, originando desconfiança, devido à procura dos países em retirar os recursos dos outros Estados (Hamilton e Rathbun 2013). Os Estados procuram adotar estratégias de maximização de poder, de modo a obter o máximo número de recursos, tentando obter o domínio sob os outros (Hamilton e Rathbun 2013). Para Mearsheimer, os Estados possuem capacidade militar que possibilita a destruição do outro, gerando a opinião, de que o melhor meio para assegurar a sobrevivência, é através da maximização do poder relativo (Toft 2005). Os Estados conseguem obter hegemonia regional, através de ações diretas, nomeadamente, a guerra, a chantagem e influencia. No que toca à chantagem, os países utilizam ameaças de força e ultimatoss, de maneira a adquirir e atingir os seus objetivos e ambições (Valeriano 2009). A guerra pode ser usada para reduzir a segurança de outro país e aumentar a

segurança do Estado agressor (Valeriano 2009). De acordo com Lee (2002), Mearsheimer considera que a existência de armamento ofensivo nos arsenais de cada Estado, gera um maior perigo no sistema internacional, obrigando os Estados a perseguir benefícios a curto prazo, pois poderão ser atacados pelos seus aliados, no presente (Lee 2002). Quando os Estados recorrem à traição, obtêm vantagens na comunidade internacional, porém, cria o receio de traição e ameaça a sobrevivência dos Estados, limitando a cooperação internacional (Lee 2002).

Esta abordagem analítica permite analisar a disputa pelos recursos energéticos, no Mediterrâneo Oriental, a postura turca na região e a cooperação entre os vários países da região, como o Chipre, Grécia, Egito e Israel, que motivou o isolamento regional da Turquia. Este modelo teórico, possibilita compreender a evolução da competição em torno do gás natural do Mediterrâneo Oriental, nomeadamente através da cooperação entre os vizinhos da Turquia, e a nova política externa da Turquia, tendo como maior exemplo a assinatura de um Memorandum com a Líbia.

A baliza temporal desta investigação permitirá uma maior compreensão no que toca à disputa pelos recursos energéticos no Mar Mediterrâneo. É de destacar os acontecimentos, como a descoberta dos recursos energéticos na ZEE do Chipre (2011), a revolução na Líbia (2011), com as Primaveras Árabes, determinou o colapso do regime de Mouamar Qaddafi, o segundo conflito civil na Líbia (2014) entre o GNA e as forças de Haftar, apoiado pelo Parlamento de Tobruk e que possibilitando a interferência da Turquia no governo líbio, através da assinatura do *Memorandum of Understanding* (2019). Este memorandum permitiu a delimitação de novas jurisdições marítimas e a sobrevivência do GNA, possibilitando a influência turca no Norte de África, e a criação do *Eastern Mediterranean Gas Forum* (2019), criado com o objetivo de assegurar a cooperação energética no Mar Mediterrâneo, no entanto, pautava-se pela ausência turca da organização, demonstrando o seu isolamento regional. Existem outros momentos importantes para a disputa pelas fontes energéticas, como as Primaveras Árabes e a mudança política no Egito (2013), gerando tensões com o governo turco, visto que, a Turquia apoiava o anterior governo egípcio, liderado pela Irmandade Muçulmana; a adoção da *Blue Homeland* (2019), uma nova política externa da Turquia, consistindo na defesa dos objetivos e interesses turcos no Mediterrâneo Oriental; o incidente Mavi marmara entre Israel e Turquia (2010), originando o deteriorar das relações entre os dois países; e a celebração de um acordo de novas delimitações marítimas entre Grécia e Egito (2020), como resposta ao acordo assinado entre o governo turco e líbio, em 2019, que delimitou novas fronteiras marítimas. Deste modo, esta investigação terá como propósito, compreender a posição turca no Mediterrâneo Oriental, no que toca à disputa pelos recursos energéticos, e de como a assinatura do *Memorandum of Understanding* entre a Turquia e a Líbia, intensificou ainda mais essa disputa.

Capítulo I. Abordagem Teórica

1.1. O Neorealismo ofensivo e defensivo

O neorealismo procura explicar os resultados internacionais, como a existência de um conflito mundial, as prosperidades da cooperação internacional e agregar alianças entre os Estados (Taliaferro 2001) As teorias neorrealistas procuram explicar outros resultados internacionais como a cooperação internacional, corrida de armas, crises de *bargaining* de padrões de alinhamento e a possibilidade de guerra no sistema internacional (Taliaferro 2001). “Waltz’s balance-of-power theory is the most prominent example of the neorealist approach.” (Taliaferro 2001, p.133).

Os realismos ofensivo e defensivo assumem a anarquia no centro das suas explicações. As teorias consideram que os Estados desejam a sua sobrevivência e estão incertos no que toca às intenções dos outros países num sistema não dominado por uma potencia que previna conflitos (Hamilton e Rathbun 2013). “Moreover, they tend to characterize the world in similar terms as dominated by danger, security competition, and often violent conflict.” (Hamilton e Rathbun 2013, p.441). Waltz afirma que a competição e o conflito entre os Estados são direcionados pelos factos de viver sobre as condições de uma anarquia. Os Estados numa ordem anárquica devem providenciar a sua própria segurança e perigos para a segurança à sua volta, determinando como meio de vida, a identificação de perigos e responder a eles (Hamilton e Rathbun 2013). “Relations remain tense; the actors are usually suspicious and often hostile even though by nature they may not be given to suspicion and hostility.” (Hamilton e Rathbun 2013, p.441). Mearsheimer concorda que sob a anarquia, as grandes potencias receiam-se uma às outras, tratam os outros com suspeita e que a guerra seja despoletada (Hamilton e Rathbun 2013). O resultado consiste num mundo em constante competição pela segurança, em que os Estados se disponibilizam para mentir, fazer batota e usar a força para benefícios sobre os seus rivais (Hamilton e Rathbun 2013). Mearsheimer considera que os Estados devem assumir as piores intenções dos outros países, e que caso isso seja refletido, devem tentar maximizar o seu poder sob certas condições.

Para os realistas ofensivos, a segurança no sistema internacional é escassa, gerando competição feroz em garantir segurança e forçando os Estados a adotar estratégias ofensivas originando conflitos e guerras (Hamilton e Rathbun 2013). Os realistas defensivos são mais otimistas em evitarem conflitos, visto que a segurança está disponível (Hamilton e Rathbun 2013). Os realistas defensivos preferem um papel de balanceamento, em que os Estados que desejam a sobrevivência, previne o crescimento dos países que desejam acumular poder (Hamilton e Rathbun 2013). Os Estados assumem o pior das intenções dos outros países, abordando o ambiente internacional de forma receosa. A consequência

passa por cooperar sobre uma assunção de que outros Estados têm motivos gananciosos, levando à tendência para a adoção de ações agressivas de maximização de poder e ações militares ofensivas (Hamilton e Rathbun 2013). O receio e a incerteza não devem participar num papel no realismo ofensivo, mas sim no realismo defensivo. Quando os Estados procuram maximizar o seu poder, não têm motivos benignos, mesmo procurando a segurança (Hamilton e Rathbun 2013). A inexistência de incerteza determina que os países não assumam as piores intenções, visto que o pior será verdade. Os Estados que procurem esse objetivo, assumir o pior é uma assunção mais segura e os Estados não demonstram intenções benignas, pois não existem (Hamilton e Rathbun 2013). No realismo ofensivo, os Estados são receosos, devido à certeza e não incerteza, os países receiam mais, visto que sabem mais do que não sabem (Hamilton e Rathbun 2013). Existe incerteza, mas as preocupações sobre a incerteza acontecem quando, e não se, o pior é esperado. Os realistas defensivos são mais incertos do que receosos, determinando que os países são receosos devido à falta de conhecimento das intenções dos outros (Hamilton e Rathbun 2013). “States can deceive one another and intentions can change. Concern for this possibility generates the security dilemma. This causes fear more akin to anxiety and worry, the lesser fear that accompanies living in a dangerous neighborhood.” (Hamilton e Rathbun 2013, p.448). Por um lado, os realistas defensivos são mais otimistas sobre a habilidade de sinalizar intenções benignas e de solucionar o problema da incerteza (Hamilton e Rathbun 2013). Por outro lado, os realistas ofensivos veem o medo como um problema intratável, visto que a segurança é escassa, assumindo o pior (Hamilton e Rathbun 2013). “Second, even if offensive realism does rely, however illogically, more heavily on uncertainty, this distinction rests on an assumption about how statesmen approach decision making.” (Hamilton e Rathbun 2013, p.448).

As duas teorias consideram que fatores como a tecnologia militar e geografia influenciam se as estratégias militares defensivas e ofensivas serão dominantes num determinado tempo (Hamilton e Rathbun 2013). No domínio defensivo, os Estados protegerão com maior facilidade os seus controlos e o dilema de segurança é reduzido, pois existe um aumento ligeiro do poder do Estado, diminuindo a segurança dos outros (Hamilton e Rathbun 2013). O domínio ofensivo traduz-se nos Estados em agir militarmente e expansivamente, estabelecendo fronteiras físicas entre os países e potenciais adversários e prevenir possíveis ataques (Hamilton e Rathbun 2013). “The nature of military technology is essentially a systemic variable in that once weapons are created, they cannot be uncreated. They produce a diferente security environment that existed before, one that states have no choice but to come to terms with even if the distribution of military technology, like the distribution of power, varies significantly.” (Hamilton e Rathbun 2013, p. 449).

Para Hobbes, a competição é endêmica à interação humana, visto que os indivíduos requerem os mesmos recursos materiais para sobreviver (Hamilton e Rathbun 2013). Sob condições de escassez, a própria preservação gera competição, visto que os recursos são limitados e os países necessitam deles para sobreviver, promovendo com que os indivíduos mostrem receio sob a ação dos outros Estados em controlar esses recursos (Hamilton e Rathbun 2013). A desconfiança é uma extensão da competição. A inexistência de confiança surge devido à procura dos Estados em retirar os recursos dos outros países (Hamilton e Rathbun 2013). “These two causes, with scarcity at their root, are at the center of Hobbes’s war of all against all.” (Hamilton e Rathbun 2013, p.452).

Morgenthau considera vital o stress e o desejo de poder interligado com a natureza humana. Este autor debate a existência de duas razões para o egoísmo de um entrar em conflito com o egoísmo do outro, principalmente devido à escassez (Hamilton e Rathbun 2013). Sugere que o problema existe em torno de que um Estado tendo um recurso, o outro deseja-o (Hamilton e Rathbun 2013). Morgenthau sugere que uma explicação suficiente para o conflito se encontra num mundo escasso, em que não existe uma autoridade hegemônica (Hamilton e Rathbun 2013). A geografia, recursos naturais e tecnologia são um centro da concepção de poder nacional de Morgenthau, debatendo que o poder nacional se torna mais dependente do controlo dos recursos (Hamilton e Rathbun 2013).

A escassez conduz os elementos únicos para o realismo ofensivo. Um mundo marcado pela luta e esgotamento de recursos necessários para a sobrevivência origina que os Estados se tornem revisionistas, sendo uma necessidade (Hamilton e Rathbun 2013). “Offensive realism can therefore predict consistently competitive behaviors even while assuming security-seeking states.” (Hamilton e Rathbun 2013, p.456). Um mundo escasso inevitavelmente gera agressão, pois a cooperação não beneficia a resolução de um dilema, onde a recompensa é pequena (Hamilton e Rathbun 2013). A estratégia neste ambiente, consiste na maximização do poder, de modo a obter o número máximo de recursos, em que os Estados irão procurar o domínio e hierarquia, pois o poder e a segurança são um só (Hamilton e Rathbun 2013). Num ambiente deste tipo, os países estão certos em assumir o pior, visto que é verdade que os Estados irão saber as intenções dos outros (Hamilton e Rathbun 2013). A incerteza será problemática, mas não a principal preocupação, podendo existir perigo, mesmo sem escassez (Hamilton e Rathbun 2013).

As duas teorias do realismo, como já dito, concentram-se na preocupação da anarquia, devido à inexistência de uma autoridade superior para distribuir os recursos escassos ou para defender os países dos Estados mais perigosos (Hamilton e Rathbun 2013). “States are on their own to provide for their material needs. Power is necessary for both, whether it be for taking precious resources from other or

defending against those who are greedy.” (Hamilton e Rathbun 2013, p.457). A anarquia consiste na ausência de uma autoridade centralizada, isto é, um sistema internacional que não tem um governo mundial que implemente contratos internacionais entre os Estados soberanos (Lee 2002). “An anarchical international system provides no guarantees for global security; therefore, each sovereign government must depend upon itself to secure its survival.” (Lee 2002, p.202). O dilema de segurança faz parte do sistema internacional, em que o Estado tenta aumentar a sua segurança, diminuindo a segurança dos outros (Taliaferro 2001). A Anarquia produz incerteza em que os Estados têm a certeza das intenções presentes ou futuras dos outros países, formando comportamentos de ajuda própria dos Estados (Taliaferro 2001). “States react to reductions in their security by taking steps to increase their own security, thus mitigating the security policies of others.” (Taliaferro 2001, p.136). As políticas de procura de segurança podem originar uma redução das capacidades militares dos Estados, cujas estratégias possibilitam o aumento do valor que um adversário aplica na expansão como meio de legítima defesa, dificultando a dissuasão (Taliaferro 2001). As corridas militares e alianças podem alterar as crenças e motivos dos países, convencendo os adversários, de que o Estado é mais perigoso do que o anterior pensamento (Taliaferro 2001). A tecnologia militar, proximidade geográfica, acesso a recursos materiais, pressão económica internacional, balanças militares regionais e como os países podem extrair recursos de territórios conquistados, são fatores que podem aumentar ou diminuir o surgimento de um conflito (Taliaferro 2001). “The possession of particular military technologies and weapons systems influences the relative ease with which a state can attack or hold territory” (Taliaferro 2001, p.138). A teoria de balançar a offthreat não reflete um balanceamento dos Estados contra uma grande ameaça no sistema internacional, mas sim contra os Estados que propõe uma ameaça imediata à sua sobrevivência (Taliaferro 2001).

As geopolíticas clássicas consideram que território, mar estratégico e passagens de rios e recursos são essenciais para sobrevivência nacional e prosperidade (Hamilton e Rathbun 2013). “States that controlled or had access to them were better able to promote strong domestic economic growth and could build powerful militaries; those that did not were likely to be dominated by the former.” (Hamilton e Rathbun 2013, p.452). O perigo gera medo e incerteza. Estas crenças criam objetivos de estabelecer e manter uma sociedade segura, ordeira, coesa e estável (Hamilton e Rathbun 2013). Estas políticas possibilitam a criação de dilemas nos países democráticos, visto que essas políticas podem infringir liberdades civis de cidadãos ordeiros (Hamilton e Rathbun 2013).

A política internacional é utilizada numa base anárquica, em que não existe governos para implementar regras e punir os países agressivos (Toft 2005). Nenhum Estado pode ter a certeza das

intenções dos outros, pois os países sofrem de pouca informação em torno das intenções dos outros (Toft 2005). A sobrevivência é a principal motivação de todos os países no sistema internacional, visto que a autonomia de um Estado é o pré-requisito para conquistar outros objetivos (Toft 2005). Os Estados são entidades racionais que pensam estrategicamente em torno da situação externa e escolhem estratégias que procuram maximizar a sobrevivência (Toft 2005). Mearsheimer considera que os Estados possuem sempre capacidade militar que podem provocar a destruição do outro, demonstrando o melhor meio de garantir a sobrevivência, é através da maximização do poder relativo com a ambição de se tornarem a potencia mais poderosa (Toft 2005). “Global hegemony, however, is virtually impossible because projecting massive force across the world’s oceans is, according to Mearsheimer, too difficult. Only in the rare case that a state attains a nuclear Monopoly is global hegemony within reach.” (Toft 2005, p.384). O pensamento de Mearsheimer traduz-se na hegemonia regional, gerando duas estratégias. A primeira consiste em adquirir poder relativo; a segunda, é evitar os agressores de obter ganhos, através de meios indiretos (Toft 2005).

De acordo com o realismo ofensivo, os Estados mais importantes num sistema são as grandes potências. As potências menores podem ser conflituosas como as grandes potências (Valeriano 2009). “However, minor powers do not (and cannot) seek global or regional hegemony, which is key for the theory. Minor powers do not take actions in relation to power concerns, but mainly in relation to issue concerns such as the stability of borders, the flow of refugees, or resource allocation.” (Valeriano 2009, p.184). O realismo ofensivo considera que as grandes potencias estão constantemente à procura de poder, devido à inexistência de uma autoridade central (Valeriano 2009). “The ultimate goal of a state is to prevent state failure, and the only way to do this is through power maximization.” (Valeriano 2009, p.181). Mearsheimer afirma que os Estados quando têm capacidades ofensivas, a possibilidade de as usar é mais fácil, visto que existe incerteza em torno das intenções dos outros (Valeriano 2009). De modo a obter poder, os Estados devem seguir várias estratégias como a chantagem e guerra. Os Estados usam ameaças e ultimatoss e força para adquirir bens que desejam ter acesso (Valeriano 2009). A guerra pode ser usada para reduzir a segurança do outro Estado e aumentar a segurança do agressor (Valeriano 2009). A guerra é o principal meio de obter poder, contudo os benefícios têm de ser maiores que os custos (Toft 2005). À inexistência de guerra, a chantagem oferece outra opção para adquirir ganhos relativos ao ameaçar um rival, de modo a retroceder em concessões (Toft 2005). “Blackmail is, however, only effective against minor states as major states are able to resist.” (Toft 2005, p.385).

Na inexistência de uma balança multipolar, a estratégia de uma guerra hegemónica é a melhor opção, visto que a procura pela hegemonia tem melhores chances, mesmo com a formação de

coligações contra um Estado (Toft 2005). A teoria de Mearsheimer mostra que nenhuma de duas potências numa bipolaridade conseguem estabelecer uma hegemonia global, devido à distribuição igual do poder mundial (Toft 2005). “In bipolarity, waging a hegemonic war is irrational since the other great power possesses the wherewithal to defend itself and thwart the hegemonic aspirations of the other.” (Toft 2005, p.387). Numa balança multipolar, o espaço de manobra é mais largo, pois existe mais atores interativos com diferentes e interesses específicos (Toft 2005). As grandes potências têm facilidade em isolar e chantagear as potências menores. Para Mearsheimer, a bipolaridade é o mais pacífico e a multipolaridade sem equilíbrio é o mais sensível para o conflito e guerra (Mearsheimer e Norton, 2001). Dois sistemas multipolares são mais instáveis do que um sistema bipolar, devido à maior possibilidade de conflito e o desequilíbrio de poder é maior (Mearsheimer e Norton, 2001).

No realismo ofensivo, a anarquia fornece incentivos para a expansão. Os Estados procuram maximizar o seu poder relativo para os outros Estados, pois apenas os Estados poderosos podem garantir a sua sobrevivência (Taliaferro 2001). “They pursue expansionist policies when and where the benefits of doing so outweigh the costs.” (Taliaferro 2001, p.128). Na anarquia, muitos dos meios que os Estados utilizam para aumentar a sua segurança, diminui a segurança de outros países, causando preocupação nos Estados, de acordo com futuras intenções e poder relativo (Taliaferro 2001). Os países implementam políticas expansionistas, visto que os seus líderes acreditam que a agressão é a única maneira dos Estados sentirem segurança (Taliaferro 2001). “Waltz holds that anarchy and the need for survival often force states to forego mutually beneficial cooperation.” (Taliaferro 2001, p.138). A cooperação prova, em muitas hipóteses, ser impossível, particularmente na arena securitária, porque os Estados têm todos os incentivos para manter a vantagem sobre os seus competidores (Taliaferro 2001). O domínio ofensivo promove a adoção de estratégias agressivas. A habilidade dos Estados em extrair recursos de um território conquistado, influencia a possibilidade de existência de um conflito internacional (Taliaferro 2001). “In contrast, relative gains concerns in defensive realism are motivated by avoiding a situation in which a potential rival gains more from a cooperative outcome, advantages that might (but might not) be used against a state.” (Hamilton e Rathbun 2013, p.458). Se os Estados, ou as grandes potências procuram maximizar o seu poder relativo, o mundo estará menos benigno, do que Waltz e os realistas defensivos imaginam (Hamilton e Rathbun 2013). Caso a maximização do poder motive os países a formarem coligações contra outros Estados, a estratégia mais correta, é acumular poder suficiente, de modo a fornecer segurança e não provocar o cerco (Hamilton e Rathbun 2013).

O realismo defensivo sucede de quatro assunções. A primeira consiste no dilema de segurança que é originado da anarquia (Taliaferro 2001). Em segundo lugar, os modificadores estruturais influenciam

a severidade do dilema de segurança entre os Estados (Taliaferro 2001). Em terceiro lugar, o poder material move as políticas externas dos países, através das percepções e cálculos dos líderes (Taliaferro 2001). Por fim, as políticas domésticas podem limitar a eficiência da resposta de um Estado para o ambiente externo (Taliaferro 2001). “Waltz holds that states behave more benignly than does Mearsheimer in that he strongly emphasizes the propensity of states to balance vigorously against whichever state becomes most powerful in the international anarchic system.” (Toft 2005, p.390).

Mearsheimer não assume com muita importância a eficácia do balancing, pois os Estados não sabem quando tem poder para se sentirem seguros (Toft 2005). Mearsheimer infere que os Estados vivem num ambiente de alto risco, obrigando os países em maximizar o poder relativo, pois é a única maneira de assegurar a sobrevivência (Toft 2005). De acordo com os realistas defensivos, os Estados que procuram a sobrevivência numa anarquia estão de certo modo obrigados a balançar contra os países expansionistas, pois os Estados poderosos constituem uma ameaça à sua autonomia, indo contra a teoria de maximização de Mearsheimer (Toft 2005). “Rather, Mearsheimer posits that countervailing balances often fail to form because rational states, sensitive to costs, are strongly inclined to buck-pass hoping that somebody else will take the brunt of battle and only tend to balance when they find themselves in the front line.” (Toft 2005, p.392).

De acordo com Mearsheimer, os Estados devem se preocupar com a sua sobrevivência, porque potenciais competidores podem tentar eliminá-los a qualquer situação (Taliaferro 2001). “This implies that states will heavily discount the future by favouring short-term military preparedness over longer-term objectives, such as economic prosperity, when and if the two goals conflict.” (Taliaferro 2001, p.140). De acordo com Mearsheimer, os realistas ofensivos também desempenham papéis defensivos, nomeadamente para impedir ou conter um rival que procure obter poder, à sua custa (Mearsheimer e Norton, 2001). Num papel defensivo, os países têm como opções escolher duas alternativas, a *balancing* e *buck-passing*⁴ (Mearsheimer e Norton, 2001). Contudo a última é a mais preferida devido ao seu menor custo (Mearsheimer e Norton, 2001). “Second, the aggressor and the buck-catcher may get involved in a long and debilitating war that leaves the buck-passer stronger than both. Third, if a state faces several adversaries, it may employ buck-passing to tackle them sequentially.” (Mearsheimer e Norton, 2001, p.162).

Mearsheimer considera cinco assunções que demonstram que o sistema internacional é perigoso. O sistema internacional é anárquico; as grandes potenciais possuem capacidades militares ofensivas; os

⁴ O *Balancing* é favorito num sistema multipolar desequilibrado, quando os atores são vizinhos em território continental (Mearsheimer e Norton 2001). O *Buck-passing* é favorável num sistema equilibrado, especialmente quando o defensor é insular ou localizado a uma distância do agressor (Mearsheimer e Norton 2001)

países não têm certeza das intenções dos outros Estados; a sobrevivência é o principal objetivo; e as grandes potências são atores racionais (Lee 2002). Devido à anarquia as grandes potências antecipam o perigo, tratando com suspeita, o opositor, determinando que a ajuda própria é a única maneira de assegurar sobrevivência (Lee 2002). As grandes potências atentam sempre à distribuição de poder num sistema internacional anárquico, procurando maximizar o seu poder relativo (Lee 2002). Certos Estados com fronteiras mais fracas a nível defensivo, ou com países vizinhos, mais poderosos, têm como incentivo, a construção de instituições centrais poderosas, a manutenção de forças armadas e adoção de políticas ofensivas (Taliaferro 2001).

A procura pela supremacia do poder relativo por um Estado continua até ser realizada (Lee 2002). A capacidade militar ofensiva dos Estados proporciona nervosismo, no que toca à sobrevivência, diminuindo o tempo do time-horizon (Lee 2002). "Time-horizon then is a dependent variable that is determined to be short by the existence of offensive military capability. Second, uncertainty also affects and is affected by time-horizon." (Lee 2002, p.202).

Mearsheimer considera que o sistema anárquico pode ser perigoso, por razões, como a existência de armamento ofensivo em cada arsenal dos Estados (Lee 2002). "States under constant threat tend to behave extremely myopically. They pursue even small present interests at the expense of long-term and potentially larger future benefits." (Lee 2002, p.203). Os países procuram benefícios a curto prazo, pois poderão ser atacados pelos seus aliados no presente (Lee 2002). O Estado que age dessa maneira, obtém uma vantagem na comunidade internacional (Lee 2002). O perigo de ser traído e ameaça da sobrevivência de um Estado, pode limitar a cooperação internacional (Lee 2002). Os Estados não irão investir os seus recursos escassos para construir canais de comunicação que possam reduzir a questão da incerteza, visto que não seria útil (Lee 2002). "Uncertainty is unavoidable because the time-horizon is short." (Lee 2002, p.205).

1.2. A Originalidade de investigação

No que toca à hipótese da investigação, é possível verificar que a assinatura do Memorandum of Understanding entre a Turquia e Líbia, pode ser compreendida pelo modelo teórico conceptual do Neorrealismo Ofensivo. O Neorrealismo Ofensivo assume que a Anarquia do Sistema Internacional é o centro das suas explicações, em que os Estados procuram garantir a sua sobrevivência, num sistema dominado pela competição e incerteza. Certos autores, como Hamilton e Rathbun (2013), Lee (2002) e Taliaferro (2001), defendem que o Neorrealismo ofensivo perdura em momentos de maior competição, crise e escassez. Os autores demonstram que no Neorrealismo Ofensivo não existe uma potência, no

Sistema Internacional, que previna os conflitos, e que os Estados devem fornecer as condições de segurança própria, visto que existe receio entre eles, gerando potenciais hostilidades e conflitos.

A segurança internacional sendo escassa, origina uma competição por assegurar a segurança, forçando os países a adotarem estratégias ofensivas de maximização de poder e ações militares ofensivas. Este modelo teórico-conceptual determina que os Estados são receosos, devido à certeza em torno das intenções dos outros países. Para os realistas ofensivos, o medo não tem solução, pois a segurança é escassa. O Neorealismo considera que certos fatores como a tecnologia militar e a geografia determinam as estratégias ofensivas e defensivas. A estratégia ofensiva consiste em ações militares e expansivas, implementando novas fronteiras e prevenir possíveis ataques.

De acordo com a teoria neorrealista, a sobrevivência é garantida através do acesso de recursos materiais necessários. A escassez de recursos gera competição pelos poucos recursos que existem, possibilitando a existência de desconfiança, uma extensão da competição. A desconfiança origina o egoísmo, em que os Estados desejam os recursos que o outro detém, ignorando a cooperação. A ambição torna-se na maximização de poder, de modo a atingir o domínio e a hegemonia. O objetivo determina a implementação de estratégias de cariz ofensivo, como corridas militares ou a formação de alianças, podendo proporcionar um maior perigo, do que o pensamento anterior. Os Estados quando tem capacidades ofensivas, utilizam-nas, de modo a obter poder, seguindo estratégias como a guerra e a manipulação ou chantagem. A Guerra é o principal meio para aumentar a segurança de um e a redução da segurança do outro. A Chantagem pode ser utilizada, de modo, garantir certas concessões e obter ganhos relativos. O modelo Neorrealista também demonstra que os Estados com rivais mais agressivos e poderosos, tem como incentivo a implementação de estratégias ofensivas, de maneira a obter mais ganhos relativos, sob o seu rival. O Sistema anárquico gera perigo, incentivando a políticas expansionistas, com o objetivo de obter benefícios a curto-prazo.

A presente investigação visa contribuir para a revisão bibliográfica existente, demonstrando que a segurança internacional sendo escassa, gera competição para garantir a sobrevivência, adotando estratégias ofensivas. A Turquia determinou que para assegurar a sua segurança, a implementou ações, como a contestação de delimitações marítimas, envio de frotas navais para áreas marítimas dos seus países vizinhos, a celebração de acordos de novas jurisdições marítimas. A incerteza e o receio, em torno dos recursos energéticos, influenciaram o governo turco na adoção destas medidas. A escassez dos recursos energéticos gerou desconfiança, face aos países da mesma região, que a Turquia, possibilitando a competição pelos mesmos. O egoísmo turco perante as fontes energéticas mostrou que a cooperação não é benéfica para assegurar o controlo dos hidrocarbonetos.

Capítulo II. A descoberta dos recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental

2.1. A prossecução da exploração e desenvolvimento dos recursos energéticos

Em 2010, foram descobertas várias reservas de recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental, nomeadamente nas Zonas económicas Exclusivas de Chipre, Israel e Egito (Johnson, Ross, e Zemenides 2015). Esses recursos energéticos pautavam-se por petróleo, contudo aquele com maior estimativa seria o gás natural. Devido a essa maior quantidade de gás natural, deu-se um seguimento de uma maior exploração e perfuração desses recursos energéticos.

O Mediterrâneo é um ponto fundamental para a economia global, gerando valores económicos massivos, devido aos seus recursos marítimos. Setores económicos ligados à matéria marítima, como o turismo, transporte de mercadorias, construção naval, pesca e mineração em águas profundas, obtêm relevância (Manoli 2020). O Mar Mediterrâneo é também um centro de produção e exportação de energia, cujo consumo deste recurso beneficiaria o desenvolvimento económico local. As potenciais reservas ricas de recursos energéticos, a construção de gasodutos e novas descobertas de recursos energéticos, geraram um maior desenvolvimento regional. Contudo a descoberta energética, no Mediterrâneo Oriental, fomentou as tensões, numa região altamente atribulada, nomeadamente pela existência de várias Zonas Económicas Exclusivas, a questão cipriota e o conflito entre Israel e Palestina (Ak 2014).

A ilha cipriota é considerada uma chave de acesso para a região do Mar Mediterrâneo, em todos os níveis. A nível geopolítico, poderá servir de ponto de intervenção militar em crises no Médio Oriente (Oral 2021). Em questões económicas, tem uma área marítima que possui recursos energéticos o que poderá possibilitar o fornecimento de energia para os vários países da região e para o continente europeu. A procura pelo gás natural cipriota significaria o crescimento exponencial das suas exportações e do crescimento da economia. O governo cipriota, foi um dos principais atores a promover essa ação, resultando na descoberta da reserva *Afrodite*¹⁵ (Ratner 2016). No que toca à produção de gás natural, o Chipre é um Estado menor com um mercado pequeno. Devido a esse contexto, o governo cipriota poderá conseguir exportar a maioria da produção para os países vizinhos, ainda que o objetivo principal, seja tornar-se num centro energético global (Gürel e Le Cornu 2014). Para a concretização desse objetivo, é necessário a construção de infraestrutura que tenham a possibilidade de serem reconhecidas a nível global, de modo a exportar o gás produzido e o gás natural de outros países do Mediterrâneo Oriental. Porém a possibilidade de extração e a sua conseqüente exportação, foram desde início, grandes

¹⁵ Reserva energética, localizada, em território marítimo cipriota

dificuldades a ter em conta. Essas dificuldades geraram algumas opções de exportação do gás cipriota. Uma das opções seria o uso de LNG e a construção de uma central de gás natural liquefeito, em Vassilikos¹⁶ (Demiryol 2019). Uma opção com vantagem no acesso aos mercados sem a intervenção de terceiro interveniente, maior flexibilidade na produção e fornecimento, mas tem como desvantagem o elevado custo de construção, ao contrário do custo de construção e uso de gasodutos (Demiryol 2019). Esta opção seria válida devido à descoberta de outra reserva energética na sua Zona Económica Exclusiva permitindo um projeto mais dispendioso. A segunda opção passaria por transportar o gás natural cipriota para o Egito, exportando, de seguida, através das suas infraestruturas de *Liquefied Natural Gas*, ou LNG¹⁷ (Demiryol 2019). A grande desvantagem seria que essas infraestruturas poderiam produzir gás natural, apenas para consumo interno. Uma última opção, também viável, seria a construção de um gasoduto para o continente europeu, tornando a Grécia num país transitório, obtendo acesso ao mercado e rede europeia (Demiryol 2019).

Estas opções foram consideradas válidas, mas formaram-se alguns obstáculos como a falta de segurança na construção e no transporte e a tecnologia recente, cuja utilização não foi testada. (Stergiou 2017a). A grande limitação seria a falta de investimento dos Estados em projetos nos quais iriam ter um menor retorno, devido à falta de recursos, isto é, para um projeto ser viável, é necessária a existência de recursos em grandes quantidades, atraindo assim maior interesse e investimento (Stergiou 2017a). Os governos da região reconhecem a importância da existência de investimento direto estrangeiro, não apenas sob a forma de acumulação de capital, mas como incentivo à produção, transferência de tecnologia, conhecimento e integração nas cadeias de valor global (Rubin e Eiran 2019). No caso cipriota, o seu governo necessita de retorno financeiro, de modo a reverter a crise económica que o seu país atravessa, favorecendo projetos com custos mais aceitáveis.

Dadas estas opções, o governo cipriota considerou fundamental estabelecer boas relações com alguns países da região, culminando em acordos celebrados, com o governo israelita, em especial caso, no acordo de 2010, que levou ao desenvolvimento e exploração da reserva *Aphrodite* em conjunto com o governo de Telavive¹⁸ (Eissler e Arasil 2014). O governo de Nicósia estabeleceu também boas relações com o Egito, celebrando acordos com o governo deste país, nomeadamente um acordo de delimitação das Zonas Económicas Exclusivas, em 2003¹⁹ (Rubin e Eiran 2019). Estes fatores todos permitiram, ao governo cipriota, designar treze blocos de exploração e perfuração, aos quais iria atribuir licenças para a

¹⁶ Localizado em território marítimo do Chipre

¹⁷ Liquefied Natural Gas

¹⁸ O artigo número 2 do Acordo entre o Governo do Estado de Israel e o Governo da República do Chipre, em 2011, demonstra que os Estados devem cooperar no desenvolvimento e na exploração dos recursos

¹⁹ As boas relações com o Egito, resultaram também num acordo entre a República do Chipre e a República Árabe do Egito, em torno de um Gasoduto de Gás Natural Submarino, em 2019

realização dessas atividades. O governo de Nicósia atribuiu licenças de exploração em vários “blocos” da sua Zona Económica Exclusiva, a empresas internacionais, como a empresa Noble Energy, ao consorcio italo-coreano, ENI-KOGAS e à empresa francesa TOTAL (Stanič e Karbuz 2021). O grande obstáculo aos acordos celebrados e à atribuição de licenças, seria a contestação turca. O governo turco não reconhece a Zona Económica Exclusiva cipriota, considerando que os blocos e áreas designadas, pelo governo de Nicósia, sobrepunham-se à sua Placa Continental, e à Placa Continental da República Turca do Chipre do Norte (Stanič e Karbuz 2021). O potencial de construção de gasodutos no Mar Mediterrâneo, suscitou também, como já dito, a celebração de vários acordos de delimitação marítima na região. A atribuição de licenças para atividades exploratórias a consórcios internacionais, determinaria o exercício dos direitos naturais, por parte do governo cipriota, demonstrando o reconhecimento internacional do seu Estado (Proedrou 2021).

Apesar do governo cipriota anunciar a exploração da reserva *Aphrodite* de maneira que fosse possível exportar o gás natural, o seu processo não seria fácil, visto que o seu país não tinha as infraestruturas necessárias para o consumo, nem para a exportação dos recursos energéticos. Várias opções de exportação surgiram, como a construção dessas infraestruturas, ou até mesmo utilizar infraestruturas de países vizinhos, de modo a exportar os seus recursos energéticos para os diferentes mercados. Na região do Mediterrâneo, o Egito é um Estado com grande capacidade de fornecimento de gás natural e com as devidas infraestruturas, tornando-o num parceiro importante para a concretização dos objetivos cipriotas (Stanič e Karbuz 2021). Porém, no Egito, existiu uma escassez de gás natural, devido ao custo do consumo do recurso e ao aumento da procura. As sucessivas crises políticas não facilitaram a produção do recurso, diminuindo o investimento na exploração de novos recursos energéticos (Ratner 2016).

As circunstâncias do Egito, reverteram-se com o potencial de novas descobertas energéticas, nas áreas marítimas dos outros países. As descobertas no território marítimo egípcio, possibilitaria o benefício da transformação regional na indústria do gás natural e nas exportações. Com a descoberta da reserva *Zohr*²⁰, em 2015, efetuada pela empresa italiana *ENI*, o governo egípcio mostrou uma clara aposta na exploração e descoberta dos recursos energéticos, de modo a reduzir a importação de gás natural e aumentar o investimento na descoberta de recursos energéticos (Ratner 2016). Previamente à descoberta da reserva Zohr, o Egito tinha altas taxas de exportação do gás natural, mas também tinha uma elevada taxa de importação deste recurso, originando a celebração de vários acordos com países vizinhos (Ratner 2016). Com a descoberta desta reserva, o governo egípcio passou a ter como objetivo

²⁰ Reserva localizada em território marítimo do Egito

o consumo interno dos recursos energéticos e tornar-se, ao mesmo tempo, um Estado exportador de gás natural, passando a ser um verdadeiro centro energético regional (Fouad 2020). O governo do Egito, designou como estratégia a utilização de infraestruturas, nomeadamente as centrais de gás natural liquefeito Damietta e Idku e os dois gasodutos, o “*Arab Gas*” e o “*Arish-Akelon*” ou “EMG” (Fouad 2020). O objetivo do Egito passou a ser mais fácil de atingir, permitindo ter influência em Israel, especialmente se for incluído no transporte de gás israelita, para o continente europeu.

Israel, é outro Estado do Mediterrâneo Oriental, que poderia beneficiar dos recursos energéticos tendo como objetivo semelhante, tornar-se numa potencia exportadora de gás natural a nível regional e global. A descoberta das reservas *Tamar*, *Dalit* e *Leviathan*²¹, potenciaram esse objetivo, aumentando a produção israelita de gás natural e atingir o patamar de autossuficiência em recursos energéticos, nomeadamente no gás natural (Ratner 2016). As explorações destas reservas também facilitaram a diversificação do fornecimento de recursos energéticos fornecendo recursos suficientes para suprimir as necessidades internas (Ratner 2016). A essência de se tornar autossuficiente, beneficia a sua segurança, pois durante algumas décadas, a exportação de recursos energéticos israelitas, para os seus vizinhos, era inexistente devido à desconfiança (Ratner 2016). Com a celebração de vários acordos com os países da região, esse panorama alterou-se, mas só com a integração de várias empresas internacionais nos acordos celebrados²² (Ratner 2016).

Contudo o governo israelita contou com algumas limitações na exportação dos seus recursos energéticos, devido à inexistência de infraestruturas possíveis de transporte de gás natural liquefeito. A solução passaria pela construção de centrais de LNG, ainda que gerasse preocupações securitárias e económicas, devido ao custo elevado (Demiryol 2019). A transformação em gás natural liquefeito, daria acesso a vários mercados, mas deveria estar localizada em território cipriota ou israelita. A segunda alternativa consistiria na construção de um gasoduto entre Israel e Chipre, de modo que o gás natural fosse transportado para centrais de LNG na costa cipriota, porém seria uma opção com algumas limitações, como as disputas entre Chipre e a Turquia e a falta de financiamento para a construção dessas centrais (Fouad 2020). A terceira passaria pela construção do gasoduto *EastMed* ligando Israel, Chipre, Grécia e Itália, disponibilizando a exportação do gás natural israelita para o mercado europeu (Fouad 2020). A quarta opção seria aumentar o gasoduto entre a Turquia e Israel, facilitando a entrada de gás natural israelita no mercado europeu, mas devido às relações tensas entre os países, a conclusão do projeto, tornou-se impossível (Fouad 2020). Seria um projeto com vantagens pois, apesar do acesso

²¹ Reservas localizadas em território marítimo de Israel

²² Resultou num Acordo entre o Governo do Estado de Israel e o Governo da República do Chipre, na cooperação na matéria de energias renováveis e eficiência energética (2013)

turco ao gás natural, a introdução do recurso no mercado europeu, seria facilitada, através do *South Stream* (Demiryol 2019). A quinta e última opção passaria pelo uso do gasoduto entre Israel e o Egito, facilitando o consumo egípcio do gás natural israelita e exportando-o para o continente europeu, utilizando as suas centrais de LNG (Fouad 2020).

A descoberta de recursos energéticos teve como consequências, os possíveis benefícios económicos e proximidade entre os vários Estados da região, nomeadamente entre Israel e Chipre. As descobertas reservas cipriotas e israelitas detêm uma vasta quantidade de gás natural, necessitando da sua maior exportação, resultando na celebração de acordos de exportação. A possível construção de uma central de gás natural liquefeito entre os dois países surgiu devido à proximidade entre as reservas de ambos os Estados (Gürel e Le Cornu 2014). Este projeto suscitou o interesse de empresas europeias, ainda que o alargamento do gasoduto entre Israel e Turquia, seria um projeto mais viável, do que a construção de uma central de gás natural liquefeito, embora impossível de se finalizar (Fouad 2020). A construção de um gasoduto, ligando o território grego, foi também equacionado devido às relações amistosas entre os países (Demiryol 2019)

As várias opções demonstraram vários trajetos que o governo israelita poderia seguir, mas o governo de Telavive decidiu optar pela terceira opção, ainda com custos elevados, dificuldades técnicas e a existência da situação conflituosa que impera no mundo geopolítico do Mediterrâneo Oriental. A construção deste gasoduto possibilitaria a concretização de vários objetivos que o governo de Telavive se propôs, como o consumo dos seus recursos, a obtenção de importância como centro energético no Mediterrâneo e redução da influência árabe e dos seus recursos (Fouad 2020). Uma possível limitação à construção poderia ser o reacendimento da rivalidade com o Egito, porém, a aproximação entre estes dois últimos Estados gerou tensões com o governo turco (Fouad 2020).

A Grécia é também um Estado importante, nas questões dos recursos energéticos do Mediterrâneo Oriental e após a realização de estimativas que previam que em águas gregas, principalmente no Mar de Creta, localizavam-se largas quantidades destes recursos, o governo grego optou por uma estratégia de aposta forte na descoberta de recursos energéticos (Fahmy 2020). A possível descoberta destes recursos possibilitaria o surgimento de um novo centro energético grego no Mediterrâneo Oriental. Juntamente com o Chipre, o governo de Atenas assinou acordos com outros países da região, principalmente com o Egito, em 2020, um acordo de delimitação da Zona Económica Exclusiva, possibilitando, rivalizar com a Turquia no Mediterrâneo Oriental (Grigoriadis e Belke 2020). O facto de ser um membro da União Europeia, garante um maior “*leverage*” à Grécia e ao Chipre, demonstrando uma grande vantagem sobre a Turquia no continente europeu (Eissler e Arasil 2014). A integração

cipriota e grega na União Europeia, possibilitou a realização de investimentos elevados, por parte de países europeus, em atividades de exploração nas Zonas Económicas Exclusivas de ambos os Estados. “In this reading, EastMed is a geopolitical scheme that secures, safeguards, protects, promotes and reinforces Greek sovereignty by securing external allies and crafting a more favourable balance of power.” (Proedrou 2021).

A descoberta de recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental destacou a Turquia na questão energética. O governo turco considerou uma afronta a atribuição de licenças de exploração na Zona Económica Exclusiva cipriota, devido à inexistência de um acordo com a República Turca do Chipre do Norte (Kısacık 2020). Este país surgiu com a invasão e ocupação turca na parte norte da ilha cipriota, em 1974, tendo a Turquia como único país a reconhecer como um Estado, apesar do apelo da Comunidade Internacional²³. A contestação turca da atribuição de licenças de exploração do governo cipriota, demonstrou a falta de reconhecimento pelo governo turco, da Zona Económica Exclusiva do Chipre, reclamando, para o seu aliado, várias áreas da Zona Económica Exclusiva cipriota (Kısacık 2020). A parceria entre os dois países resultou na celebração de acordos de delimitação marítima entre os Estados e na concessão de licenças de exploração e perfuração, a empresas estatais turcas, em zonas marítimas reclamadas pelo governo de Nicósia (Kısacık 2020). A nível económico, a Turquia atravessa uma crise económica, e o acesso às fontes energéticas do Mar Mediterrâneo, possibilitaria a diversificação dos recursos energéticos, a manutenção da influência turca no Mediterrâneo Oriental e o aumento da sua importância dentro do continente europeu, através do gasoduto *Southern Gas*²⁴ (Kısacık 2020). Devido à sua situação com o país vizinho, a opção pela construção do *Trans-Anatolian Natural gas Pipeline*, o TANAP, estaria impossível de se concretizar.

A descoberta de hidrocarbonetos, suscitou uma possível uma nova cooperação, segurança energética e prosperidade no Mediterrâneo Oriental. A exploração e transporte dos recursos tinha como resultado o fortalecimento dos mercados regionais, o acesso a mercados mais valiosos, promovia o investimento direto estrangeiro e o desenvolvimento dos projetos e infraestruturas dos países da região do Mar Mediterrâneo (Karbus e Baccarini 2017). Porém os grandes desafios do Mediterrâneo Oriental, passaria pelo acesso aos mercados internacionais, aos preços competitivos e à solução das questões geopolíticas (Ellinas 2019). Estes desafios ditarão a maximização das descobertas energéticas e a estabilidade geopolítica e regional. As constantes crises políticas e guerras civis em território líbio e sírio, e a crise da zona euro, impactaram nos preços energéticos, afetando as exportações dos recursos

²³ A resolução 186 das Nações Unidas, refere que sob as obrigações da Carta das Nações Unidas, de restringir qualquer ação ou ameaça, que piore a situação da soberania da República do Chipre, ou que ameace a paz internacional.

²⁴ Gasoduto, com trajeto iniciado no Azerbaijão e com destino final, a Europa

energéticos (Manoli 2021). Como já dito, a região do Mediterrâneo Oriental é conturbada, surgindo situações energéticas preocupantes, nomeadamente com a diminuição da procura energética, em Israel, reduzindo as expectativas em torno de novas descobertas; a pouca quantidade das reservas energéticas cipriotas, gerou circunstâncias semelhantes, impossibilitando a procura interna, devido à falta de investimento alto (Zemach 2016).

2.2. As dificuldades na exploração e transporte dos recursos energéticos

Existem grandes entraves à exploração dos recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental, como a prevalência de conflitos entre os Estados. Estes obstáculos prejudicam a existência de investimento, pois é considerado de alto risco, ou seja, as empresas apenas investem quando lhes é assegurado a estabilidade política e legal (Axt 2021). Os conflitos, a presença de navios de guerra e o uso de armamento impossibilitam o financiamento na região (Axt 2021). De modo que seja possível construir e utilizar infraestruturas que facilitem a exploração de recursos energéticos, é fundamental a existência de boas relações entre os países. A competitividade do preço do petróleo e do gás natural com preços de outras regiões, a exportação e o transporte dos recursos são também limitações, visto que o custo da utilização de infraestruturas para essas atividades, é muito dispendioso (Axt 2021). Um desses exemplos, é a central de gás natural liquefeito no Egito. De modo que o projeto seja mais viável a nível económico, os recursos energéticos dos outros Estados da região, teriam de ser transportados para esta infraestrutura (Rubin e Eiran 2019). Os obstáculos e limitações demonstraram a falta de cooperação energética regional, gerando o isolamento dos Estados. De modo a quebrar o isolamento, países do Mediterrâneo Oriental procuraram o financiamento de outros atores internacionais, como empresas e consórcios internacionais, para potenciais novas descobertas energéticas (Rubin e Eiran 2019).

O fornecimento de gás natural no Mediterrâneo Oriental é, como já dito, vulnerável devido à influência política, questões geopolíticas e meios de fornecimento do recurso energético. A estabilidade é necessária para a concretização de projetos, visto que requerem investimentos altos, enquanto os Estados necessitam de retorno financeiro (Stergiou 2017b). O desenvolvimento regional, é do interesse dos países, mas as questões políticas, não beneficiaram os recursos energéticos devido ao aumento do interesse dos Estados em torno dos mesmos, gerando desacordo e controvérsia. A falta de cooperação demonstra o não desenvolvimento dos recursos, impedindo a maximização de todo o seu potencial, determinando o aumentando os preços do gás natural (Zemach 2016). Os elevados preços do gás natural, evita o desenvolvimento das economias locais, e os países não beneficiam com os ganhos proporcionados pelos recursos energéticos (Grigoriadis e Levoyannis 2021). As descobertas energéticas

ganham destaque com a capacidade de produção, porém tem como requerimento o investimento e financiamento de empresas internacional, que exigem a capacidade de retorno da comercialização das descobertas (Karbus e Baccharini 2017). “Much will depend on the gas price the companies will receive in selling natural gas to the domestic market, the availability of export options and transport means, stability in the countries regulatory, fiscal and political environment.” (Karbus e Baccharini 2017, p.3).

Os conflitos políticos na região, prevalecem devido às jurisdições marítimas impostas individualmente pelos Estados do Mediterrâneo Oriental e à inexistência de acordos de delimitação marítima na região. De acordo com a convenção do UNCLOS, as delimitações marítimas, terão de ter em conta a definição das Placas continentais, a delimitação das Zonas Económicas Exclusivas, os regulamentos no que toca às ilhas e o princípio da linha mediana (Axt 2021). A convenção do UNCLOS defende que os Estados têm o direito de explorar os seus recursos marítimos, mas é fundamental delimitar as Zonas Económicas Exclusivas, de modo a explorar, conservar e fazer a manutenção dos recursos naturais.²⁵

Certos Estados do Mediterrâneo Oriental são signatários desta convenção, porém existem outros que não o são, como a Turquia. Este último não sendo um membro signatário do UNCLOS, considera-se em desacordo com a delimitação da Zona Económica Exclusiva do Chipre e Grécia (Rubin e Eiran 2019). O governo turco considera que o seu país e o seu parceiro, a República Turca do Chipre do Norte, têm o direito de explorar os recursos naturais nas suas Placas Continentais, sem a necessidade de uma declaração marítima (Ak 2014). A Turquia tem também disputas com a Grécia, em torno das águas territoriais devido aos desentendimentos com o governo deste último, visto que, caso a Grécia aumente o domínio das suas águas territoriais para 12 milhas náuticas, o Mar Egeu passa a ser o mar grego, dificultando a passagem de navios turcos nesse mar (Axt 2021). De acordo com a convenção do UNCLOS, a jurisdição de um Estado, sob as suas águas territoriais, prolonga-se sob o seu espaço aéreo, até ao subsolo, porém os navios e embarcações de outros Estados, têm o direito de passar livremente, nestas águas, devido ao direito de passagem livre. O limite de 12 milhas náuticas foi adotado por vários países do Mar Mediterrâneo, excluindo, inicialmente, a Grécia e Turquia (Blake 1982). No que toca ao estatuto das ilhas gregas, os conflitos entre gregos e turcos é também preocupante. Por um lado, o governo grego considera que as suas ilhas têm os mesmos direitos do seu território continental, possibilitando uma Zona Económica Exclusiva grega, do seu território continental até à costa turca (Axt 2021). Por outro lado, o governo turco não considera essa opção, visto que, ainda que isso se verifique

²⁵ De acordo com o artigo 55, da parte número 5, do UNCLOS, a Zona Económica Exclusiva é uma área após e adjacente ao mar territorial, sujeita a um regime específico legal, estabelecido, nesta Parte, em que os direitos e jurisdições do Estado Costeiro e os direitos e liberdades de outros Estados, são governados por provisões relevantes desta Convenção

na convenção do UNCLOS, a situação do Mediterrâneo Oriental é excepcional, não podendo existir essa delimitação (Axt 2021). Com a possível existência dessa consideração, a Turquia não teria oportunidades de exploração de recursos naturais, pois a Grécia tem o domínio da ilha Castellorizo, uma ilha a cerca de 3 quilómetros da costa turca (Axt 2021). Nesta convenção, existem artigos, em que os Estados não podem negar a livre navegação a embarcações de outros países, na sua Zona Económica Exclusiva, porém devido à situação, no Mar Egeu, ambos os Estados provocam alguns incidentes marítimos.

Os confrontos e conflitos entre Grécia e Turquia perduram há vários séculos, mas as questões em torno das delimitações marítimas, apenas teve início, no século XX, devido à ocupação e controlo grego das ilhas turcas no Mar Egeu²⁶, nomeadamente Castelorizzo. (Savoldi, Orsini, e Germond 2020). A descoberta de recursos energéticos na região e a proximidade entre os dois Estados, fomentou mais crises no Mar Egeu. O governo grego implementou estratégias de modo a rivalizar com a Turquia e cooperar com os seus parceiros regionais, visto que não existe um acordo de delimitação marítima entre os dois parceiros (Fouad 2020). Os governos dos dois Estados, também não acordaram no estatuto das ilhas, nem na jurisdição das águas territoriais, demonstrando que as decisões marítimas, irão ser sempre contestadas pelos dois lados.

Previamente à convenção do UNCLOS, os Estados costeiros reclamavam até três milhas náuticas, no que toca as águas territoriais, mas não existia um cumprimento total desse compromisso (Savoldi, Orsini, e Germond 2020). O estabelecimento desta convenção, gerou um maior consenso entre os vários países, tendo como objetivo o desenvolvimento dos países, com garantias de controlo sob os seus recursos naturais nas jurisdições marítimas; definir os limites das águas territoriais até 12 milhas náuticas e os limites das Zonas Económicas Exclusivas, até 200 milhas náuticas (Savoldi, Orsini, e Germond 2020). Porém a convenção gerou e continua a gerar desacordos entre os vários Estados, nomeadamente em torno da delimitação das fronteiras marítimas e na existência de tecnologias recentes, que possibilitem a descoberta de novos recursos naturais (Savoldi, Orsini, e Germond 2020). No Mar Mediterrâneo, as tensões em torno das disputas de águas territoriais originaram, como já dito, vários incidentes entre Turquia e Grécia, visto que o governo turco defende a delimitação das águas territoriais, até três milhas náuticas; a demarcação da Placa Continental; o estatuto das ilhas não habitadas; a desmilitarização das ilhas gregas e a delimitação do espaço aéreo nacional (Savoldi, Orsini, e Germond 2020). Enquanto o governo grego defende apenas a delimitação da Placa Continental, gerando um desacordo entre os dois Estados (Savoldi, Orsini, e Germond 2020). O governo grego acusou ainda a Turquia, de atribuir licenças de exploração às suas empresas estatais, em espaço marítimo

²⁶ Nos pós fim da Primeira Guerra Mundial

grego, nomeadamente em torno das ilhas gregas. O governo de Ancara afirma que as ilhas do Mar Egeu, foram ocupadas por gregos, após a Primeira Guerra Mundial, sem ter em conta o governo turco. A Turquia apenas reconheceu a transferência de soberania sob as suas ilhas, para a soberania grega, após o Tratado de Lausanne²⁷, em 1923 (Savoldi, Orsini, e Germond 2020). O governo grego ao ser membro signatário da convenção do UNCLOS, prolongou as suas águas territoriais até 12 milhas náuticas, originando a contestação turca.

As relações entre o governo de Ancara e o de Nicósia, são também tensas. Anteriormente à descoberta dos recursos energéticos na sua Zona Económica Exclusiva, o governo cipriota celebrou vários acordos de delimitação. Inicialmente com o Egito, em 2003. De seguida, em 2007, celebrou com o governo libanês e por fim, em 2010, com o governo israelita (Rubin e Eiran 2019). A descoberta de recursos energéticos intensificou ainda mais a conflitualidade entre Chipre e Turquia. O governo cipriota considerou que a exploração de recursos energéticos na sua Zona Económica Exclusiva, poderia significar uma alteração na sua economia (Colombo e Sartori 2016). Contudo, a ilha cipriota continua dividida a nível territorial, em duas regiões. Uma região a sul, oficialmente reconhecida como o representante de toda a ilha, com todos os direitos soberanos de um Estado (Colombo e Sartori 2016). Uma região a norte, apenas reconhecida pela Turquia²⁸, que reclama várias áreas marítimas que fazem parte do território marítimo cipriota (Colombo e Sartori 2016). A divisão do território possibilita as críticas e contestação turca às atividades de exploração e perfuração, realizadas por empresas internacionais.

As delimitações marítimas no Mediterrâneo Oriental, como já dito, têm sido contestadas pelos vários Estados da região. O governo cipriota celebrou acordos de delimitação marítima com países da região. Devido às ações bilaterais do governo de Nicósia, o governo turco, como já dito, implementou uma postura semelhante, assinando um acordo de delimitação marítima com a República Turca do Chipre de Norte, em 2011 (Rubin e Eiran 2019). O governo turco cipriota, concedeu como já dito, licenças de exploração a empresas estatais turcas, na sua área marítima e em áreas marítimas reclamadas pelo governo da República do Chipre (Demiryol 2019). Contudo, as ações deste governo, mereceram a contestação do governo cipriota e da Comunidade Internacional, visto que de acordo com o Direito Internacional, são consideradas ilegais (Demiryol 2019).

A inexistência de soluções para a divisão territorial cipriota, demonstrou a falta de confiança em torno da distribuição dos recursos energéticos. O governo turco, considerou como unilateral a abordagem cipriota grega, criticando-a desde início (Ak 2014). O governo turco, também contestou a posição cipriota,

²⁷ Um Tratado de paz assinado entre a Turquia, Reino Unido, Grécia, França, Itália, Japão, Roménia e Jugoslávia

²⁸ A resolução 541 das Nações Unidas, refere que todos os Estados não reconheçam nenhum Estado cipriota, sem ser a República do Chipre

defendendo a delimitação marítima, de acordo com os princípios de justiça e equidade da lei internacional marítima (Ak 2014). A posição do governo turco resultou na rejeição de qualquer acordo entre a Turquia e outros Estados da região, em torno da delimitação das Zonas Económicas Exclusivas.

O governo turco implementou uma política externa agressiva, principalmente com ameaças de força. A nova política externa turca, teve como contrarresposta grega, contestando as ações de Ancara, visto que o governo turco reconhece a República Turca do Chipre do Norte, como um Estado soberano e de que os cipriotas turcos têm os direitos sob toda a costa da ilha, mas o mesmo governo não reconhece os direitos dos cipriotas gregos na costa norte da sua ilha (Grigoriadis 2014). A Turquia reclama para o seu aliado, o direito de beneficiar da exploração dos recursos marítimos da ilha cipriota, gerando disputas com o governo de Nicósia. A questão em torno em torno da unificação da ilha cipriota, impede a melhoria das relações diplomáticas entre a Turquia e a União Europeia, limitando a cooperação da Turquia com certos países do Mediterrâneo Oriental (Stergiou 2017b). O resultado determinou, o aumento da influência russa na região, diminuindo a influência ocidental no Mar Mediterrâneo (Stergiou 2017b).

A existência de cooperação energética entre os vários Estados do Mar Mediterrâneo, como o Chipre, Grécia, Israel e Egito, e empresas com licenças de exploração e perfuração, influenciou também as críticas e posições da Turquia. A possível construção de gasodutos entre os Estados, consistiria numa ameaça às ambições turcas de obtenção de um papel de centro energético e Estado trânsito (Stergiou 2017a). Como forma de resposta à cooperação entre os países, a Turquia e a República Turca do Chipre do Norte, celebraram, como já dito, vários acordos de delimitação marítima e exploração da costa norte da ilha cipriota. O governo turco também não reconhece a ZEE do Chipre, gerando a contestação da Comunidade Internacional, que reconhece os direitos do Chipre na exploração das suas jurisdições marítimas, visto que considera que os Estados do Mediterrâneo redesenham as fronteiras marítimas na região, de modo a prejudicar o seu país, não tendo em atenção à unificação cipriota (Demiryol 2019). A situação cipriota afeta diretamente o seu Estado, e os seus aliados, pois, o governo de Ancara afirma que os cipriotas gregos, não podem agir de forma multilateral na delimitação marítima do seu Estado, nem receber os benefícios e lucros, sem a existência de um acordo com os cipriotas turcos (Demiryol 2019). As ações do governo turco demonstraram uma postura mais agressiva na concretização e obtenção do acesso aos seus direitos e dos seus parceiros. A posição mais agressiva da Turquia, iniciou-se após a exploração de um dos blocos designados para exploração e perfuração (Demiryol 2019). O governo de Erdogan celebrou, de imediato, um acordo com o governo da região norte da ilha cipriota, estipulando novas delimitações marítimas e concessões de licenças de exploração, a empresas estatais

turcas, nas áreas marítimas da costa norte da ilha cipriota (Demiryol 2019). Apesar da contestação internacional, o governo turco, implementou maior agressividade nas suas políticas, com o destacamento de embarcações de investigação sísmica para a região, submeteu uma proposta nas Nações Unidas de modo que governo cipriota e os seus parceiros cessassem as explorações, ou que fosse formado um comité de coordenação de exploração (Demiryol 2019). Por último, ordenou a exploração e perfuração, em áreas perto da costa cipriota. A postura turca intensificou as tensões na região, ao enviar navios de guerra para a costa cipriota, onde estariam localizadas embarcações de empresas internacionais, com licenças de exploração (Demiryol 2019).

A posição da Turquia no Mar Mediterrâneo ficou fragilizada, devido ao apoio da União Europeia, ao Chipre e Grécia, à criação de eixos trilaterais entre Chipre, Israel e Grécia, e à assistência providenciada pelo governo francês (Örmeci e Kisacik 2020). Para a Turquia, as alianças e colaborações entre os seus vizinhos consistiam na garantia de segurança e soberania, dos seus países no Mediterrâneo Oriental (Proedrou 2021). Os países projetaram as suas delimitações marítimas, de acordo com a aplicação marítima, garantindo os seus direitos soberanos na região (Proedrou 2021). As celebrações dos acordos das divisões marítimas tiveram impacto a nível energético e na balança de poder na região. O governo turco, como já dito, passou a ter uma posição mais isolada perante as questões energéticas, visto que os governos cipriota e grego, conseguiram assegurar a cooperação com países, especialmente dos que integram a União Europeia, suscitando o interesse, da organização em projetos ambicionados, pelo governo grego, cipriota e israelita (Proedrou 2021). Os projetos envolviam a construção de gasodutos entre a Grécia e o Chipre, a construção de centrais de LNG, de modo a exportar o gás natural cipriota e israelita, a partir de Vassilikos, com destino o continente europeu. A possibilidade da Grécia se tornar, num país transito, seria uma ameaça às ambições da Turquia (Proedrou 2021). O governo turco, contestou os projetos, visto que iriam diminuir a influência e poder turco no continente europeu, mostrando a resiliência turca em manter o status quo no Mediterrâneo (Özertem 2016). O governo de Ancara considera ainda que, infraestruturas energéticas construídas em Estados opositores, representa um perigo aos objetivos e ambições turcas (Gürel e Le Cornu 2014).

Os conflitos no Médio Oriente, as Primaveras Árabes e os desacordos em torno das delimitações marítimas, como já dito, contribuíram para a instabilidade na região do Mediterrâneo (Ruble 2015). Contudo, as disputas em torno da ilha cipriota e dos seus recursos geraram a celebração de acordos de divisão das fronteiras marítimas e a implementação de uma nova política externa da Turquia. O governo de Nicósia, face às ações do governo turco, opôs-se à integração turca na União Europeia (Ruble 2015).

Para o governo cipriota, o apoio da organização, permite a realização de atividades de exploração, ainda que sofra contestação turca (Oral 2021).

Estes fatores e acontecimentos demonstram que o governo turco está rodeado por adversários, com estratégias bem definidas e objetivos semelhantes, como impedir qualquer fortalecimento e reforço da influência e poder da Turquia no Mediterrâneo Oriental. É visível que os vários Estados da região têm relações tensas com a Turquia, nas quais, são improváveis de melhorarem.

2.3. A influência de outros atores externos no Mediterrâneo Oriental

As descobertas das fontes energéticas no Mediterrâneo Oriental geraram uma oportunidade dourada, para a emergência regional e na sua cooperação com outros atores energéticos, como a União Europeia. A região do Mar Mediterrâneo emergiu como um potencial fornecedor de hidrocarbonetos para o mercado europeu, em que os seus integrantes, ambicionavam a diversificação dos recursos energéticos, de modo a reduzir a dependência face ao gás natural russo (Rubin e Eiran 2019). Surgiram, como já dito, projetos que iriam permitir a maximização do potencial das novas fontes de energia, como o *EastMed*, o gás natural liquefeito de centrais cipriotas e egípcias.

A descoberta dos hidrocarbonetos do Mediterrâneo, poderia gerar soluções para os conflitos regionais, mas teve o efeito contrário, visto que foi considerada como um catalisador para o conflito. A falta de acordo de paz para a questão cipriota, aumentou os riscos para a existência de investimento na região, dificultando as perspectivas na possível exportação de gás natural para o continente europeu (Grigoriadis e Levoyannis 2021). O declínio previsto das novas fontes energéticas, demonstra que o Mediterrâneo Oriental, poderá não ser um centro energético mundial, nem emergir como um *game changer* para a Europa e para o Mar Mediterrâneo (Grigoriadis e Levoyannis 2021). Os acordos de delimitações marítimas e implementação das Zonas Económicas Exclusivas, não geraram a estabilidade esperada no Mediterrâneo Oriental.

A procura da União Europeia de uma maior diversificação energética, aumentou exponencialmente, especialmente com o surgimento de tensões na Europa de Leste. A maior demanda por fontes energéticas, suscitou o interesse da Comissão Europeia, no financiamento de vários projetos, envolvendo o Chipre, Grécia, Israel e Egito, nomeadamente, na construção de um gasoduto com destino, o continente europeu (Gürel e Le Cornu 2014). O obstáculo passaria por atravessar as delimitações marítimas do Chipre e da Turquia. Devida a essa limitação, surgiu um projeto da construção de um gasoduto submarino, ligando a Grécia ao Egito, transportando o LNG do Chipre (Stanič e Karbuz 2021). A União Europeia, também suscitou o seu interesse na construção de um gasoduto ligando Israel à Turquia,

porém seria uma opção remota, devido às relações tensas entre os dois Estados. Os Estados da região, recusaram a opção, envolvendo a Turquia como um Estado transitório, pois iria proporcionar desafios geopolíticos (Proedrou 2021). A opção dos países consistiria na construção de um gasoduto, ligando os territórios, gregos, cipriotas e israelitas, ao território italiano. A construção deste meio de transporte de gás natural, aumentaria a importância israelita, tornaria o território grego e cipriota, num Estado transitório e fortaleceria a cooperação energética entre os países e o interesse da Comunidade Internacional (Proedrou 2021). As desvantagens do projeto consistem no elevado custo financeiro, a fiabilidade do fornecimento de gás natural e a estagnação da procura pelo recurso (Proedrou 2021) A exportação de gás natural através de infraestruturas de FLNG²⁹, terá sido considerada, porém, devido à existência de alguns obstáculos como os preços elevados do recurso, o investimento elevado na construção dessas infraestruturas e a capacidade de exportação dos países com esses terminais, essa alternativa não seria viável (Stanič e Karbuz 2021)

As novas fontes energéticas, no Mar Mediterrâneo, atraíram o interesse de atores como os EUA e a União Europeia. De acordo com este último, a essência dos recursos energéticos, como já dito, permitiria a redução da dependência energética, face ao gás natural russo e diversificar as fontes energéticas (Prontera e Ruszel 2017). Os governos da região, principalmente, o grego, cipriota e israelita, anunciaram cimeiras trilaterais, demonstrando um projeto de um gasoduto envolvendo os três Estados e o continente europeu, que possibilitasse o financiamento das suas economias e garantisse prestígio e influência no Mar Mediterrâneo (Prontera e Ruszel 2017). Contudo seria necessária a presença de um mediador na região, como o governo norte-americano. Os benefícios, para o governo deste último, seriam o reforço económico e securitário dos seus aliados; integrava a região nos mercados globais e assegurava a proteção dos seus cidadãos e das suas empresas (Zemach 2016). A União Europeia beneficiaria com acesso às novas fontes energéticas, garantindo uma periferia mais estável. O interesse europeu nos recursos energéticos da região, gerou a atribuição de licenças de exploração e perfuração a empresas europeias, como a TOTAL e a ENI (Prontera e Ruszel 2017). O transporte de gás natural para os países integrantes da região, tem sido planeado através de vários projetos, como o *EastMed*. Este projeto visa aumentar a prosperidade e estabilidade no Mediterrâneo Oriental; fortalecer a segurança energética e a diversificação energética da União Europeia (Kısacık 2020). Um dos objetivos da organização europeia, consiste na diversificação das fontes energéticas e redução da poluição. O *Green Deal*³⁰ irá ter impacto na organização europeia, em torno do uso de gás natural, demonstrando um menor financiamento

²⁹ Floating Liquefied Natural Gas

³⁰ É um conjunto de políticas e estratégias, delimitadas pela Comissão, de modo a reduzir a poluição

Europeu na extração de hidrocarbonetos e o seu transporte (Grigoriadis e Levoyannis 2021). Contudo o acesso a novos recursos energéticos, são cruciais para a União Europeia, atingir os seus objetivos climáticos, gerando a oportunidade de redefinir as relações e implementar reformas nas suas economias através da cooperação (Grigoriadis e Levoyannis 2021). Devido à localização dos países do Mar Mediterrâneo, o fornecimento de energia eólica e uso de hidrogénio renovável, poderá beneficiar as metas climáticas europeias (Grigoriadis e Levoyannis 2021). As disputas entre os Estados e a instabilidade política no Mediterrâneo Oriental são os grandes entraves a exportação dos recursos energéticos para o continente europeu, e da União Europeia beneficiar totalmente das descobertas energéticas (Karbus e Baccarini 2017).

Os governos da região consideraram a atividade de exploração e descoberta de recursos energéticos, como fundamental para as suas economias. Chipre e Grécia beneficiariam com os recursos energéticos, recuperando as suas economias mergulhadas em crises financeiras e possibilitando o fornecimento de energia domesticamente nos seguintes anos (Prontera e Ruszel 2017). A situação da Turquia, é semelhante, cujas fontes energéticas financiariam uma economia fraca, com uma moeda fraca, ajudaria a manter o status quo na região e geria a sua posição de Estado transitório, importante para o fornecimento de gás natural, para o continente europeu (Gürel e Le Cornu 2014). A Turquia observa o Mar Mediterrâneo, como um ponto de estabelecimento de comércio com certos Estados europeus, principalmente da Europa do Sul, como Itália e Espanha (Manoli 2021). Como já dito, a descoberta de hidrocarbonetos suscitou o interesse da União Europeia, na exploração e transporte. A exploração de recursos, facilitaria em reduzir a dependência europeia, face ao gás natural russo (Prontera e Ruszel 2017). A concretização desse objetivo só teria sucesso com a colaboração energética, originando um triângulo estratégico no Mediterrâneo Oriental, composto por Chipre, Israel e Grécia, considerado como vital para os Estados europeus, tornando-os nos grandes fornecedores de gás natural (Proedrou 2021). A atribuição de licenças de exploração nas Zonas Económicas Exclusivas dos países do Mediterrâneo facilitou a formação deste triângulo estratégico. Empresas como a Noble Energy e a empresa israelita, Delek Energy, obtiveram direitos de explorar reservas cipriotas e israelitas (Johnson, Ross, e Zemenides 2015). As boas relações entre estes Estados, culminou, como já dito, na assinatura de acordos de delimitação marítima e a formação de eixos trilaterais que tinham como objetivo, a cooperação e integração regional, mas o conflito entre Israel e Palestina propõe-se como um obstáculo à concretização desse objetivo (Johnson, Ross, e Zemenides 2015). A resolução deste conflito significaria uma maior receita económica e a concretização de vários projetos, projetando-se uma maior segurança energética.

As ações e políticas dos Estados do Mediterrâneo Oriental, demonstram que não existe um incentivo à cooperação energética entre todos os atores, mas a formação de um dilema de segurança regional (Demiryol 2019). O dilema de segurança na região, facilita os Estados, em adquirir novas tecnologias e capacidades militares, protegendo os seus direitos e recursos. A celebração de acordos de defesa e cooperação militar entre os Estados e a realização de exercícios militares em conjunto, determinaram a inexistência de confiança e incerteza no Mediterrâneo Oriental (Demiryol 2019). Existem perspectivas e posturas diferentes, em torno da resposta à descoberta de recursos energéticos. Existe a resposta através da cooperação e colaboração ou através do isolamento (Stocker 2012) No primeiro caso, os Estados cooperam entre si para delimitar fronteiras marítimas e dividir os recursos disputados. No segundo caso, a opção passa por permanecer isolado no confronto e nas disputas (Stocker 2012). A cooperação energética é benéfica, pois os Estados conseguem retirar dividendos, enquanto os conflitos são caros, visto que os países têm de aumentar as suas despesas a nível securitário e aumentar o custo de extração dos recursos. Através da cooperação, existe um aumento exponencial dos lucros (Stocker 2012).

Em suma, os países do Mediterrâneo Oriental têm posições semelhantes. O governo de Nicósia alterou a sua postura inicial, de não atribuir licenças de exploração em blocos marítimos disputados com o governo do norte da ilha cipriota, face à postura e ações da Turquia (Rubin e Eiran 2019). A nova estratégia do Chipre, levou à descoberta de novas reservas energéticas, como *Calipso* e *Glaukos*³¹, estabeleceu relações estáveis com outros países da região e uma maior proximidade com a Grécia, cooperando a nível energético e securitário. As ações do Chipre, consistem em atingir o objetivo de estatuto de centro energético regional e global. O governo de Atenas tem como ambição estabelecer-se como um Estado trânsito e contrabalançar o poder e influência turca no Mediterrâneo (Demiryol 2019). De modo a concretizar esse propósito, implementou como política, a aproximação a Israel, um país com relações tensas com a Turquia, devido ao incidente *Mavi Marmara*³², em 2010 (Johnson, Ross, e Zemenides 2015) A proximidade entre os dois países, permitiu a realização de exercícios militares conjunto e a celebração de vários acordos de cooperação e defesa (Demiryol 2019). Esta parceria possibilita uma maior estabilidade na região, a nível securitário, visto que, a aproximação norte-americana ao seu governo e ao governo de Nicósia, geraria estabilidade económica, ainda que pudesse resultar, também no surgimento de repercussões com alguns Estados do Médio Oriente. O objetivo grego de diminuir a influência turca no Mediterrâneo Oriental, como já dito, traduz-se em garantir o maior número de aliados e parceiros, como o Egito. Juntamente com o governo egípcio, Atenas celebrou um

³¹ Reservas de gás natural, localizadas na ZEE do Chipre

³² Ataque israelita a um navio humanitário de origem turca, resultando no deterioramento das relações entre Turquia e Israel

acordo de delimitação marítima, em 2020, em resposta aos acordos, de 2019, assinados entre governo turco e líbio (Fahmy 2020). No caso israelita, a ambição, é tornar o seu país centro energético na região e reduzir a influência turca no Mediterrâneo. A parceria com o Chipre e com a Grécia, favorece a sua posição, contudo, um conflito na região, não seria benéfico. As possíveis construções de gasodutos, com destino europeu, tendo intervenção direta israelita, suscitou o interesse do governo de Telavive, pois, possibilitaria a redução da influência turca na região (Rubin e Eiran 2019). A Turquia, embora considere estar cercada por opositores regionais, a ambição continua na concretização dos seus interesses e ambições no Mar Mediterrâneo. O governo de Ancara implementou estratégias de contrarresposta às atividades e ações dos Estados da região, nomeadamente na construção de possíveis projetos desses países da região, visto que as hipóteses de criação, serão remotas (Özertem 2016). Contudo o surgimento de novos obstáculos são possibilidades, às quais o governo turco terá de ter em conta, principalmente para a resolução da questão cipriota.

Capítulo III. A assinatura do *Memorandum of Understanding* entre Turquia e a Líbia

3.1. A adoção da *Blue Homeland*

A descoberta dos recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental, suscitou o interesse dos Estados em tentar dominá-los, especialmente a Turquia. O seu governo determinou o objetivo de aumentar a sua influência regional, porém colidiu com as políticas regionais, da União Europeia e da NATO, desequilibrando a paz internacional e regional. De modo a concretizar os seus objetivos, o governo turco adotou a doutrina “*Blue Homeland*”. Uma política determinada no aumento da presença turca no Mar Mediterrâneo, no Mar Egeu e no Mar Negro, através da diplomacia e meios militares (Rehman e Abbas 2020). A aplicação da doutrina teve como resultado a realização de exercícios militares e navais; a sistemática contestação da exploração cipriota na sua própria ZEE; e a exploração de outras Zonas Económicas Exclusivas (Rehman e Abbas 2020). Com vista a disputa pelos recursos económicos da região, o governo turco celebrou acordos com o governo líbio reconhecido pelas Nações Unidas, em 2019, inflamando as tensões regionais. Um dos acordos, consistia na delimitação de novas fronteiras marítimas, facilitando o acesso turco aos recursos marítimos líbios e protegendo os seus interesses no Mar Mediterrâneo (Rehman e Abbas 2020). A postura turca inflamou também as tensões nas organizações que integra, nomeadamente a NATO. As ações da Turquia e a retirada turca do programa F-35³³, destabilizaram a Aliança. “Fourthly, the Alliance is exclusively orientated towards its eastern flank if more attention is not placed on the Mediterranean, Ankara, and Southern part of the European NATO.” (Rehman e Abbas 2020, p.142).

De modo a concretizar os seus objetivos, o governo turco tem tentado estabelecer a sua influência no continente africano, nomeadamente no Corno de África e na região do Sahel, estabelecendo-se como um parceiro forte a nível comercial e de defesa para os parceiros regionais (Quamar 2020). A Líbia é vista como um meio facilitador para o governo turco atingir o seu interesse estratégico na região, visto que é um Estado rico em recursos energéticos (Quamar 2020). Porém, o Egito é o grande opositor às ambições turcas, considerando a Líbia como um interesse vital para a sua segurança nacional, comercial e estratégica. O governo egípcio e os seus parceiros procuraram conter o expansionismo regional da Turquia (Quamar 2020). A nova política externa turca, como já dito, refletiu-se em vários acontecimentos no continente africano, como a intervenção na Líbia. Os governos turcos demonstraram continuamente interesses e ambições no Estado líbio, e em 2019, a sua influência passou a ser mais vincada, através do *Memorandum of Understanding*, assinado entre os dois governos, dividindo-se em dois acordos (Yayla

³³ Programa de um caça furtivo, contando com a participação turca, no seu desenvolvimento, contudo após a compra de armamento russo, a Turquia foi excluída do programa.

2020). O primeiro consistia numa cooperação militar entre a Turquia e a Líbia, e o segundo, como já dito, em novas delimitações marítimas (Yayla 2020). A cooperação militar possibilitaria a resolução para a guerra civil na Líbia, um país com dificuldades em implementar uma democracia.

Previamente à descoberta de reservas de petróleo em território líbio, o país era uma monarquia com um governo unificado aberto a investimento estrangeiro, porém com as novas fontes energéticas, o setor energético, sofreu quedas e crescimentos com o golpe de Estado e a formação do novo governo liderado por Gaddafi (Barltrop 2019). As quedas deveram-se às várias nacionalizações, gerando um declínio na produção da matéria-prima (Barltrop 2019). A libertação de várias sanções no século XXI, possibilitou o resumo das operações de empresas ocidentais na Líbia, acelerando o investimento estrangeiro no petróleo e gás natural (Barltrop 2019). A atração de investimento estrangeiro no setor energético, deveu-se à atribuição de licenças para empresas internacionais, originando planos para novas reformas económicas (Barltrop 2019). O despoletar da revolução e guerra civil na Líbia, gerou dificuldades ao setor energético, recuperando após a queda do regime. Contudo essa recuperação foi demasiada curta, devido à insegurança proporcionada por grupos e milícias, causando várias quebras na produção de petróleo e exportação por todo o território (Barltrop 2019). A divisão política no país e a inexistência de controlo dos campos de petróleo, impossibilitaram a recuperação do setor da energia. A presença de grupos e milícias armadas, como já dito, passou a ser um obstáculo para os recursos energéticos, determinando o problema de a liderança líbia não conseguir desmobilizar esses grupos e estabelecer uma força unificada (Barltrop 2019). Esse falhanço deveu-se à proliferação de armas, durante a guerra civil visto que seria a única narrativa de resolução de conflitos e a perseguição de benefícios pessoais, sem a existência de qualquer risco das consequências negativos (Barltrop 2019). Esta limitação do governo líbio, teve como resultado a retirada de empresas energéticas, nacionais ou estrangeiras, uma maior insegurança em torno das infraestruturas e funcionários das empresas de petróleo, afetando diretamente a indústria energética da Líbia (Barltrop 2019). O Golfo de Sirte, uma das regiões mais afetadas por confrontos militares, tornou-se numa zona altamente insegura, cuja localização teve grande impacto no setor energético, afetando a economia líbia e causando volatilidade no output energético (Barltrop 2019).

Desde a implementação da República na Turquia, que o país teve uma alta taxa demográfica, gerando uma maior industrialização. Juntando o crescimento económico, a urbanização e o crescimento demográfico, geraram uma maior necessidade por fontes energéticas (Sahin et al. 2015). A necessidade originou dependência face às importações, especialmente da Rússia, criando dificuldades e preocupações, nomeadamente em torno da segurança do fornecimento energético (Sahin et al. 2015).

Qualquer obstáculo ao fornecimento, o governo turco não conseguiria cobrir a falta de gás natural, isto é, não tem a capacidade suficiente para o fornecimento doméstico, necessitando o fornecimento ininterrupto do gás natural (Sahin et al. 2015). O pagamento dos recursos energéticos através da moeda nacional gerou limitações, visto que o governo turco importa gás natural em dólares americanos, mas vende a nível interno em lira turca (Sahin et al. 2015). O governo de Erdogan tem subsidiado o seu mercado energético, pois as suas empresas não aumentaram o preço do gás natural, ainda que os custos de importação do mesmo tenham crescido (Sahin et al. 2015).

Em 2011, com o despoletar das Primaveras Árabes, a Líbia mergulhou numa guerra entre o regime e a sua população. Nesse mesmo ano, foi acionada a resolução 1973 das Nações Unidas, com a função de proteger os cidadãos líbios, implementando todas as medidas possíveis para o cumprimento desse objetivo, incluindo a aplicação de sanções ao regime, estabelecimento de zonas de exclusão aérea e embargo na venda de armamento para as forças do regime de Gaddafi (Eriksson 2016). O insucesso da aplicação das sanções ao governo líbio, gerou o acionamento do artigo do uso da força. O uso deste artigo, resultou no lançamento de uma operação militar da NATO, com objetivos de proteção da população líbia, porém com o prolongar da campanha militar, a função principal, foi substituída pela queda do regime (Eriksson 2016). A deposição de Gaddafi terminou a operação militar da NATO, mas a campanha militar da Aliança gerou várias críticas por parte da comunidade internacional, nomeadamente como a intervenção militar foi desempenhada. As partes que intervieram no território líbio, agiram sem um comando unificado, em que os Estados operaram de acordo com os seus objetivos individuais (Eriksson 2016). O papel da Liga dos Estados Árabes foi também criticado, devido à enorme influência ocidental nas suas intervenções (Eriksson 2016). A desinformação fornecida pela oposição influenciou em demasiado as forças ocidentais, cuja informação não era total (Eriksson 2016). Por fim, a substituição da principal missão, pela deposição de Gaddafi, foi altamente criticada, visto que a campanha militar, ao substituir a sua função inicial, não estaria preparada para o pós-guerra, principalmente na estabilidade da Líbia (Eriksson 2016). O fornecimento de armamento a rebeldes líbios foi também criticado, devido à inexistência de um plano de transição política pós-guerra que determinou o modo de captura e morte dos opositores à Revolução, refletindo uma direção errada e criando diferenças entre os grupos e as milícias líbias (Fasanotti 2017). Os principais grupos a insurgirem-se contra o regime de Gaddafi terão sido os mais perseguidos pelo governo, principalmente na região de Cirenaica, uma região muito desfavorecida do território líbio (Fasanotti 2017). O pós-revolução da Líbia, representou um grande alarme para a comunidade internacional, pois já tinha sido considerado um Estado falhado. As limitações na transição pós conflito originou a liderança dividida em duas partes, uma baseada em Tobruk, apoiada

pela *House of the Representatives*³⁴ e liderada pelo General Haftar, que tinha como assistência garantida do Egito e Emirados Árabes Unidos (Fasanotti 2017). A segunda situava-se em Trípoli, com uma ideologia mais islâmica, suportada pelo *General National Congress*, ou GNC e por milícias islâmicas, tendo o apoio de Estados como a Turquia e o Catar (Fasanotti 2017).

Através da liderança de AKP³⁵, o governo turco celebrou vários acordos comerciais, cooperando a nível bilateral e regional com vários países árabes. No Estado líbio, a Turquia adotou um papel de mediador entre o regime de Gaddafi e o Mundo Ocidental, devido à sua relação com os países árabes e com o Ocidente (Ayata 2015). “After the regime change in Libya, Turkey shifted to a guide and supporter of the transition by providing infrastructural assistance.” (Ayata 2015, p.99). O papel do governo de Erdogan refletiu-se na tentativa de uso da diplomacia, previamente à utilização de instrumentos como a força. As transições políticas no Estado líbio, permitiriam o fornecimento turco de assistências técnicas e financeiras (Ayata 2015). O governo turco criticou a imposição de sanções e a campanha militar da NATO em solo líbio, visto que as intenções dessas ações surgiram por questões económicas e energéticas (Ayata 2015). Para Ancara, a intervenção militar na Líbia, iria desintegrar o país, comparando-se com casos como o Iraque e o Afeganistão (Ayata 2015). Após o falhanço dos esforços da comunidade internacional na mediação, a Turquia adotou a postura de apelar à demissão de Gaddafi e reconhecer o *National Transitional Council*³⁶, como o governo transitório (Ayata 2015). Após as Primaveras Árabes, a Turquia procurou assumir um papel mais ativo na promoção da democracia e vontade popular (Ayata 2015).

O colapso do regime de Gaddafi na Líbia resultou na fragmentação da estrutura política e das suas instituições, enfatizando atividades de *State-Building* e ajuda humanitária a longo prazo. Previamente ao despoletar da guerra civil, o Estado líbio era um parceiro importante da Turquia, especialmente no setor da construção (Altunişik 2014). O fim do regime de Gaddafi, determinou que o objetivo turco passava pela proteção dos seus interesses económicos, implementando uma política de assistência humanitária (Altunişik 2014). As normas internacionais, também motivaram estas políticas de assistência, nomeadamente o humanitarismo ao promover a boa governança, proteger os direitos humanos, reformar o setor securitário e assegurar o liberalismo económico (Altunişik 2014). Em território líbio, Ancara procurou incrementar o seu estatuto regional, obtendo vantagens sobre os seus adversários, expandir os seus laços económicos e ajudar a contribuir para a estabilidade na região. Essa possibilidade seria através da aproximação com atores políticos emergentes, utilizando a assistência estrangeira (Altunişik

³⁴ Formada após eleições parlamentares, em 2014, na Líbia, apoiando o governo de Tobruk

³⁵ *Justice and Development Party*, o partido que governa a Turquia

³⁶ O governo transitório da Líbia, governando por dez meses, até 2012

2014). “Finally, in terms of promoting its interests, Turkey’s aid policy also has meaning beyond the Arab world: increasing foreign aid in general and contributing to Arab countries in transition in particular have been taken as signs of its rising international profile.” (Altunişik 2014, p.345).

O fim do conflito gerou, como já dito, um vácuo no poder e na segurança da Líbia, mesmo com a realização de atos eleitorais. Esses atos eleitorais resultaram na procura de poder, por várias partes, como ex-membros do governo de Gaddafi e opositores do regime (Eriksson 2016). A procura pelo poder líbio dividiu o país, em duas partes, e em 2014, a liderança do governo líbio, passou a ser contestada pelo General Haftar. A divisão do Estado, atraiu a participação externa no confronto líbio, principalmente da Turquia, cujo governo forneceu apoio ao governo previamente eleito democraticamente, enquanto alguns dos seus vizinhos regionais, apoiaram o general Haftar (Eriksson 2016). Previamente à intervenção turca no conflito líbio, como já dito, o país estava dividido em duas partes, numa das quais o GNA detinha o controlo, porém não conseguia estabelecer o seu domínio, nem a segurança. A falta de segurança originou insurreições de várias milícias com poder, tomando o controlo das regiões (Barltrop 2019). Outra dificuldade passava por não impedir um cerco da sua capital. Com esse cerco, as exportações de petróleo do GNA, estariam bloqueadas, beneficiando a intervenção turca no país. A inexistência de soluções para os sistemáticos conflitos internos da Líbia, gerou altas taxas de desemprego; diminuição de oportunidades económicas e inexistência de hipóteses de sobrevivência para os seus habitantes; negligencia de certas regiões; e a presença de várias milícias e grupos islâmicos e nacionalistas (Eriksson 2016). Estes fatores contribuíram para uma maior suscetibilidade de radicalização das comunidades, nomeadamente em regiões como Bengasi (Eriksson 2016). Durante o regime de Gaddafi, estas regiões tiveram pouca presença e influencia do governo, facilitando a proliferação e radicalização de grupos islâmicos. Estes fatores, juntamente com tráfico de armas, comércio ilegal, tráfico humano e a presença de atores externos nos assuntos líbios, proporcionam a instabilidade política que perdura, desde 2011, na Líbia (Eriksson 2016).

A influencia de outros atores, no conflito interno líbio, tornou-o numa *proxy war*. A *proxy war* é considerado uso indireto de intervenção, e consiste na formação de uma relação hierárquica entre o ator local e o Estado interventivo (Yüksel 2020b). Vários atores são responsáveis pela continuação guerra civil líbia, como o Egito, que providencia o seu apoio ao General Haftar e às suas forças (Eriksson 2016). Este apoio consistia em evitar a ascensão de um governo líbio com influência da Irmandade Muçulmana³⁷, podendo proporcionar uma ameaça ao seu governo (Eriksson 2016). A Turquia, como já dito, também influencia este conflito, fornecendo assistência ao governo de Trípoli e protegendo os seus interesses e

³⁷ Organização islâmica radical, obtendo apoio do Partido do governo turco

ambições no Mediterrâneo. De forma a equilibrar a balança de poder na Líbia, o governo turco facilitou a entrega de armamento para forças alinhadas ao governo líbio (Yüksel 2020). Com a intensificação do conflito, o governo reconhecido pelas Nações Unidas parecia ter como destino, a derrota, visto que a Rússia, também assistiu as forças de Haftar, com a entrada de mercenários russos³⁸, em solo líbio (Megerisi 2020). As Nações Unidas possibilitaram as negociações para um acordo político na Líbia, contudo, ainda que se tenham formado os instrumentos para a solução política do conflito, as hostilidades internas continuaram entre forças ligadas ao GNA e as forças do General Haftar (Doğan 2019). A guerra civil na líbia acentuou-se com a tentativa de Haftar, de a solucionar, lançando uma ofensiva militar sob a cidade de Trípoli (Megerisi 2020). Previamente a esta ofensiva, a balança de poder poderia pender para ambos os lados, tendo como solução mais adequada a resolução militar. As consequências humanitárias deste conflito poderiam gerar uma crise para a Comunidade internacional, que ambicionou uma resolução política para a guerra civil no território líbio (Doğan 2019).

Devido à localização estratégica no coração do Mar Mediterrâneo, no Magrebe e na África subsariana, a Líbia suscitou o interesse externo. É um Estado que também possuiu vastos recursos económicos, como o petróleo e o gás natural, atraindo o interesse de vários parceiros. As Primaveras Árabes facilitaram a presença de atores externos na Líbia, que tinham o objetivo de beneficiar com a criação de um Estado novo, à sua imagem (Megerisi 2020). A Turquia foi um desses atores, cuja influência em solo líbio, se fazia sentir através de fundos económicos. Contudo, o período revolucionário e sistemáticos conflitos internos, congelaram os investimentos turcos (Megerisi 2020) A ameaça à sobrevivência do governo de Trípoli, facilitou a posição do governo turco, pois em caso de intervenção, poderia ver o descongelamento do seu capital investido, deixaria de fornecer armamento, potenciava futuros projetos do seu governo e fomentaria a sua economia frágil, com uma moeda em crise, taxas elevadas de desemprego e de inflação (Ioannou 2021). A não intervenção significaria um possível risco de ameaça aos interesses energéticos turcos no Mar Mediterrâneo. Como já dito, o cerco à cidade de Trípoli, facilitou a presença turca no território líbio, nomeadamente através da assinatura de dois acordos entre os dois governos. Os acordos consistiam em novas jurisdições marítimas e apoio e cooperação militar da Turquia, ao GNA. O último acordo foi vital para quebrar com esse cerco, impossibilitando a queda de Trípoli (Yüksel 2020). A cooperação militar com o Estado líbio permitiu utilizar as forças aliadas ao GNA, como proxies locais; convencer forças sírias a combaterem neste conflito, ao oferecer salários elevados, atribuição da cidadania turca, apoio médico e repatriação dos falecidos (Yüksel 2020). Este apoio gerou um debate em torno dos combatentes sírios, visto que não existe motivação política, mas

³⁸ Grupo Wagner

sim de certo modo, religiosas e económicos, especialmente a motivação económica, tornando os combatentes sírios em mercenários (Yüksel 2020) Após o lançamento da ofensiva sob a capital de GNA e o apoio fornecido pela Turquia, a balança de poder alterou a favor, para o governo reconhecido pelas Nações Unidas.

Inicialmente, o despoletar de um novo conflito em solo líbio, em 2014, demonstrou uma posição menos assertiva do governo de Ancara, devido a pouca influencia turca na guerra. O apoio turco aumentou, em 2016, com o fornecimento de assistência a milícias muçulmanas e revolucionárias, opostas às forças do General Haftar. Um líder de guerra que tinha como objetivo derrotar milícias e grupos islâmicos, como o *Islamic State of Iraq and Syria*, ou *ISIS* (Joffé 2020). A vitória sobre estes grupos, em Bengasi, teve como resultado, o controlo das reservas de petróleo e gás natural, na região de Cirenaica (Joffé 2020). Contudo o domínio de Haftar sob estes recursos, gerou oposição do governo de Trípoli, cujo detinha relações estáveis com milícias islâmicas moderadas, garantindo apoio do Qatar e Turquia. O governo de Trípoli recebeu assistência destes Estados, porém, ainda com esse apoio, a sua posição era frágil, devido às ofensivas das forças de Haftar. O sucesso dessas ofensivas militares, deveu-se à assistência providenciada pelo Egito e Rússia, com o envio de grupos de mercenários russos (Joffé 2020). A intervenção direta da Turquia e a celebração dos acordos, alterou o rumo do conflito, visto que o governo turco providenciou assistência militar, através do fornecimento de armamento, sistemas de defesa, veículos de combate e mercenários sírios com experiência de combate (Ghafar 2021). O *Memorandum of Understanding* permitiu quebrar o cerco à cidade de Trípoli e acabar com disputas entre os grupos e milícias leais ao governo líbio, o GNA. A libertação do cerco à cidade de Trípoli, permitiu o controlo das forças líbias, do seu território e contra-atacar as forças opositoras, até Sirte, beneficiando do abandono de grandes quantidades de armamento (Joffé 2020).

A intervenção turca em solo líbio tinha como propósito fundamental o não prolongamento do conflito, mas gerar possíveis soluções para o resolver. A assistência turca intensificou-se com a celebração dos acordos com o governo líbio, cuja tinha motivações económicas e estratégicas, nomeadamente com a interrupção de possíveis projetos de gasodutos entre Israel, Chipre e Grécia como o *EastMed*, e promover o *Turkstream*, entre a Rússia e a Turquia (Yayla 2020). Porém, os acordos foram criticados pela comunidade internacional, em especial caso, pelos vizinhos da Turquia na região, visto que com as novas delimitações marítimas, a Turquia assegurava o acesso a reservas de recursos energéticos no Mar Mediterrâneo. O acesso turco aos recursos energéticos possibilitaria o fim da construção de infraestruturas de transporte de gás natural, como o *EastMed* e ameaçaria a soberania grega e os seus direitos de exploração em torno da ilha de Creta (Yayla 2020). Estes acordos forneceram

um aumento do apoio interno ao governo de Erdogan, pois as ações do governo turco, foram consideradas como uma recuperação do legado otomano (Yayla 2020). A ideologia tornou-se outra motivação na postura turca, devido à proximidade turca com a Irmandade Muçulmana e cujas forças de Haftar, são opositoras (Yayla 2020). As motivações económicas, como já dito, foram consideradas pelo governo turco como a venda de armamento, veículos e blindados, drones, novo acesso aos recursos energéticos líbios e a sua exploração, bens essenciais e o descongelamento do capital turco investido, especialmente no setor da construção (Yayla, 2020). Para o governo de Erdogan, a guerra civil na Líbia, também oferecia oportunidades para o sucesso militar e político da Turquia, visto que poderia provar a eficácia do setor militar turco, adicionaria benefícios económicos às empresas e investidores turcos, pós conflito, e o seu governo ganharia mais popularidade (Quamar 2020). O apoio fornecido ao GNA através de mercenários sírios e armamento de alta tecnologia, possibilitaram o quebrar das forças opositoras, em Trípoli, e após um ano da assinatura do *Memorandum of Understanding* entre a Turquia e a Líbia, o governo reconhecido pelas Nações Unidas, conseguiu recuperar grande parte do território perdido.

O governo de Erdogan baseou a sua nova política externa no reforço do seu poder e influência no Médio Oriente. O aumento da autonomia interna e externa, resultou na integração de movimentos turcos numa ordem regional caótica no Médio Oriente, juntamente com laços ocidentais enfraquecidos (Yorulmazlar e Turhan 2015). Estes fatores demonstraram que Ancara não pode ter uma abordagem de ganhar ou perder, necessitando de construir canais de diálogo com os seus vizinhos regionais e do Mundo Ocidental (Yorulmazlar e Turhan 2015). A nível regional, a construção de uma ordem sustentável depende de três fatores externos, principalmente a necessidade de um Estado âncora que arrisque na liderança de revoltas numa ordem normativa regional; o confronto de rivalidades geopolíticas, originando a inexistência de cooperação entre os Estados mais poderosos da região; e a falta de uma ordem alternativa que poderia solucionar os interesses dos países na região (Yorulmazlar e Turhan 2015). De modo a concretizar as suas ambições, a Turquia necessita de criar coligações, procurando cooperar com os seus parceiros ocidentais, deve procurar resolver as rivalidades geopolíticas, assegurando estabilidade regional e segurança e assumir um papel de mediador (Yorulmazlar e Turhan 2015). Tendo em conta a dificuldade de concretização dos objetivos, devido à securitização dos processos políticos através de proxy wars e a falta de cooperação, a nova estratégia turca deve assentar em introduzir novos instrumentos para uma ordem regional pós-americana (Yorulmazlar e Turhan 2015). O governo turco deverá integrar acordos bilaterais e multilaterais solucionando ameaças securitárias transnacionais, cooperar na luta contra o extremismo e sectarismo regional e ter um processo de reconciliação, através do combate ao radicalismo (Yorulmazlar e Turhan 2015).

Desde 2018, que o governo turco destacou várias expedições de exploração de gás natural, para águas territoriais da República do Chipre e da Grécia; bloqueando embarcações de exploração destes Estados e celebrando acordos de cooperação marítima e defensiva com o governo líbio (Merz 2020). As ações turcas geraram a pressão dos governos gregos e cipriotas, a nível da NATO e na União Europeia, com o objetivo de impor mais sanções à Turquia, tendo como resultado um maior apoio da França. A decisão francesa de fornecer o seu apoio a estes países, originou vários choques internos entre os membros da Aliança, tornando o Mediterrâneo Oriental e os seus recursos energéticos, numa questão geopolítica mais acesa (Merz 2020). A possibilidade de existir conflitos e confrontos, entre os membros da NATO e União Europeia, põe em causa a estabilidade regional, a coesão das organizações, e as relações entre a Aliança, a União Europeia e a Turquia (Merz 2020). Estes fatores devem-se à substituição da política externa turca de “*Zero Problems*” para uma política denominada de neo-otomana, mais nacionalista, originando vários desafios contra os parceiros do Mundo Ocidental e com os Estados regionais (Merz 2020). O neo-otomanismo surgiu de uma transformação social e da mudança da composição elite e da sociedade turca. Uma nova elite surgiu, formada por representantes de estratos conservadores e religiosos (Murinson 2012). “To achieve this expansionista vision the community supports the integration of Turkey into the European Union and the globalization process in which the community considers itself located in the Western geopolitical sphere, making Turkey a bridge to the Islamic world and Asia.” (Murinson 2012, p.10).

Com o partido AKP no poder turco, a política externa do país passou para o controlo civil, substituindo o setor militar no processo de decisão da política externa da Turquia (Murinson 2012). A função passaria pela aproximação do Estado turco aos seus vizinhos ocidentais. Contudo, a relação com o Mundo Ocidental gerou tensão, mudando a direção da política externa e interna de Ancara (Murinson 2012). A doutrina Davutoglu³⁹ formou-se, enfatizando a solidariedade muçulmana e o conceito transnacional de *Ummah*, a Comunidade muçulmana (Murinson 2012). Através desta doutrina gerou-se um maior espírito nacional, descrito como motivo de orgulho, para os turcos muçulmanos, devido à sua herança e tradição (Murinson 2012). Renasceu o legado otomano, fundamental para a expansão dos interesses económicos e dinamismo regional e representado por novos empreendedores da Península de Anatólia, que competiam com os mais tradicionais do Egeu (Murinson 2012). Estes novos empreendedores vincavam a expansão turca em mercados emergentes do Médio Oriente, em vez dos mercados europeus. O afastamento turco do Mundo Ocidental, motivou a consideração de que a Turquia deixou de ser um aliado e parceiro dos países ocidentais (Murinson 2012).

³⁹ Uma doutrina desenvolvida por Ahmet Davutoglu, ex-primeiro ministro da Turquia

A insegurança presente nas regiões do Médio Oriente e Norte de Africa, nos últimos anos, constituíram uma ameaça à segurança e aos interesses turcos, transformando as suas políticas regionais. Como já dito, substituiu uma postura liberal, por uma posição de implementação de *Hard Power*, usando os seus instrumentos, sendo debatido com mais usualidade, o uso da força (Kardaş 2020). O novo ambiente político na região fomentou a ascensão de eixos a favor das mudanças políticas e eixos com preferências de manter o status quo político. Por um lado, a Turquia integrou o eixo a favor das mudanças políticas, por outro lado, o Egito e a Arabia Saudita integraram o eixo a favor da manutenção do status quo (Kardaş 2020). Os dois eixos fizeram-se notar na guerra civil da Líbia, em que a Turquia apoiou a transformação do país, incorporando elementos islâmicos. O Egito e a Arabia Saudita, assistiram na manutenção de uma política mais nacionalista, apoiando Haftar (Kardaş 2020). A atuação dos dois eixos, na Líbia, foi possibilitada, através da formação de um vácuo no poder político líbio, tornando o território numa competição geopolítica. As ações turcas no Mediterrâneo Oriental coexistem com a escola realista, mas essa abordagem mais realista não beneficiou o seu governo. A postura da Turquia resulta na perda de ganhos económicos e políticos devido aos desafios internos e externos presentes no Mar Mediterrâneo (Tanrıverdi 2013).

3.2. As motivações turcas no Mediterrâneo Oriental

A transformação regional e político no Norte de Africa possibilitou o aumento da influência de países, como a Turquia, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Rússia e EUA. A gradual retirada deste último da região do Médio Oriente, o Brexit e a política da União Europeia, deixaram um vácuo no poder da região após as Primaveras Árabes, beneficiando os interesses turcos (Köse e Öztürk 2020). A não intervenção turca na Líbia, um dos países que sofreu com as alterações políticas das Primaveras Árabes, seria mais custoso, do que uma possível intervenção direta. Devido às alterações regionais, a movimentação turca em torno da Líbia, mostrou motivações geopolíticas, energéticas e económicas. A nível económico, o setor privado turco detinha grandes investimentos e projetos na Líbia, motivando o envolvimento turco em solo líbio (Köse e Öztürk 2020). Os altos investimentos no setor da construção turco e na importação de grandes quantidades de petróleo líbio, também motivaram a ação da Turquia (Yayla 2020). A revolução na Líbia, foi vista com apreensão no governo turco, pois significaria uma perda de muitos milhares de milhões de dólares para a Turquia (Yayla 2020). A assinatura do *Memorandum of Understanding*, possibilitou o alívio dos interesses económicos turcos na Líbia.

A intervenção da Turquia surgiu também como uma resposta geopolítica contra um cerco imposto pelos seus vizinhos, determinando a importância do apoio ao governo reconhecido pelas Nações Unidas,

de modo a evitar a exclusão da Turquia das matérias energéticas do Mediterrâneo Oriental (Köse e Öztürk 2020). A adoção da doutrina *Blue Homeland*, motivou Ancara em tentar formular uma estratégia naval de modo a suportar os interesses geopolíticos turcos na região e contra um alinhamento geopolítico e geoeconómico (Köse e Öztürk 2020). O governo de Erdogan considerou que as delimitações marítimas das Zonas Económicas Exclusivas gregas e cipriotas, significariam a exclusão dos direitos marítimos turcos e cipriotas turcas, visto que apenas os cidadãos destes Estados beneficiariam das explorações dos consórcios internacionais e motivando o Estado turco a formar meios de proteção dos seus interesses na região. A adoção desta doutrina, mostrou ambições ofensivas, ao estabelecer acordos entre empresas turcas e líbias, de cariz energético e apoiar forças líbias no seu confronto contra a campanha de Haftar de derrotar o GNA (Köse e Öztürk 2020). A queda de Trípoli poderia significar a inexistência de parceiros e aliados na Líbia e no Mediterrâneo Oriental. Para o governo de Ancara, os recursos energéticos foram considerados como uma prioridade da sua segurança nacional, visto que os seus opositores formaram eixos e parcerias, como o *Eastern Mediterranean Gas Forum*. A colaboração entre os Estados tinha como intuito a cooperação energética, excluindo a Turquia desta questão e isolando o país na região (Köse e Öztürk 2020). Esta aproximação entre os Estados, não consistiu em utilizar a energia como instrumento de diplomacia de paz, pois recusam cooperar com a Turquia a nível energético.

Os acordos entre o governo turco e líbio também foram um desafio direto às novas alianças formadas no Mediterrâneo, nomeadamente contra a não integração da Turquia no *Eastern Mediterranean Gas Forum*, motivando a livre exploração turca, dos recursos energéticos, em águas adjacentes às fronteiras marítimas da Líbia e impedindo a existência de um projeto de transporte de gás natural no Mediterrâneo Oriental, sem a sua aprovação (Saddiki 2020). Os acordos permitiram o enfraquecimento dos opositores turcos e o bloqueio de atividades exploratórias gregas e cipriotas, definindo novas jurisdições marítimas. Estes acordos foram controversos, pois seriam considerados como uma obstrução turca, ao direito cipriota de explorar os seus recursos naturais (Taş 2020). No entanto, Ancara, considerou como uma oportunidade para ultrapassar barreiras impostas na região, maximizando o papel da Turquia no seio internacional (Taş 2020). Os seus adversários tiveram como conselho, não proceder com uma resposta semelhante, visto que poderia escalar num conflito militar, mas sim negociar acordos bilaterais, realizar cimeiras multilaterais e exercícios militares em conjunto (Taş 2020). O resultado destas ações demonstrou o isolamento turco e o apoio fornecido aos seus vizinhos.

A convenção do UNCLOS defende que todos os recursos marítimos têm de ser distribuídos de forma igualitária e equitativa, designando as delimitações marítimas. Contudo no Mediterrâneo Oriental o principal problema, tem sido a delimitação de novas fronteiras marítimas, devido ao desrespeito em

torno da inexistência de partilha dos recursos naturais (Yilmaz e Ertürk 2020). O acordo de delimitação marítima entre a Turquia e a Líbia foi fortemente criticado pela comunidade internacional. Por um lado, o governo turco considera uma resposta contra o domínio dos rivais do Mediterrâneo Oriental. Por outro lado, o governo de Atenas, considera ilegal, o acordo, visto que as novas fronteiras marítimas, sobrepõe-se ao Mar da Ilha de Creta (Yilmaz e Ertürk 2020).

Não existiu uma contrarresposta à intervenção turca em solo líbio, devido à divisão ligada à coligação do General Haftar. A Arabia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, tinham limitações na capacidade militar, enquanto o Egito rejeitou a ideia de intervenção militar na região ocidental do território líbio (Kardaş 2020). A falta de eficácia militar e diplomática dos atores europeus, em gerir a crise líbia, também afetou a segurança do país, originando um domínio geopolítico turco do teatro líbio (Kardaş 2020) As tensas relações com os EUA, contribuíram para estas circunstâncias, especialmente após desacordos, em torno do conflito sírio e o alinhamento norte-americano aos Estados que formaram o *Eastern Mediterranean Gas Forum*, em 2020 (Kardaş 2020). Contudo a intervenção turca no Norte de Africa, não significou só benefícios, pois formaram-se novos obstáculos à concretização dos seus objetivos na região. Esses obstáculos surgiram como restrições geopolíticas, dificuldade em balançar os diferentes interesses e preocupações dos outros Estados da região. Em torno das questões geopolíticas, as restrições devem-se à vizinhança problemática da Turquia, visto que o Estado turco se rodeia de países problemáticos no Mar Mediterrâneo, no Cáucaso, nas suas fronteiras a sul, principalmente a Síria e o Iraque (Saddiki 2020). A vizinhança problemática provoca incerteza e impede a concretização dos objetivos turcos (Saddiki 2020). As limitações turcas no setor militar e financeiro são, também, consideradas dificuldades, pois apesar da grande capacidade militar, a Turquia não consegue combater em várias frentes, nomeadamente contra adversários assistidos por Estados mais poderosos e ricos (Saddiki 2020). Por fim, a falta de parceiros e aliados não facilita a situação turca. “Today, there are major points of contention between Turkey and its NATO allies: Turkey’s acquisition of Russian S-400 defense systems, the delimitation of maritime boundaries in the Eastern Mediterranean, the Nagorno-Karabakh conflict⁴⁰, the Lybian crisis, and the Kurdish Issue in Syria”. (Saddiki 2020, p.5).

Previamente às Primaveras Árabes, a política turca em torno do Médio Oriente e Norte de Africa consistia numa aplicação pragmática, com o objetivo de melhorar relações comerciais e acordos bilaterais com os governos regionais (Danforth 2021). Após a queda do regime egípcio, em 2011, o governo turco, procurou implementar uma visão de transformação, em que a ascensão de regimes populares islâmicos em toda a região, especialmente no Egito, facilitaria a conquista de um papel de

⁴⁰ Conflito entre Arménia e Azerbaijão

líder regional (Danforth 2021). Contudo o novo governo egípcio influenciado pela Irmandade Muçulmana rapidamente colapsou, gerando tensões entre os Estados. A hostilidade contra o governo egípcio, determinou o apoio de Israel, Arabia Saudita e Emirados Árabes Unidos, ao novo governo do Egito, garantindo apoio e fortalecendo o seu poder (Danforth 2021). Em solo líbio, o novo líder egípcio, rapidamente mostrou o seu apoio a Haftar tendo como objetivo estabilizar o país vizinho e impedir a ascensão de atores islâmicos, que ameaçassem a segurança do seu Estado (Danforth 2021). A Turquia forneceu a sua assistência ao GNA, com o requerimento de novas delimitações marítimas. Estes acontecimentos determinaram o *Hard Power* turco, assegurando a proteção dos seus interesses contra os seus adversários e prevenindo a vitória egípcia no teatro líbio, garantindo uma nova posição nas matérias energéticas do Mediterrâneo Oriental (Danforth 2021).

A proximidade à Irmandade Muçulmana, o apoio militar as milícias islâmicas na Líbia, e ao GNA, demonstrou que Erdogan se considera como um líder islâmico, que implementa o simbolismo, ou seja, tem uma constituição religiosa e ultranacionalista (Stamatopoulos 2021). A religião juntamente com o neo otomanismo, sob a liderança do seu partido, resultou num nacionalismo agressivo e uma nostalgia da era otomana presente na sociedade turca (Stamatopoulos 2021). O nacionalismo turco originou a adoção de uma política externa agressiva, gerando a disputa e confrontos entre a Turquia e alguns dos seus vizinhos e membros da NATO. Os problemas com a Grécia aumentaram, especialmente com a assinatura de acordos de delimitação marítima que se sobrepuseram às Zonas Económicas Exclusivas da Grécia e do Egito (Stamatopoulos 2021). A situação com o Chipre é semelhante, visto que a Turquia continua a violar os seus direitos soberanos, rejeita as resoluções das Nações Unidas e promove uma solução de dois Estados (Stamatopoulos 2021). O apoio à Irmandade Muçulmana determinou um deterioramento das relações com a Arabia Saudita e o Egito. No Norte de Africa, o governo egípcio sofreu com outras preocupações internas, como a insurgência no Sinai, e externas como o plano etíope para a construção de uma barragem no Alto Nilo e a possível ascensão de forças islâmicas no poder líbio, gerando a assistência ao General Haftar, de modo a estabelecer o controlo do poder líbio (Ghafar 2021). Porém, o governo turco alinhou com o governo líbio, de modo a impedir a monopolização dos recursos naturais do Mediterrâneo Oriental. O governo egípcio considerou que as ações turcas passavam por evitar que o seu país se tornasse num centro energético na venda e distribuição de gás natural liquefeito na região (Adar e Toygür 2020).

Os governos gregos e egípcios celebraram um acordo de delimitação de novas jurisdições marítimas, respondendo de forma semelhante, às novas jurisdições marítimas proclamadas pelo governo turco. Países, como a França apoiaram a decisão do governo grego e egípcio, assistindo com meios

navais, de modo a fornecer apoio aos rivais da Turquia (Ghafar 2021). A Arabia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, apoiaram financeiramente o Egito e os seus parceiros, cooperando com os seus interesses e objetivos. O objetivo desta cooperação passava por conter a influência da Irmandade Muçulmana (Ghafar 2021). A postura saudita em acabar com a influência da Irmandade Muçulmana, beneficiou o General Haftar, visto que garantiu o apoio fornecido por estes Estados, que consideram ser o representante legítimo da Líbia. A assistência fez-se notar através de fornecimento de armamento, jatos e a realizações de operações aéreas no território líbio. As motivações do Egito para este apoio, são securitárias, fundamental para impedir a instabilidade interna, na fronteira e na sua economia e económicas, pois o acesso ao petróleo líbio seria fundamental (Saddiki 2020).

As novas delimitações marítimas entre a Turquia e a Líbia, como já dito tinham intenções de interferir nas Zonas Económicas Exclusivas da Grécia e do Chipre. O não reconhecimento da República oficial do Chipre e a sua intervenção na ilha cipriota, nos anos 70, aumentou a influência turca na República Turca do Chipre do Norte (Merz 2020). Através do governo de Erdogan, as relações entre a Turquia e a Grécia e Chipre pioraram, com o governo turco a questionar a soberania de ambos os países no Mar Mediterrâneo. Ancara promoveu a exploração dos seus navios em águas cipriotas, bloqueou atividades de exploração e perfuração por parte de consórcios internacionais, determinando um maior apoio internacional para o governo cipriota (Merz 2020). A França foi um dos Estados que mais providenciou apoio ao Chipre, ao enviar forças navais e realizar exercícios navais em conjunto (Merz 2020). As ações turcas de exploração e perfuração na Zona Económica Exclusiva do Chipre geraram, como já dito, a imposição de sanções por parte da União Europeia (Merz 2020). De modo a assegurar a sobrevivência líbia, a Turquia conseguiu assegurar a aproximação a um Estado regional e aumentar a sua legitimidade na região, tornando-se mais ativa na parte sul da área marítima da Grécia, visto que apenas com o consentimento turco, se poderia construir gasodutos no Mar Mediterrâneo (Saddiki 2020).

A Turquia tem outro grande opositor contra as suas ambições no Mar Mediterrâneo, a Grécia. Ambos os Estados integram a NATO, contudo as tensões entre os dois países, destabilizam de certo modo, a Aliança. A tensão existe devido a vários acontecimentos, tendo como maior destaque o Mar Egeu e a questão cipriota (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). Certas crises na região possibilitaram o início de um conflito entre Grécia e a Turquia, e isso deve-se sobretudo às políticas internas dos países, cujos governos implementam ciclos de tensão nas suas sociedades. Na Turquia o revisionismo foi adotado, significando em refazer o Mediterrâneo Oriental e o Médio Oriente, de acordo com as perceções neotomanas (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). A nova política externa turca passava por disputas de delimitações marítimas, nomeadamente na delimitação das Placas continentais, Zonas Económicas

Exclusivas, águas territoriais, estatuto das ilhas e desmilitarização das ilhas gregas (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). A Turquia procurou a partilhar a soberania e a utilização dos recursos naturais do Mar Mediterrâneo e Egeu.

As ambiguidades entre os países possibilitaram as relações bilaterais e o aumento dos orçamentos de defesa, estabelecendo a Turquia e a Grécia nos Estados com mais gastos de defesa na NATO (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). Por um lado, a Turquia, tem maior facilidade nos seus gastos, devido às preocupações securitárias. Por outro lado, a Grécia, tem gastos mais restritos, visto que ser integrante da União Europeia e as condições demográficas dificultarem o setor militar grego (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). Ambos os países recebem armamento da NATO, contudo ainda com grandes dificuldades, o governo grego investe no seu setor militar, nomeadamente na qualidade, intensificando o estado de incerteza nas relações bilaterais com Ancara (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). As ações turcas não facilitaram o seu opositor, na medida em que viola o espaço aéreo grego, diminuindo a autoridade grega sobre o seu próprio território e gerando maior credibilidade às suas reclamações sobre o Mar Egeu (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). A falta de ação grega, destabiliza o seu governo, pois a sua população percebe as violações do espaço aéreo e a derrota da sua política externa, como uma inabilidade em defender a sua soberania (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). De forma a evitar isso e a dissuadir o revisionismo turco no Mar Egeu, a Grécia terá de disputar com a Turquia e solucionar as contestações à sua soberania. A possível redução no seu orçamento militar, ditaria um enfraquecimento grego nas escalões militares (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). A violação do espaço aéreo grego e a objeção turca, ao estatuto das ilhas gregas no Mar Egeu, facilitarão o governo turco, em futuras negociações, pois será vista como prova para as reclamações da Turquia na região, beneficiando o governo de Ancara (Choulis, Mehrl, e Ifantis 2021). A nível interno, o partido do governo terá mais ganhos do que custos, mesmo com o aumento da despesa militar, visto que irá gerar uma maior confiança na liderança do país.

Os momentos de maior escala militar entre os dois países geraram-se com o envio de embarcações de exploração turcas, acompanhadas por navios de guerra, para áreas marítimas, que fazem parte da Placa Continental da Grécia, gerando uma resposta grega, semelhante (Zachariades 2020). Juntamente com a violação do espaço aéreo grego, a Turquia procura desafiar as demarcações marítimas da ZEE, principalmente na zona de demarcação marítima entre a Grécia e o Egito (Zachariades 2020). Estes fatores fazem parte da conjuntura internacional presente no Mar Mediterrâneo e no Médio Oriente, influenciada pelas descobertas de hidrocarbonetos, Primaveras Árabes, retirada do EUA da região e as relações tensas entre Turquia, Israel e Egito (Zachariades 2020). O acordo de delimitação marítima com

a Líbia, surgiu, como já dito, como meio de contrapor a ZEE da Grécia e das pretensões da sua Placa Continental e ilhas no Mar Egeu (Doğan 2019).

As delimitações marítimas no Mediterrâneo, como já dito, fomentam as tensões e disputas entre os países. Os governos de Ancara sempre se opuseram à aplicação das 12 milhas náuticas como limite para mares fechados e semifechados, devido ao propósito de salvaguardar os seus interesses vitais no Egeu. O objetivo passava pela proteção dos interesses, pois a Grécia reclama as 12 milhas náuticas para as delimitações marítimas, significando um isolamento da costa turca nesse mesmo Mar (Önsoy 2017). Como resposta, os legisladores turcos afirmam que os limites náuticos, reclamados pelo governo grego, não são considerados como lei ou adquiriram um estatuto de direito costumeiro da lei internacional (Önsoy 2017). Deste modo, a Turquia considerou que as delimitações marítimas, no Mar Territorial, nas Zonas Económicas Exclusivas e nas Placas Continentais só podem ser delimitadas através de acordos entre as partes envolvidas, baseados em princípios equitativos (Önsoy 2017). A Turquia não é signatária da convenção do UNCLOS, pois seria uma contradição da política externa, interna e dos objetivos perseguidos. A postura turca passou pela rejeição dos artigos implementados na convenção do UNCLOS, assegurando a não aplicação desses mesmos. A lei das 12 milhas náuticas, não se tornou num direito costumeiro do Direito Internacional, e em caso da sua aplicação, torna-se num abuso de direitos, e por isso não se impõe à Turquia (Önsoy 2017). O governo grego, por si só estabeleceu uma posição diferente. A Grécia impõe 6 milhas náuticas e 12 milhas náuticas no Mar Egeu e nas suas ilhas, porém esta postura promove o continuar da política turca de não abusar da prática grega de aumentar o mar territorial no Mar Mediterrâneo (Önsoy 2017). No que toca à Placa Continental, o governo turco exerce os direitos *ipso facto* e *ab initio*⁴¹, visto que detém direitos de jurisdição da sua área marítima, estabelecidos pelo Direito Internacional, essencialmente na sua costa sul (Önsoy 2017). Esses direitos possibilitaram a atribuição de licenças de exploração e perfuração a empresas estatais turcas, no Mediterrâneo Oriental.

A controvérsia sobre o conflito entre Grécia e Turquia, no Mar Egeu, deveu-se a vários fatores, como já dito, a delimitação das Placas Continentais, espaço aéreo e estatuto e soberania das ilhas gregas (Önsoy 2017). Contudo a contestação surgiu no pós-Primeira Guerra Mundial, que originou o Tratado Lausanne, em 1923, inflamou as tensões entre os dois países. De acordo com este Tratado, a Grécia e a Turquia estariam assegurados, de acordo com o estatuto do Mar Egeu, de uma equidade em todos os domínios. A intenção grega de anexar a ilha cipriota gerou contestação ao status quo criado pelo Tratado, formando novas visões entre os Estados e estabelecendo um impasse político na região (Önsoy 2017). Desde o início, que o governo turco implementou as 12 milhas náuticas no Mar Mediterrâneo, no Mar

⁴¹ Direitos consagrados como direitos naturais, nomeadamente, como Direitos de Estados Soberanos

Negro, mas no Mar Egeu, adotou 6 milhas náuticas, enquanto a Grécia adotou para o Mar Mediterrâneo e Mar Egeu, as 12 milhas náuticas (Önsoy 2017). As águas territoriais são áreas que constituem os territórios marítimos dos países costeiros, podendo exercer a soberania e jurisdição completa. Esses direitos também se aplicam na coluna de água, no leito de água, no subsolo e no espaço aéreo das águas territoriais (Önsoy 2017). Os Estados com ilhas beneficiam dessa mesma soberania que no território continental. Estes fatores, motivam o governo grego na aplicação das 12 milhas náuticas no Mar Egeu, como prática uniforme, mas o governo turco não aceita essa implementação, devido às circunstâncias especiais do Mar Egeu (Önsoy 2017). O possível aumento das águas territoriais gregas, gerou preocupações na Turquia, principalmente em áreas de alto mar. “On the basis of the principle of freedom, high seas can be used by all states, whether coastal or landlocked, in a way to include freedoms such as navigation, overflight, fishing, laying submarine cables and pipelines, marine scientific research, as well as the construction of artificial islands and installations.” (Önsoy 2017, p.311). As preocupações turcas, como já dito, consistem na quantidade de território marítimo que poderia ficar sob a soberania grega, encerrando as possíveis entradas turcas no Mar Egeu e deixando o país sem acesso aos mares altos e ao Mar Mediterrâneo, através das águas territoriais gregas (Önsoy 2017). A falta de acesso turco aos mares altos, restringe o acesso turco no Mar Egeu, podendo gerar novas tensões entre os dois países.

A guerra civil, em território líbio afetou não só a Turquia, mas também a Grécia, visto que o governo grego e o regime de Gaddafi tinham relações cordiais. A queda do regime líbio, deixou um vácuo líbio na política externa grega. A instabilidade política nos seguintes anos, possibilitaram as movimentações gregas em três direções. A primeira passou por respeitar a integridade territorial do país, a transformação da situação securitária e a exclusão de atores no processo de transição política (Ioannou 2021). O governo grego dispôs-se a apoiar o conselho presidencial e a *United Nations Support Mission in Libya*, a UNSMIL, como os principais atores de transição segura do Estado (Ioannou 2021). A segunda direção consistia numa diplomacia económica ativa, assegurando uma parte dos investimentos no desenvolvimento do país pós-guerra e cooperar em setores da educação, defesa, saúde e energia (Ioannou 2021). A terceira significaria uma diplomacia pró-ativa com a União Europeia a nível regional, através do grupo *Med7*⁴², e uma diplomacia trilateral com Estados da região (Ioannou, 2021). Nos últimos anos, verificou-se uma aproximação entre Trípoli e Ancara, porém, ainda existe uma possibilidade de Trípoli estabelecer relações com Atenas, através de negociações bilaterais na delimitação de zonas

⁴² Atualmente, denominado de Med9. É uma aliança de nove países do Mediterrâneo do Sul e da União Europeia, como Croácia, Chipre, França, Grécia, Itália, Malta, Portugal, Eslovénia e Espanha

marítimas mantendo a lei internacional. O governo grego poderá mediar num nível da União Europeia, de modo a ajudar a Líbia nas instituições internacionais, mediando em torno dos atos eleitorais, sem intervenção externa (Ioannou, 2021).

O Chipre é outro ator que se opõe às ambições turcas no Mediterrâneo Oriental. O governo cipriota considerou as descobertas dos hidrocarbonetos e os futuros projetos de transporte dos recursos como meio de estabilizar as relações com o governo turco e com os seus parceiros. Seria necessário obter incentivo para os cipriotas turcos, de modo a gerar um compromisso entre ambas as partes e sem pôr em causa a sua soberania ou reconhecer a República Turca do Chipre do Norte (Tsakiris, Ulgen, e Han 2020). O parceiro deste último, a Turquia exigiu direitos iguais para os seus aliados na atribuição de licenças de exploração, partilha dos lucros e a projeção da construção de um gasoduto para a Turquia, como uma alternativa de exportação do gás natural cipriota (Tsakiris, Ulgen, e Han 2020). O governo turco considerou que as atividades exploratórias no Mediterrâneo Oriental só seriam resumidas, caso existisse o reconhecimento dos direitos soberanos da Turquia no Mar Mediterrâneo. “Hence, from a purely feasibility point of view, Turkey feels reasonably comfortable that neither a Greece-Cyprus-Israel (or, possibly an Italy) deal nor an Egyptian-Israeli-Cypriot trilateral cooperation would create a challenge to its as the most attractive route, and probably market, for the eastern Mediterranean’s gas resources.” (Tsakiris, Ulgen, e Han 2020, p.20).

O governo turco tem contestado as delimitações marítimas do Chipre, e com as descobertas de hidrocarbonetos aumentaram, especialmente com a assinatura de acordos de delimitação marítima, entre os países adversários da Turquia. Anteriormente à celebração de acordos de novas jurisdições marítimas, o Chipre, durante a Guerra Fria, era um dos países do movimento dos não alinhados, recusando a aproximação aos seus vizinhos, como a Grécia (Mallinson, Kanevskiy, e Petasis 2020). A queda da junta militar ateniense na Grécia, gerou aproximações entre os dois Estados, incentivando a criação da *Joint Defence Doctrine*⁴³ (Mallinson, Kanevskiy, e Petasis 2020). Os dois Estados passaram a integrar na NATO, cuja presença dos dois países na Aliança revelou-se importante. Os governos cipriotas e israelitas, em 2010, também tiveram aproximações, confirmado a assinatura de um acordo de delimitação de novas Zonas Económicas Exclusivas. Esta proximidade traduziu-se numa cooperação em acordos bilaterais de teor militar e realização de exercícios militares em conjunto (Tsakiris 2014). Juntamente com a Grécia, formou-se um eixo trilateral, no Mediterrâneo Oriental, revelando-se fundamental a nível geopolítico, para a Grécia e Chipre, devido à estabilidade israelita Israel no Médio Oriente (Tsakiris 2014) A possibilidade de construção de gasodutos entre os Estados do eixo trilateral,

⁴³ Os países celebraram acordos contra um opositor comum, partilhando informações

poderá beneficiar na exportação de recursos energéticos de Israel, especialmente em caso de desequilíbrio no fornecimento interno, quebrando o isolamento israelita na região (Tsakiris 2014). Os três Estados assinaram um *Memorandum of Understanding*, em 2013, garantindo relevância política e ilustrando uma preferência na exportação de gás natural cipriota e israelita (Tsakiris 2014). Ao exportar estes recursos energéticos para a Grécia, o impacto seria significativo na segurança energética grega aumentando a diversificação das importações energéticas, reduziria a dependência grega face ao gás natural russo; limitaria a vulnerabilidade do transporte do gás natural russo, pela Ucrânia⁴⁴ e reforçaria a liberalização do mercado energético, diminuindo os preços para consumo privado e comercial (Tsakiris 2014). O clima político em torno da questão cipriota não beneficiou a reunificação de toda a ilha do Chipre, visto que a Turquia não reconhece o governo oficial da República do Chipre, desde a intervenção militar (Oğurlu 2012).

A assistência fornecida ao governo líbio, surgiu como resposta à exploração e descoberta de hidrocarbonetos na Zona Económica Exclusiva do Chipre e ao plano grego de aumentar a sua jurisdição marítima através das suas ilhas, que poderia confinar a Turquia para a Baía de Antalya (Doğan 2019). A turca consistia em recusar a mesma jurisdição marítima do território continental grego, para as suas ilhas (Doğan 2019). O governo turco procurou cercar o plano grego de aumentar as suas fronteiras marítimas sob as suas ilhas e impor obstáculos à criação de futuros projetos ligando a Grécia e o Chipre (Doğan 2019). Para Ancara, a concretização dos objetivos dos opositores, possibilitariam o cerco ao seu território, pois para o seu governo, a Placa Continental deve ser a base para dividir as águas territoriais, os recursos naturais do Mediterrâneo, e as ilhas não devem ser consideradas na delimitação das Zonas Económicas Exclusivas (Doğan 2019). Essa consideração determinaria na redução da Zona Económica Exclusiva turca no Mar Egeu e no Mediterrâneo Oriental.

A aproximação e a conseqüente celebração dos acordos entre a Turquia e a Líbia, geraram maior cooperação entre os países do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, atraindo novos atores para o contexto do Mediterrâneo Oriental, como a França e a Itália (Doukas 2021). O governo de Ancara procurou cancelar ou evitar qualquer cooperação na construção de gasodutos destinados ao continente europeu, com ligação a países como a Grécia, Chipre, Israel e Egito; pressionar Atenas e Nicósia através de reclamações de soberania sob as suas áreas territoriais; impor restrições às tentativas de exploração energética na região de consórcios com licenças atribuídas pelos seus opositores; tentar obter retorno financeiro da dívida líbia perante as empresas turcas e obter parte das reservas de petróleo e de gás

⁴⁴ No discurso dirigido por Kasoulides, Ministro do Exterior "The Black Sea and The Eastern Mediterranean in Transition, em, critica a posição neutra da Turquia, em torno do conflito na Ucrânia

natural que o Estado líbio detém (Doukas 2021). A possibilidade de a Turquia se tornar demasiado dependente das fontes energéticas da Rússia e Irão, alterando o paradigma de Ancara, motivando uma nova postura turca de tentar eliminar qualquer possibilidade de existir um mercado energético com exportações de gás natural cipriota, israelita e egípcio e maximizar o potencial das reservas petrolíferas da Líbia (Doukas 2021). A Turquia provocou vários desafios na região, com a realização de exercícios navais e aéreos no Mediterrâneo Oriental, atribuiu licenças de exploração a empresas turcas de energia, nas novas jurisdições marítimas, suspendeu a realização de atividades de exploração e perfuração de empresas internacionais, contestando os interesses e direitos israelitas, egípcios, cipriotas, gregos no Mar Mediterrâneo (Doukas 2021).

3.3. A influência externa no Mediterrâneo Oriental

O interesse na Líbia, a emergência do Mediterrâneo Oriental e as disputas com o Chipre e Grécia em torno das Zonas Económicas Exclusivas gerou, como já dito, a adoção turca de uma nova política externa proativa, de modo a proteger os seus interesses e conter os seus opositores. Uma nova posição turca no Médio Oriente e no Norte de Africa, disposta a utilizar os meios militares, como o envio da marinha para áreas marítimas de outros Estados, com o objetivo de explorar os recursos energéticos, fomentando o unilateralismo (Altunışık 2020). Os acordos entre o governo turco e líbio são o grande exemplo da nova política externa turca, demonstrando o unilateralismo de Ancara. Porém o governo líbio não o detém o controlo da costa este do seu país, ainda que tenham acordado em novas jurisdições marítimas (Pierini 2020). A resposta grega refletiu-se num acordo semelhante, mostrando uma menor abertura para a cooperação entre os Estados da região (Pierini 2020). Os países do Mediterrâneo Oriental afirmam desejar um acordo de resolução para os problemas marítimos, mas o governo turco reclama um maior acesso ao Mediterrâneo, proporcional ao seu território continental (Pierini 2020). A ameaça aos interesses turcos, moveu o seu governo contra os meios de excluir a Turquia na participação de remodelar o sistema e de beneficiar dos recursos naturais da região (Saddiki 2020).

Os consequentes governos do partido *Justice and Development Party*, ou AKP, gradualmente redefiniram os interesses regionais, as políticas e alianças da Turquia. A relação com os países vizinhos, tornou-se multidimensional, definida por afinidade cultural, trocas sociais e contactos intensivos diplomáticos, interesses económicos e securitários (Oğurlu 2012). A mobilidade turca na região e a função de ponte entre o Mundo Ocidental e o Médio Oriente, determinou a posição geográfica e geopolítica da Turquia. O governo turco conseguiu criar condições para atingir o objetivo principal na região do Mediterrâneo Oriental, que seria assegurar o papel de ator principal da região (Oğurlu 2012).

A comunidade internacional considerou que a posição turca seria fortalecida através do *soft power*, porém, isso não se refletiu, pois Ancara adotou uma postura de confronto com os atores regionais que tentaram impor obstáculos às suas ambições (Oğurlu 2012). Novos acontecimentos, como as Primaveras Árabes, a situação dos Curdos e a instabilidade e competição a nível interno e externo, formaram uma nova realidade turca, adotando uma política neo-otomana (Mallinson, Kanevskiy, e Petasis 2020). Contudo, a nova política externa da Turquia, ganhou novos opositores dentro da União Europeia, EUA e Rússia, sobretudo com o escalar das tensões no Chipre e na Líbia (Altunışık 2020). O governo turco com esta posição, substituiu a política de “*Zero Problems*” para “*Zero Friends*” (Ghafar 2021). As disputas da Turquia com a Grécia e Chipre, envolveram a NATO, a União Europeia, o EUA e a Rússia (Mallinson, Kanevskiy, e Petasis 2020). A União Europeia herdou economias instáveis e a divisão e ocupação territorial após a integração grega e cipriota na sua organização, originando o dilema da não exclusão dos dois Estados da organização (Mallinson, Kanevskiy, e Petasis 2020). Essa situação poderia denegrir o euro e a reputação da União Europeia. A situação da NATO é semelhante, traduzindo-se na falta de diálogo e cooperação, em torno, da questão cipriota e as reclamações turcas face ao estatuto das ilhas gregas (Mallinson, Kanevskiy, e Petasis 2020). A nova política de Ancara, como já dito, trouxe novos desafios ao seu governo, principalmente a nível relacional com os EUA, NATO e União Europeia (Oğurlu 2012). A nível norte-americano, o grande obstáculo são as tensas relações com Israel, em que o governo norte-americano não tenciona escolher lados, apesar de despoletar de um conflito na região, o seu apoio seria fornecido a Israel (Oğurlu 2012). As limitações das relações com a Aliança e União Europeia passou pelo Chipre e Grécia, em que a NATO não deseja nenhum conflito entre Estados-membros e a União Europeia não quer guerra entre Estados integrantes e candidatos a integrar a organização (Oğurlu 2012). “The other urgent concern of the EU in the Eastern Mediterranean concerns the security and diversification of its gas supply, notoriously a critical issue for the Union due to its growing dependence on a limited number of third parties (especially on Russia).” (Oğurlu 2012, p.11).

A solução para as disputas regionais no Mediterrâneo Oriental, poderá ser traduzida por acordos multilaterais, nomeadamente em torno das fronteiras marítimas e exploração dos hidrocarbonetos (Zachariades 2020). A União Europeia terá um papel vital na região, pois em caso de aplicação de sanções, a Turquia irá ver a imparcialidade europeia danificada, contudo, a não aplicação das sanções, os cidadãos gregos e cipriotas poderão ver reduzida a influência europeia nos seus Estados (Zachariades 2020). A NATO e o EUA, poderão também agir como mediadores. No entanto, a questão cipriota não estando solucionada, será sempre um obstáculo às relações turcas com União Europeia, NATO e EUA (Zachariades 2020). Os Estados deverão procurar amenizar as relações, acertando as fronteiras

marítimas e a exploração de hidrocarbonetos, de forma que sejam exportados a nível internacional gerando um maior lucro económico (Zachariades 2020). A continuação do escalar militar possibilita a construção de gasodutos, entre os opositores turcos, fornecendo o continente europeu (Zachariades 2020).

A descoberta de gás natural no Mar Mediterrâneo potenciou vários projetos de transporte do recurso, principalmente o *Eastern Mediterranean Gas Pipeline*, ou *EastMed*. Este projeto foi promovido por consórcios italianos e franceses, mas seria necessário o apoio israelita, devido à quantidade das reservas necessárias (Tsakiris, Ulgen, e Han 2020). De modo a fornecer as fontes energéticas ao continente europeu, seria fundamental a construção do gasoduto. Estes fatores demonstraram duas possíveis alternativas para o transporte dos recursos energéticos através de território grego. O governo grego incentivou a utilização de gasodutos, aumentando a importância de se tornar num Estado transitivo, ainda que fosse também a favor do uso de gás natural liquefeito de Israel (Tsakiris 2014). A opção do gasoduto passava pelo *Trans-Mediterranean Gas Pipeline*, ou o *Interconnector Israel-Cyprus-Greece*, o *IICG*, porém seria um projeto com algumas dificuldades, nomeadamente a profundidade e distância, visto que partiria de Israel, passando por Chipre e a Ilha de Creta, na Grécia, tendo como último destino a Europa (Tsakiris 2014). O financiamento de consórcios internacionais, e não de empresas locais, o comprometimento dos recursos do gás natural, propunham-se como limitações, pois as descobertas cipriotas e israelitas, não suportam financeiramente os terminais de LNG do Chipre e o *IICG* (Tsakiris 2014). Por fim, o maior obstáculo, consistia na geopolítica, principalmente das reclamações turcas, em torno das delimitações das jurisdições marítimas gregas e cipriotas (Tsakiris 2014). A inclusão do Egito, no projeto, poderia esquivar às limitações geopolíticas, mas devido aos acordos, de 2019, entre a Turquia e a Líbia, essa possibilidade rapidamente colapsou (Tsakiris 2014). Para o governo de Ancara, a construção do gasoduto, significaria um obstáculo à concretização das suas ambições. Porém, em caso de participação turca no projeto, a sua economia beneficiaria, com o fornecimento diversificado, possibilitando o objetivo de se tornar num centro energético (Tsakiris, Ulgen, e Han 2020). O governo turco beneficiaria com boas relações com os países vizinhos e com o Mundo Ocidental. O amenizar das relações com Grécia, Chipre e Israel, resultaria em ganhos, nomeadamente em tornar a Turquia num ator fundamental para o Médio Oriente (Günaydin 2014). A cooperação com estes Estados possibilitaria a manutenção da presença norte-americana na região sem quaisquer limitações (Günaydin 2014).

Capítulo IV. Eastern Mediterranean Gas Forum

4.1. A formação do Eastern Mediterranean Gas Forum

Os países europeus demonstraram grande interesse no Mediterrâneo Oriental, devido às descobertas de novas fontes energéticas. O interesse europeu determinou como objetivo o incentivo à construção de gasodutos na região com a Europa como destino final e a introdução do debate, se a Turquia deveria ser convidada a integrar o *Eastern Mediterranean Gas Forum* (Colombo 2020). A construção de gasodutos planejados entre certos Estados da região necessita da conexão entre todos os campos regionais, de modo a atingir a maximização dos lucros dos projetos. A outra alternativa passaria por recorrer ao transporte do gás natural liquefeito beneficiando também alguns países com essas infraestruturas no Mediterrâneo Oriental. Porém, o gás natural desta região tem alguns obstáculos, como a falta de competitividade em torno dos preços atuais, ou seja, os preços do resto da competição são mais baratos (Colombo 2020). A solução considerada para esse obstáculo consistia na construção de um gasoduto ligando as áreas produtivas entre o Mediterrâneo Oriental e a Europa, possibilitando a redução dos preços de transporte, mas obrigaria a altos investimentos de capital estrangeiro, nomeadamente capital europeu, de modo a tornar o projeto mais competitivo (Colombo 2020). Estes fatores mostraram que a Europa é fundamental para a resolução de questões geopolíticas e energéticas do Mediterrâneo Oriental. Por um lado, aceita o papel turco na região, incluindo o Estado nas matérias energéticas (Colombo 2020). Por outro lado, continua a apoiar as posições contra a Turquia no Mediterrâneo Oriental, podendo exacerbar as tensões com o Estado turco (Colombo 2020).

O *Eastern Mediterranean Gas Forum* surgiu como uma plataforma de cooperação e de políticas de diálogo estruturadas em torno de gás natural, gerando potenciais desenvolvimentos para o mercado regional de gás sustentável (Sukkarieh 2021). A criação desta organização moldou como objetivos, assistir na criação de um mercado regional de gás que possibilitasse os benefícios dos Estados-membros através da segurança de fornecimento e procura, maximizando o desenvolvimento dos recursos e do custo das infraestruturas, preços competitivos e melhoria das relações (Sukkarieh 2021). A organização tinha como segundo objetivo, assegurar a segurança da oferta e procura para os seus membros, maximizar o desenvolvimento de recursos, utilizar com eficiência as infraestruturas existentes e as novas, garantir preços competitivos e a melhoria das relações comerciais (Sukkarieh 2021). O terceiro objetivo passaria por garantir a cooperação, ao criar diálogos estruturados e sistemáticos em torno do gás natural (Sukkarieh 2021). O quarto objetivo tinha como propósito promover um maior entendimento da interdependência e de potenciais benefícios de cooperação, através do diálogo entre os Estados

membros (Sukkarieh 2021). O quinto determinou como função, apoiar os países produtores e os países com reservas de gás, na região, de modo a monetizar as reservas existentes e as futuras, através da cooperação entre eles e Estados transitos e consumistas; utilizar as infraestruturas existentes e desenvolver mais opções (Sukkarieh 2021). O sexto objetivo consistia em ajudar os países consumistas nos seus esforços para assegurar as suas necessidades e juntamente com os Estados transitos, formular políticas de gás na região, de modo a facilitar as parcerias sustentáveis entre os atores principais (Sukkarieh 2021). O sétimo e último objetivo passaria por assegurar a sustentabilidade ambiental da exploração de gás, produção, transporte, construção de infraestrutura e promover a integração de gás natural com outros recursos energéticos renováveis (Sukkarieh 2021).

A organização teve na sua origem o propósito de criar plataformas para o diálogo e facilitar a coordenação, em primeiro lugar, entre os países da região e os vários acionistas, principalmente empresas presentes no Mediterrâneo Oriental, instituições financeiras, potenciais clientes e investidores (Sukkarieh 2021). Criou-se com a meta de facilitar a exploração das reservas de gás natural do Mediterrâneo Oriental, ao potenciar as infraestruturas existentes, encorajar futuras atividades exploratórias, envolver o setor privado e as instituições financeiras, maximizando as capacidades de monetização (Sukkarieh 2021). Porém, apesar do *Eastern Mediterranean Gas Forum* fornecer uma plataforma de combate a obstáculos e dificuldades, coordenando esforços na procura por soluções, a região, necessita de descobertas de vastas quantidades de recursos energéticos, de modo a satisfazer a procura pelas fontes energéticas (Sukkarieh 2021). A nível geopolítico, não incluir Estados na organização, tais como a Turquia, ditará novas limitações, isto é, os países podem coordenar as suas políticas e juntar esforços, explorando potenciais fricções na região (Sukkarieh 2021). Muitos autores consideraram que a cooperação dentro da *Eastern Mediterranean Gas Forum*, não seria possível, devido à exclusão de certos Estados, como a Turquia (İpek e Gür 2022). A inexistência de cooperação ocorre porque os Estados têm tendência para ações unilaterais, da cooperação, em torno das questões marítimas, numa escala regional, ainda que exista fortes incentivos de coordenação marítima (İpek e Gür 2022). De uma perspetiva de governança, o *Eastern Mediterranean Gas Forum*, ao promover padrões internacionais e maximizar os benefícios derivados da exploração de recursos naturais e energéticos, obtém os ganhos máximos (Sukkarieh 2021).

A geopolítica energética, como já dito, é uma das áreas cujos Estados se movimentam de modo a obter acesso ao controlo dos recursos e rotas comerciais. Os Bancos e fornecedores tecnológicos e de serviço, garantiram o seu acesso no setor energético, através de um papel ativo no gás natural global (Gürzel Aka et al. 2022). No entanto, os governos determinaram em não garantir um papel ativo na

criação de mercados, investimento capital, desenvolver e controlar infraestruturas, de modo a aumentar os interesses comerciais e considerações como fatores determinantes nas considerações geopolíticas (Gürzel Aka et al. 2022). Os Estados procuraram assegurar a segurança energética através do fornecimento e reserva de energia para o mercado com preços acessíveis (Gürzel Aka et al. 2022). Juntamente com as *International Oil and Gas Companies*, as *IOC*, promoveram a implementação de políticas energéticas, como a monetização dos recursos e construção de gasodutos (Gürzel Aka et al. 2022). O projeto de gasoduto, *EastMed* é um dos mais visados pela organização, considerado como um “*gamechanger*” na geopolítica do Mar Mediterrâneo, pois poderá facilitar a segurança energética da União Europeia e reforçar a relação estratégica entre Egito, Grécia, Israel e Chipre (Grigoriadis 2022). O trajeto projetado passaria pelo transporte de gás natural israelita, para território grego, através do Chipre e a Ilha de Creta, e por fim o solo italiano, fornecendo o resto dos países da Europa. O projeto do gasoduto *EastMed*, suscitou interesse devido a vantagens, como a capacidade de transporte de gás, ligação à Europa e múltiplos fornecimentos de gás natural (Gürzel Aka et al. 2022). O Mediterrâneo Oriental atraiu a atenção internacional, especialmente de empresas petrolíferas, que promoviam a construção de gasodutos. A existência de infraestrutura de gás natural liquefeito, de outros países, como o Egito, surgiram como alternativas à utilização de gasodutos para a exportação deste recurso energético, mas os gasodutos e os terminais de gás natural liquefeito, requerem estabilidade e esforço na região, principalmente no Mediterrâneo Oriental (Gürzel Aka et al. 2022).

O desenvolvimento dos recursos energéticos requiere a sua exploração e o desenvolvimento de vários projetos de transporte. No entanto, o transporte de gás natural e de gás natural liquefeito é diferente, visto que o gás natural deve ser transportado em curtas distâncias, criando vários mercados energéticos, enquanto o gás natural liquefeito pode ser transportado em longas distâncias (Tziarras 2019). O gasoduto *EastMed* é um dos projetos de exportação dos recursos energéticos, desenvolvido, ao qual Chipre, Israel, Itália e Grécia assinaram um Memorandum para a construção de um gasoduto de gás natural, ligando os mercados *Leviathan*⁴⁵ e europeu (Tziarras 2019). Um projeto, como já dito, que atraiu o interesse da União Europeia, beneficiando de recursos económicos, caso exista a sua construção. Contudo é um projeto que proporciona obstáculos e limitações, a nível económico, devido ao custo de transporte ser mais dispendioso que a competição, gerando um aumento do preço do transporte de unidades de gás natural (Tziarras 2019). Existem também preocupações securitárias, visto que iria satisfazer apenas uma parte das necessidades da organização, enquanto existe um aumento anualmente das necessidades (Tziarras 2019). A nível político existe também algumas dificuldades,

⁴⁵ Um mercado do Mediterrâneo Oriental

nomeadamente a relação da Turquia com alguns dos Estados, como Israel. A relação entre os dois Estados piorou com as visões israelita sobre o genocídio arménio, conflito israelo-árabe e tensões marítimas entre os dois países (Tziarras 2019).

O projeto do *EastMed* é vital para o *Eastern Mediterranean Gas Forum*, mas alguns Estados-membros não o consideram importante para as suas economias, como o Egito. O Egito é o Estado mais interessado na utilização de terminais de gás natural liquefeito, suscitando o interesse europeu nesta alternativa, mesmo dando preferência a construção de gasodutos. Um terminal de LNG do Egito, poderia ficar ligado ao esquema intencionado pela União Europeia, no Mar Mediterrâneo, cuja organização formou a *Euro-Mediterranean Platform for Gas Cooperation*, encorajando o diálogo e a parceria entre a União Europeia e os países do Mediterrâneo do Sul e Oriente (Aydın 2018). Contudo devido a limitações regionais, a realização de um centro de gás na região, não será possível no imediato. A localização e infraestruturas do Egito determina uma importância fundamental para a organização, visto que está localizado entre o continente africano e asiático e detém o controlo de terminais de gás natural liquefeito (İpek e Gür 2022). O governo egípcio tem vastas quantidades de gás natural e considera que o gás natural liquefeito é o mais viável para o enriquecimento económico. As empresas energéticas que desenvolveram a reserva *Aphrodite*, favoreceram também a utilização de terminais de gás natural liquefeito, devido à sua maior atração comercial do ponto de vista da exportação da produção (İpek e Gür 2022).

O Estado israelita é também um dos membros integrantes do *Eastern Mediterranean Gas Forum*. O governo israelita aceitou integrar a organização, como membro fundador, devido ao objetivo de criação de um mercado de gás comum, em torno do Mediterrâneo Oriental, ao coordenar as políticas energéticas dos Estados-membros (Wolfrum 2019). O governo israelita procurou cooperação dentro do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, ao melhorar as relações com alguns dos seus vizinhos, como a Jordânia e Egito, através da colaboração securitária, expansão das relações económicas, normalização e aprofundamento das relações políticas (Wolfrum 2019). A sua integração na organização é importante, devido à ligação com o continente europeu, através de projetos de exportação, como gasodutos, possibilita uma oferta de um maior mercado energético e o colapso do isolamento energético israelita no Médio Oriente, determinando o fim do sentimento de pressão política dos vizinhos do Mundo Árabe, perante Israel (Wolfrum 2019). No entanto, essa hipótese poderá marginalizar os parceiros árabes, integrados na organização e o potencial mercado energético europeu (Wolfrum 2019).

O Mediterrâneo Oriental é uma região com dois *choke points*, o estreito de Bósforo e o Canal do Suez, ambos vitais para o comércio e influencia na Europa, reforçando a importância da região para a

geopolítica e geoeconomia dos países (Tziarras 2019). As descobertas energéticas, no Mar Mediterrâneo, criaram interesses no potencial impacto que poderiam ter nas disputas regionais e de poder, nomeadamente entre a Grécia e Turquia. O território grego está localizado no meio de três continentes e mares importantes, confirmando a sua referência geoestratégica, fundamental para a segurança e comércio do Mar Mediterrâneo (Tziarras 2019). Estes fatores possibilitaram a criação de eixos trilaterais entre a Grécia e os demais parceiros regionais, como Chipre, Israel e Egito. O estabelecimento de relações com estes países, deveu-se ao potencial de exploração de reservas de gás natural no Mediterrâneo Oriental, possibilitando a segurança económica e energética dos países, nomeadamente da Grécia (Tziarras 2019). As descobertas de reservas energéticas ao largo das costas cipriotas, israelita e egípcias, confirmaram as vantagens das parcerias trilaterais com estes Estados, passando a ser vital a construção de gasodutos de gás natural (Tziarras 2019). As dificuldades económicas, mergulharam a Grécia em crises financeiras, enfraquecendo o seu poderio no fornecimento de segurança para toda a região (Tziarras 2019).

4.2. Os projetos de exportação de gás natural

Previamente ao estabelecimento do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, vários países do Mediterrâneo Oriental tiveram aproximações, no que toca às relações políticas e comerciais, cooperando no campo energético. A cooperação e o desejo de exploração dos recursos da região, culminou na formação deste fórum, adquirindo o estatuto de organização internacional em 2021 (Grigoriadis 2022). O maior avanço da organização passou pela transição para uma organização internacional e o seu alargamento, através da formação de parcerias com a indústria energética (Biresselioğlu 2019). A cooperação dos vizinhos da Turquia, fez-se notar após a mudança da sua política externa. Ancara considerou que estes países cooperavam e contribuíam para o isolamento turco no Mar Mediterrâneo, especialmente após a descoberta de hidrocarbonetos, intensificando a sua postura, no Mar Mediterrâneo (Biresselioğlu 2019). Os acordos assinados entre Egito e Israel, as reuniões trilaterais entre Chipre, Grécia e Egito, as sistemáticas atividades exploratórias turcas na região, o fortalecimento das relações entre Israel e os EUA, o apoio da União Europeia fornecido ao Chipre e o envolvimento de consórcios internacionais italianos, franceses e norte-americanos contribuíram para a formação e alargamento da organização (Biresselioğlu 2019). Contudo, estes acontecimentos geraram a exclusão de atores do Mediterrâneo Oriental, como a Turquia, Líbano e Síria do *Eastern Mediterranean Gas Forum* e as tensas relações entre Israel e Turquia (Biresselioğlu 2019). As disputas da Turquia com alguns destes países e a sua intervenção no conflito sírio, geraram o seu afastamento e isolamento (Biresselioğlu 2019). Como

resposta, o governo turco adotou uma postura de convocatória de reuniões bilaterais com Líbia e a República Turca do Chipre do Norte (Bireselioğlu 2019).

As descobertas de recursos energéticos criaram várias parcerias trilaterais que promoveram projetos de gasodutos na região (Grigoriadis 2022). Face à postura turca no Mediterrâneo Oriental, Grécia, Chipre e Israel assinaram um *Memorandum of Understanding*, concebendo um projeto de construção do *EuroAsia Interconnector*, um projeto com entrada projetada em 2025 (Rau, Seufert, e Westphal 2022). Este interconector é um cabo submarino que liga as redes europeias e do Médio Oriente. O governo egípcio, celebrou também um acordo semelhante, ligando as redes energéticas europeia e africana, estabilizando o fornecimento energético regional e diversificando as fontes energéticas, com o objetivo de fornecer o excesso de eletricidade e balançar o fornecimento durante choques energéticos, prevenindo falhas de energia (Rau, Seufert, e Westphal 2022). O *InterAsia Interconnector* é também outro projeto que atraiu o interesse da União Europeia, devido à importância da ligação entre os mercados energéticos, troca energética, competitividade, segurança de fornecimento e expansão das energias renováveis (Rau, Seufert, e Westphal 2022). A ligação da rede energética cipriota é do interesse europeu, devido ao Chipre ser o único Estado membro, que não tem a sua rede ligada à dos outros membros, e que possibilitaria a redução das importações energéticas cipriotas e melhoria a sua economia (Rau, Seufert, e Westphal 2022).

Na última década o consumo de energia nos países da União Europeia, teve uma tendência para diminuição. Essa diminuição deveu-se ao objetivo proposto pela organização de melhorar a eficiência energética, nomeadamente através do desenvolvimento de rotas de transporte para o hidrogénio renovável (Rau, Seufert, e Westphal 2022). Para a União Europeia o objetivo determinado é assegurar a segurança energética, nomeadamente através do fornecimento seguro de fontes energéticas de forma a corresponder à procura regional e o fornecimento contínuo de gás natural para a Europa (Baconi 2017). O parceiro europeu fornecedor de gás natural tem sido a Rússia, devido às suas vastas quantidades de gás natural e aos preços baratos, derrotando a competição (Baconi 2017). Contudo este fornecimento é uma ferramenta “envenenada” pois reduz a segurança energética do continente europeu, especialmente dos países membros da União Europeia (Baconi 2017). A União Europeia adotou políticas de promoção de energias renováveis e explorar outras alternativas de fornecimento e produção europeia. Os Estados membros têm patrocinado o uso de energia renovável e a redução de energia baseada no carbono (Baconi 2017). A longo prazo, a procura pelo gás natural será reduzida devido à utilização de energias renováveis e eficientes, diversificando as fontes energéticas e o seu fornecimento (Baconi 2017). A região do Mediterrâneo Oriental e os seus recursos energéticos poderão ser uma alternativa na

concretização desse objetivo europeu. Da perspectiva europeia, formas sustentáveis de uma economia energética, passaram a ser necessárias, nomeadamente a expansão das energias renováveis, produção de eletricidade verde, expansão de cabos e o potencial de produção e transporte de hidrogénio renovável, poderia obter ganhos económicos (Rau, Seufert, e Westphal 2022). O objetivo da União Europeia é de utilizar o hidrogénio como fonte energética, especialmente o hidrogénio renovável (Rau, Seufert, e Westphal 2022). Apesar de transmitirem obstáculos, estes objetivos poderão ser ultrapassados, através do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, especialmente, a promoção das energias renováveis (Rau, Seufert, e Westphal 2022). A organização tem como objetivo maximizar o potencial comercial e energético, diminuindo, ao mesmo tempo, os riscos securitários da instabilidade regional. A presença de outros Estados nesta organização é viável, nomeadamente a França e a Itália, porém a Turquia não é membro integrante da organização (Rau, Seufert, e Westphal 2022). A Turquia, um dos Estados principais da região, não integrou a organização, devido à desconfiança dos vizinhos e aos objetivos determinados no isolamento turco no Mar Mediterrâneo (Grigoriadis 2022).

De forma a fornecer o continente europeu de gás natural da região do Mediterrâneo Oriental, os Estados-membros do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, projetaram, como já dito, a construção de um gasoduto denominado de *EastMed*, que suscitou o interesse da Comissão Europeia. A construção do gasoduto possibilitaria um novo comprador viável, sob a forma da União Europeia, encorajando o desenvolvimento de recursos que poderiam ficar congelados (Baconi 2017). A assinatura de acordos pré assinados com alguns parceiros regionais, permite angariar maior investimento para a construção do gasoduto, considerando os benefícios comerciais, visto que seria tão competitivo como o transporte de LNG norte-americano e a nível técnico teria poucas consequências no que toca à situação geográfica (Baconi 2017). As limitações e dificuldades consistiam em certificar, a nível económico, se existia competição com o gás natural liquefeito dos EUA e a nível político, a existência da possibilidade de construção do gasoduto (Baconi 2017). A opção do gasoduto *EastMed*, no Mediterrâneo Oriental, é viável, apesar da menor quantidade de gás natural, em relação ao gás natural russo. Porém pode ter um papel suplementar, pois seria suficiente para limitar a pressão e vantagem política da Rússia contra os seus parceiros da Europa, nomeadamente em momentos de crise (Troulis 2019).

A União Europeia importou sempre mais de metade da energia que consome, em que vários Estados-membros estão dependentes de apenas um fornecedor de recursos energéticos (Tziarras 2019). Essa dependência tornou a União Europeia, mais vulnerável a qualquer quebra no fornecimento, seja por conflitos geopolíticos, disputas políticas e comerciais e falhas de infraestrutura (Tziarras 2019) Porém

com novos recursos e novas fontes de fornecimento de energia para o mercado energético europeu, significaria o fim da dependência face ao gás natural russo.

O projeto Poseidon é outra opção para o transporte de gás natural russo para a Europa (Deniozos, Vlado, e Chatziniolaou 2019). Este projeto com acesso a fundos europeus, envolvendo Itália, Grécia e Turquia, facilitaria o transporte de gás natural do Mediterrâneo Oriental e da Rússia. A concretização deste projeto beneficiaria a segurança energética do continente europeu, especialmente a Europa do Sul, no entanto a União Europeia e os EUA não consideraram o seu uso como uma opção viável (Deniozos, Vlado, e Chatziniolaou 2019). A causa, seria o aumento da dependência face ao gás natural russo, contrário aos objetivos da segurança energética e diminuição das importações europeias de gás natural russo. O *South Stream*⁶⁶ seria outro potencial projeto que poderia aumentar a importância da Grécia como centro energético europeu, porém teriam de ser construídos outros gasodutos como *Trans Adriatic Pipeline*⁶⁷ e o *Turkish Stream* (Deniozos, Vlado, e Chatziniolaou 2019). Estes projetos aumentariam a importância da Europa do Sul e dos países balcânicos, pertencentes à União Europeia (Deniozos, Vlado, e Chatziniolaou 2019). Um centro energético entre Grécia e a Turquia, geraria benefícios económicos para os dois países, visto que a União Europeia e a Rússia, iriam se tornar dependentes dos dois Estados (Deniozos, Vlado, e Chatziniolaou 2019). Contudo, a preferência para a construção do gasoduto de destaque da organização, chocou com as ambições energéticas e geopolíticas da Turquia no Mediterrâneo Oriental, reduzindo ao mesmo tempo, a dependência de gás natural russo (Deniozos, Vlado, e Chatziniolaou 2019). Os Estados envolvidos neste projeto, procurarão conceber projetos evitando a rotas envolvendo o território turco com o propósito da construção de gasodutos ligando os Estados pertencentes ao *Eastern Mediterranean Gas Forum*, ou utilizar gás natural liquefeito, transportando através de tanques e utilizando infraestruturas e terminais de LNG (Deniozos, Vlado, e Chatziniolaou 2019).

Os EUA é outro dos atores interessados nos recursos energéticos do Mediterrâneo Oriental, especialmente com a Turquia e Israel. Os interesses norte-americanos passam por assegurar a segurança energética dos aliados europeus, evitar a militarização e disputas na região, manter a Turquia como parceira e aliada ao Mundo Ocidental e ter participação no mercado energético europeu (Al-Zawawy 2021). De modo a manter a sua presença na região, empresas norte-americanas como a ExxonMobil e Noble Energy, adquiriram licenças de exploração e perfuração em águas cipriotas, atribuídas pelo governo do Chipre, assegurando uma aliança energética entre Israel, Grécia e Chipre, juntamente com

⁶⁶ Um gasoduto cancelado, que ligaria a Rússia, à Bulgária, através do Mar Negro

⁶⁷ No discurso de Fragogiannis, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, na Conferência "Southeast Europe & East Med: New strategies, New Perspectives" with the title "Greece as a Pillar of Stability in the Eastern Mediterranean", em 2019, o governo grego apoiou este projeto energético

outras empresas europeias, o que permitiu a possível criação de um centro energético no Mediterrâneo Oriental (Al-Zawawy 2021). Um dos objetivos norte-americanos, seria como já dito, a manutenção da Turquia como um país aliado, porém a recente aproximação da Turquia à Rússia, determinou a aproximação norte-americana à Grécia, utilizando as bases navais e militares gregas, de modo a tentar convencer a Turquia a retomar as boas relações com o Mundo Ocidental (Al-Zawawy 2021). Previamente à descoberta de hidrocarbonetos no Mediterrâneo Oriental, existiu uma ausência norte-americana da região, permitindo a presença francesa no Mediterrâneo Oriental. A posição da França resultou no apoio a alguns dos países da região, como a Grécia e Chipre, mas forçou, de certo modo, os acordos bilaterais entre a Turquia e a Líbia (Al-Zawawy 2021). A nova posição norte-americana tinha como objetivo principal, conter a influência russa e reduzir a dependência europeia face ao gás natural russo (Al-Zawawy 2021). A possibilidade, norte-americana e europeia, de obter parte dos recursos energéticos do Mediterrâneo Oriental, poderia debilitar a economia russa visto que o Estado russo iria ficar sem o principal comprador do recurso energético (Al-Zawawy 2021). A debilidade económica russa resultaria na contenção da sua expansão de influência no continente europeu.

A importância dos EUA no Mediterrâneo Oriental é importante, traduzindo-se na adoção de papel de mediador entre os Estados da região. O papel de mediador possibilita o fortalecimento da segurança física e económica dos seus aliados, a integração da região nos mercados globais e assegura a segurança e proteção dos cidadãos e empresas norte-americanas (Zemach 2016). A União Europeia, como já dito, tem também interesse na região, especialmente quando esta organização tem relações próximas com vários Estados do Mediterrâneo Oriental. A proximidade com os países, servirão como veículos de coordenação e cooperação, definindo interesses e reduzir conflitos em torno da matéria energética (Zemach 2016). Os benefícios europeus, poderão ser substanciais, como a fiabilidade e acesso a fontes energéticas e menos dependência aos hidrocarbonetos russos (Zemach 2016). O *Eastern Mediterranean Gas Forum* poderá gerar a integração do gás regional, coordenar e cooperar entre os Estados, porém é um projeto com várias limitações, como riscos de mercado associados com os projetos financeiros, problemas associados à tarifa e ao fornecimento, problemas técnicos, riscos ambientais e riscos associados ao Médio Oriente, nomeadamente a insegurança, estabelecimento de rede legal e riscos políticos num clima geopolítico instável da região (Zemach 2016).

Os esforços regionais de conter a influencia e posição turca, tem sido apoiado por grande parte da comunidade internacional, especialmente os EUA. Um Estado, como já dito, com grande interesse na região, de modo a diversificar as fontes energéticas e formar um centro geoestratégico para conter crises (Özdemir 2020). Como já dito, a sua presença tem se refletido através das suas empresas e parcerias

estabelecidas com os governos israelita e cipriota, abolindo o embargo de venda de armamento ao governo cipriota; fortalecimento de novas alianças na região e diminuição da dependência europeia de gás natural russo (Özdemir 2020). O governo norte-americano também não reconhece os novos limites marítimos impostos pela Turquia, patrocina os esforços exploratórios na Zona Económica Exclusiva do Chipre e apoia projetos que tendem a evitar os direitos turcos e dos cipriotas turcos (Özdemir 2020). A União Europeia tem também apoiado fortemente as posições gregas e dos cipriotas gregos, estabelecendo uma parceria fortíssima com os EUA e contribuindo para o isolamento turco no Mediterrâneo Oriental (Özdemir 2020). Desde 2018, a União Europeia tem se oposto às posições e ações turcas, em áreas legítimas do Chipre, criticando as ações do mesmo (Özdemir 2020). O conflito entre Israel e Palestina e as disputas entre Israel e Líbano, geram outras limitações à concretização de projetos energéticos (Aydın 2018).

A Turquia, enquanto Estado pode ser considerado como um Estado insular, localizado entre complexos de segurança regional, como a Europa, Médio Oriente e Ásia Central, participando em todos esses complexos (İpek e Gür 2022). A abordagem turca perante o Chipre e a Grécia, substituiu um antigo processo de de-securitização, na qual transformou o seu papel de ator militar para a regionalização, procurando a cooperação regional e a interdependência económica (İpek e Gür 2022). A resposta turca, à sua exclusão do *Eastern Mediterranean Gas Forum* passou pela celebração de acordos de delimitação marítima e cooperação defensiva com o governo líbio e pela adoção da doutrina *Blue Homeland*, porém, a posição turca alinhou a União Europeia e outras organizações internacionais, à Grécia e Chipre (Christofis 2022). A União Europeia criticou o governo turco, impondo sanções à exploração de gás e petróleo em águas territoriais de membros da União Europeia (Christofis 2022). O projeto do *EastMed* sofreu com os acordos celebrados entre o governo turco e líbio, especialmente na delimitação marítima, em que vários países do Mediterrâneo Oriental consideraram este acordo ilegal, pois as novas jurisdições marítimas, sobrepunham-se às Zonas Económicas Exclusivas de países, como a Grécia (Özşahin e Çakmak 2022).

Previamente à celebração do Tratado de Lausanne, na conferência de paz de Paris, as potências aliadas e o império otomano assinaram o Tratado de Sèvres, em 1920, cujo acordo, estabeleceu que certos Estados como a Grécia, adquiriram territórios significativos na província de Anatólia, na Turquia. (Xypolia 2021). Este tratado foi considerado como uma derrota para a Turquia, na qual o seu líder, Mustafa Kemal de modo a recuperar os territórios perdidos, reorganizou o exército, aboliu o governo do Sultão e liderou a guerra de independência da Turquia, culminando na assinatura do Tratado de

Lausanne⁴⁸. (Xypolia 2021). Neste tratado, a Turquia recuperou alguns dos territórios perdidos e estabeleceram-se os territórios continentais e marítimos da Turquia e Grécia. (Sfetas 2015). O conflito no Mar Egeu, intensificou-se com a crise da ilha cipriota, após a tentativa de um golpe de Estado da junta militar grega de depor o líder cipriota, Makarios (Sfetas 2015). A tentativa de golpe de Estado falhou, juntamente com disputa sob direitos petrolíferos no Mar Egeu, gerando a discordância sobre os artigos estabelecidos no Tratado de Lausanne (Sfetas 2015). A disputas no Mar Egeu resultam de problemas nacionais, como a soberania, Placa Continental, espaço aéreo, águas territoriais, reservas petrolíferas e Zonas Económicas Exclusivas (Sfetas 2015).

⁴⁸ O artigo 1 do Tratado de Lausanne, de 1923, determina o estabelecimento da paz entre o Império Britânico, França, Itália, Japão, Grécia e Turquia

Conclusão

Esta investigação teve como objetivo perceber a posição turca no Mediterrâneo Oriental, no que toca à disputa dos recursos energéticos, e de como a assinatura do *Memorandum of Understanding* entre o governo turco e o governo líbio, intensificou essa disputa, com a pergunta de investigação formulada da seguinte maneira: *De que modo os acordos assinados entre a Turquia e a Líbia fomentaram a disputa dos recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental*. Para responder à pergunta de investigação, a dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos, que demonstram a descoberta de recursos energéticos no Mar Mediterrâneo, a assinatura do *Memorandum of Understanding*, em 2019, entre o governo turco e o governo líbio, a criação do *Eastern Mediterranean Gas Forum* e fornecem as bases teóricas.

O primeiro capítulo consiste na aplicação do modelo teórico-conceitual do Neorealismo na investigação. A Teoria procura explicar a existência de conflitos mundiais, cooperação internacional e a formação de alianças entre os Estados. O modelo teórico divide-se no realismo ofensivo e defensivo, cujas teorias assumem a anarquia no centro das suas explicações. Para as teorias, o objetivo principal dos Estados é a sua sobrevivência, reinando a incerteza num sistema internacional anárquico. A incerteza determina a competição pela segurança e pela maximização de poder.

Os realistas ofensivos consideram que a segurança internacional é escassa, forçando os Estados a adotar estratégias ofensivas, devido ao receio que impera nos países. A implementação de políticas ofensivas origina ações expansivas e militares, de modo a estabelecer fronteiras ou prevenir potenciais ataques. A competição pela sobrevivência, está ligada ao controlo dos recursos. Quando existe escassez de recursos, os países irão competir para assegurar o seu controlo. Os Estados quando competem pelos recursos, demonstram desconfiança e egoísmo, visto que os países ambicionam ter os recursos que os outros Estados detêm. A estratégia passa pela maximização de poder, de modo a obter o máximo número de recursos, assegurando o domínio e a hegemonia.

O capítulo um também reflete que a competição existe, porque não existe uma autoridade hegemónica que previna conflitos ou divida os recursos pelos países. Para o realismo ofensivo, os Estados mais importantes num sistema são as grandes potências, visto que estão constantemente à procura de poder. A guerra é o principal instrumento para obter poder. A manipulação e chantagem podem substituir a guerra como meio para obter relativos sob um opositor, nomeadamente concessões. A Turquia adotou políticas de modo a assegurar a sua segurança, contestando as delimitações marítimas, declarando unilateralmente novas jurisdições marítimas, envio de frotas navais para áreas marítimas de países vizinhos. O *Memorandum of Understanding* entre a Turquia e a Líbia, intensificou as disputas com

os outros Estados, gerando incerteza e receio. A celebração dos acordos demonstrou a desconfiança em torno da partilha dos recursos da região, fomentando a competição por eles. O governo turco não considerou que a cooperação com os outros Estados, beneficiasse o seu Estado, pois tinha sido excluído de organizações e do planeamento de possíveis infraestruturas de transporte e exportação dos recursos. Com o *Memorandum of Understanding*, o governo de Ancara, procurou utilizar a chantagem e a manipulação, de modo que os países do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, realizassem concessões, fazendo com que os possíveis gasodutos, pudessem atravessar as novas delimitações marítimas da Turquia.

O segundo capítulo demonstra a descoberta dos recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental, nomeadamente na Zona Económica Exclusiva do Chipre, originando uma maior atividade de exploração e perfuração, nas áreas marítimas de outros Estados da região, especialmente no Egito, Israel e Grécia. As novas fontes energéticas na região resultariam no desenvolvimento das economias locais, através da construção de infraestruturas que possibilitasse a exportação dos recursos energéticos. Porém, como ficou demonstrado, os recursos energéticos intensificaram as tensões numa região com várias disputas. De modo a maximizar o potencial das descobertas energéticas, surgiram opções de exportação energética, ainda que se impusessem certas limitações. Várias opções foram consideradas, no entanto a construção de um gasoduto com destino o continente europeu, recebeu maior preferência. Contudo a Turquia seria sempre o obstáculo principal ao desenvolvimento energético, dos países da sua região. Desde início, que o governo turco contestou a descoberta de fontes energéticas na Zona Económica Exclusiva do Chipre, visto que não a reconhece, exigindo a resolução da questão cipriota, e a partilha dos recursos entre a população cipriota de origem grega e a população cipriota de origem turca. O governo turco também celebrou vários acordos de delimitação marítima com a República Turca do Chipre do Norte, originando a atribuição de licenças de exploração a empresas energéticas estatais da Turquia, em áreas marítimas reclamadas pelo governo cipriota turco. A postura turca, influenciou a posição cipriota, em que o seu governo continuou a praticar as mesmas ações, pois apenas estaria a exercer os seus direitos naturais, enquanto Estado soberano e reconhecido pela Comunidade Internacional.

Neste capítulo, como já dito, as questões políticas, têm sido as grandes limitações para a maximização dos recursos energéticos. As disputas têm sido em torno das delimitações marítimas, adotadas unilateralmente ou por acordos bilaterais. De acordo com a Convenção do *UNCLOS*, as jurisdições marítimas terão de ter em conta a definição das Placas Continentais, a delimitação das Zonas Económicas Exclusivas e os regulamentos das ilhas. A convenção defende o direito de exploração dos recursos marítimos, por parte dos países, mas é fundamental delimitar as Zonas Económicas Exclusivas,

de modo a explorar, conservar e gerir os recursos naturais. As críticas turcas, em torno dos limites e reconhecimento das fronteiras marítimas, geraram contestação da Comunidade Internacional. Por fim, este capítulo também demonstrou que os recursos energéticos, suscitaram o interesse de atores externos como a União Europeia e os EUA. As posições destes atores, aliados aos países da região, como o Chipre e Grécia, determinou o afastamento turco do Mundo Ocidental e o seu isolamento no Mediterrâneo Oriental.

O capítulo três consiste na assinatura do *Memorandum of Understanding* entre a Turquia e a Líbia, que intensificou as disputas marítimas no Mediterrâneo Oriental. Este Memorandum seria o principal exemplo da nova doutrina da Política Externa turca, a doutrina *Blue Homeland*, que consistia em aumentar a presença e influência da Turquia no Mar Mediterrâneo, no Mar Egeu e no Mar Negro, através de meios diplomáticos e militares. Neste capítulo, é refletido que a Turquia realizou exercícios militares e navais, tentando influenciar os seus opositores regionais e enviou embarcações de exploração, acompanhadas de navios de guerra para Zonas Económicas Exclusivas de outros países. As ações turcas criaram vários impasses na região, destabilizando as organizações que integra, como a NATO.

Como refere o capítulo três, o governo turco pôs em prática a sua política unilateral no Mar Mediterrâneo, especificamente no território líbio. O Estado líbio, acabou por ser o parceiro principal de Ancara, na região, devido à sua situação política. A Líbia não tem uma estabilidade política no seu país, devido aos conflitos internos que perduram desde o fim do regime de Gaddafi. As Primaveras Árabes geraram um movimento de libertação política e de democratização da Líbia. Contudo, o regime continuou a reprimir violentamente, a sua população, gerando contestação internacional, em que foi acionada a resolução 1973 da Organização das Nações Unidas. Esta resolução detinha como objetivo, a proteção dos cidadãos líbios, implementando quaisquer medidas possíveis para esse propósito. Após o falhanço da aplicação das sanções, o uso da força, foi recorrido, lançando uma operação militar no território líbio. Contudo a campanha militar da NATO, foi altamente criticada, nomeadamente pela Turquia, devido à substituição dos seus objetivos iniciais, e à inexistência de um plano para o futuro político da Líbia. O pós-guerra na Líbia, resultou em divisões políticas e territoriais do país, gerando novos confrontos e conflitos internos. A divisão líbia facilitou a influência e intervenção turca no seu país, à qual o governo líbio, necessitava para assegurar a sua sobrevivência. Este capítulo também destaca que a Turquia não é o único Estado com influência e intervenção no território líbio, visto que o Egito, também tentou estabelecer a sua presença na Líbia. A Turquia tinha motivações económicas, pois necessitava de retomar os seus investimentos na Líbia, e de responder às delimitações marítimas dos Estados do Mar Mediterrâneo. A intervenção turca, ficou assim demonstrada na assinatura do *Memorandum of*

Understanding, que se dividiu em dois acordos. O primeiro na delimitação de novas fronteiras marítimas entre a Turquia e a Líbia. O segundo na cooperação defensiva entre os dois Estados. As novas jurisdições marítimas intensificaram as disputas com a Grécia e Egito, pois, sobrepujaram-se às suas Zonas Económicas Exclusivas. Os motivos ideológicos também estiveram presentes na intervenção turca, visto que, o governo líbio, tem influência da Irmandade Muçulmana, um grupo apoiado por Ancara. Destaca-se deste capítulo os motivos geopolíticos do papel turco, em território líbio. A assinatura dos acordos com o governo líbio e a delimitação das novas fronteiras marítimas, preveniam a possível construção de um gasoduto no Mediterrâneo Oriental, sem o consentimento turco. É uma contrarresposta por parte da Turquia, ao seu isolamento na região e ao que considera, um plano para redesenhar as fronteiras no Mediterrâneo Oriental.

A adoção da doutrina *Blue Homeland* está ligada, à implementação de uma política interna e externa, denominada de Neo-Otomana, uma política mais nacionalista e conservadora. Esta implementação tinha como propósito, o afastamento ao Mundo ocidental e a aproximação da Turquia, aos seus vizinhos no Médio Oriente, enfatizando o conceito de solidariedade muçulmana e o conceito transnacional de *Ummah*, a Comunidade Muçulmana. Esta nova política interna, gerou um maior fervor nacional em torno da sua herança e tradição, descrito como motivo de orgulho, para os muçulmanos da Turquia, renascendo o legado otomano. É de destacar, neste capítulo, que o governo turco substituiu uma política liberal de *Soft power*, denominada de “*Zero Problems*”, para uma política de *Hard Power*, usando meios, incluindo a força, para garantir os seus interesses e objetivos. A nova Política Externa da Turquia passou a ser criticada pelo Ocidente, visto que os confrontos geopolíticos, envolveram a NATO e a União Europeia. O capítulo demonstra ainda que a Turquia é essencial, para combater a dependência face ao gás natural russo, e para a diversificação energética do continente europeu, porém as duas organizações devem agir como mediadores em acordos de estipulação das fronteiras marítimas.

O quarto capítulo reflete a criação do *Eastern Mediterranean Gas Forum* que surgiu como uma plataforma de cooperação energética. Uma organização que possibilita desenvolvimentos do mercado regional de gás sustentável. O objetivo de cooperação energética seria também com empresas energéticas, presentes no Mediterrâneo Oriental, instituições financeiras, e investidores. O propósito da colaboração seria facilitar a exploração de reservas de gás natural, potenciar as infraestruturas existentes, encorajar futuras atividades exploratórias, maximizando as capacidades de monetização. Contudo a organização não incluiu estados da região em que se enquadra, nomeadamente, a Turquia. A exclusão de atores importantes poderá ditar diferentes coordenações em torno das políticas marítimas, e intensificar as disputas regionais. A não integração da Turquia, nesta organização, determinou essas

circunstâncias, em que o governo turco procura implementar políticas unilaterais, acusando o *Eastern Mediterranean Gas Forum*, de procurarem cooperação, no entanto, promovem o isolamento turco.

Os Estados-membros desta organização, conceberam vários projetos de transporte e exportação de gás natural. O projeto *EastMed* é um dos gasodutos visados pela organização, devido à possibilidade de se tornar num “*gamechanger*” para a geopolítica da região, podendo facilitar a segurança energética regional e da União Europeia. Contudo, a assinatura do *Memorandum of Understanding* entre a Turquia e a Líbia, afetou a construção do *EastMed*, visto que o trajeto do gasoduto, iria atravessar as novas delimitações marítimas da Turquia.

Este capítulo reflete que a criação de eixos trilaterais e o alargamento do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, suscitou o interesse europeu, devido à possibilidade de diversificação das fontes energéticas. A União Europeia moldou como objetivos a diminuição do consumo energético, optando por uma maior eficiência energética; e promoveu o uso de energia renovável. Os EUA são outro ator interessado na conceção desta organização, visto que poderá facilitar a concretização dos objetivos norte-americanos, como a segurança energética da Europa, a integração da região nos mercados globais e a proteção das suas empresas e cidadãos.

Em suma é possível concluir que o *Memorandum of Understanding* entre a Turquia e Líbia intensificaram as disputas em torno dos recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental, na medida em que previamente aos acordos, os recursos energéticos tinham gerado tensões e disputas em torno do seu controlo. A descoberta energética, fomentou ainda mais as tensas relações da Turquia e alguns dos seus vizinhos como Israel, em que o incidente de Mavi Marmara, originou o afastamento entre os dois Estados. O colapso do governo de Irmandade Muçulmana, no Egito, piorou as relações entre a Turquia e o Egito, visto que, o governo turco, tem ligações à irmandade Muçulmana, um grupo opositor ao novo governo egípcio. As constantes violações do espaço aéreo grego, e o destacamento da marinha para o Mar Egeu e para a ZEE do Chipre, motivou críticas por parte da Grécia e do Chipre, afastando a Turquia dos parceiros ocidentais. A aproximação entre o governo turco e o líbio, possibilitou a reformulação de novas fronteiras marítimas no Mediterrâneo tendo como consequência a celebração de novas jurisdições marítimas entre dois dos opositores da Turquia, a Grécia e o Egito. A nova Política Externa turca e as suas estratégias ofensivas geraram a intensificação da cooperação energética entre os seus vizinhos, culminando na formação do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, incentivados por atores externos como a União Europeia e os EUA. Estes dois atores externos necessitam de cooperação energética no Mediterrâneo Oriental, de modo a assegurar a segurança energética e reduzir as importações energéticas da Rússia. Essa influência externa fez-se notar, através da disponibilização de fundos para a construção

de infraestruturas de exportação de gás natural para a Europa, incentivando a adoção do unilateralismo turco. A possível construção de gasodutos, apesar de intensificar as disputas regionais, no futuro pode ser uma opção a considerar para os países europeus concretizarem os seus objetivos energéticos, fornecendo a Europa de gás natural do Mediterrâneo, e reduzir a importação de gás natural russo.

Deste modo, é visível que a disputa pelos recursos energéticos, aumentou a controvérsia e a competição entre a Turquia, os vários países da região, e outros atores externos, como a UE e os EUA, resultando no afastamento da Turquia, do Ocidente, e a aproximação aos vizinhos na região do Médio Oriente. Verifica-se que as políticas ofensivas da Turquia surgiram de pressões externas e da sua ambição em obter os recursos energéticos, tentando assegurar a hegemonia regional, o que fomentou ainda mais a disputa por fontes energéticas, respondendo assim à Pergunta de Investigação formulada no início da investigação.

Bibliografia

Fontes Primárias

Address by the Minister of Foreign Affairs of the Republic of Cyprus Mr. Ioannis Kasoulides at the International Conference “The Black Sea and Eastern Mediterranean in Transition: Energy Geopolitics, Security and Development in a Changing World Order” (Nicósia, 9.06.22). Disponível em: [9 June 2022 - Address by Foreign Minister Kasoulides, The Black Sea and Eastern Mediterranean in Transition - MFA](#) (consultado a 7/10/22)

Agreement between the Government of the Hellenic Republic and the Government of the Arab Republic of Egypt on the delimitation of the exclusive economic zone between the two countries. 2020. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/56237/Part/I-56237-080000028058a22f.pdf> (consultado a 5/09/2021)

Agreement between the Government of the State of Israel and the Government of the Republic of Cyprus on the delimitation of the exclusive economic zone. 2010. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%202740/v2740.pdf> (consultado a 5/09/2021)

Agreement between the Government of the State of Israel and the Government of the Republic of Cyprus on cooperation in the fields of renewable energy and energy efficiency. 2011. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%202936/Part/volume-2936-I-51063.pdf> (consultado em 7/10/2022)

Agreement between the Republic of Cyprus and the Arab Republic of Egypt on the delimitation of the exclusive economic zone. 2003. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%202488/Part/volume-2488-I-44649.pdf> (consultado a 5/09/2021)

Agreement on bilateral cooperation in industrial research and development between the Government of the Republic of Cyprus and the Government of the State of Israel. 2011. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/53987/Part/I-53987-080000028048d52f.pdf> (consultado em 7/10/2022)

Intergovernmental Agreement between the Republic of Cyprus and the Arab Republic of Egypt concerning a Direct Submarine Natural Gas Pipeline. 2018, Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/56114/Part/I-56114-08000002805706fc.pdf> (consultado em 7/10/22).

Framework Agreement between the Government of the Republic of Cyprus and the Government of the Arab Republic of Egypt concerning the Development of Cross-Median Line Hydrocarbons Resources. 2013. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/56113/Part/I-56113-080000028057089c.pdf> (consultado em 7/10/22).

Memorandum of Understanding between the Government of the Republic of Turkey and the Government of National Accord-State of Libya on delimitation of the maritime jurisdiction areas in the Mediterranean. 2019. Disponível em: <https://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/Turk>

[ey_11122019_%28HC%29_MoU_Libya-Delimitation-areas-Mediterranean.pdf](#) (consultado a 5/09/2021).

Resolution 186 (1964) / [adopted by the Security Council at its 1102nd meeting], of 4 March 1964. Disponível em: https://www.mfa.gr/images/docs/kypriako/un_sc_resolution_186_1964.pdf (consultado em 7/10/22).

Resolution 541(1983) / adopted by the Security Council at its 2500th meeting, on 18 November 1983. Disponível em: https://www.mfa.gr/images/docs/kypriako/un_sc_resolution_541_1983.pdf (consultado em 7/10/22)

Speech of Deputy Minister of Foreign Affairs K. Fragogiannis at the Conference "Southeast Europe & East Med: New strategies, New Perspectives" with the title "Greece as a Pillar of Stability in the Eastern Mediterranean" (Washington, 19.11.2019). Disponível em: [Speech of Deputy Minister of Foreign Affairs K. Fragogiannis at the Conference Southeast Europe East Med: New strategies, New Perspectives with the title "Greece as a Pillar of Stability in the Eastern Mediterranean" \(Washington, 19.11.2019\). - Announcements - Statements - Speeches \(mfa.gr\). \(consultado a 7/10/22\)](#)

Treaty of Peace, signed at Lausanne, July 24. 1923. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/data/Kutuphane/MultilateralConventions/lozan-baris-antlasmasi.pdf> (consultado em 7/10/22)

United Nations Convention on the Law of the Sea. 1982. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf (consultado a 5/09/2021)

Fontes Secundárias

Adar, Sinem, Ilke Toygür, e Stiftung Wissenschaft Und Politik. 2020. "Turkey, the EU and the Eastern Mediterranean Crisis: Militarization of Foreign Policy and Power Rivalry". <https://doi.org/10.18449/2020C62>.

Ak, Gökhan. 2014. "Sovereign British Bases On Cyprus and Their Impacts On The Maritime Delimitation In The Eastern Mediterranean". *Alternatives: Turkish Journal of International Relations* 13 (4). <https://doi.org/10.21599/atjir.01231>.

Altunışık, Meliha Benli. 2014. "Turkey as an 'Emerging Donor' and the Arab Uprisings". *Mediterranean Politics* 19 (3): 333–50. <https://doi.org/10.1080/13629395.2014.959761>.

Altunışık, Meliha Benli. 2020. "The New Turn in Turkey's Foreign Policy in the Middle East: Regional and Domestic Insecurities", 22.

Al-Zawawy, Muhammad Soliman. 2021. "What Biden May Bring to the Eastern Mediterranean Region". *Insight Turkey* 23 (Winter 2021): <https://www.insightturkey.com/>. <https://doi.org/10.25253/99.2021231.3>.

- Axt, Heinz-Jürgen. 2021. "Troubled Water in the Eastern Mediterranean. Turkey Challenges Greece and Cyprus Regarding Energy Resources". *Comparative Southeast European Studies* 69 (1): 133–52. <https://doi.org/10.1515/soeu-2021-2006>.
- Ayata, Bilgin. 2015. "Turkish Foreign Policy in a Changing Arab World: Rise and Fall of a Regional Actor?" *Journal of European Integration* 37 (1): 95–112. <https://doi.org/10.1080/07036337.2014.975991>.
- Aydın, Mustafa. 2018. "Search for a Regional Order", 162.
- Baconi, Tareq. 2017. "HOW THE EU CAN SUPPORT A REGIONAL GAS HUB IN THE EASTERN MEDITERRANEAN", 18.
- Bartrop, Richard. 2019. "Oil and Gas in a New Libyan Era: Conflict and Continuity". Oxford Institute for Energy Studies. <https://doi.org/10.26889/9781784671303>.
- Biresselioglu, Mehmet Efe. 2019. "Clashing Interests in the Eastern Mediterranean: What About Turkey?" *Insight Turkey* 21 (4). <https://doi.org/10.25253/99.2019214.07>.
- Blake, Gerald. 1982. "The 1982 UN Convention on the Law of the Sea and the Eastern Mediterranean", 14.
- Choulis, Ioannis, Marius Mehrl, e Kostas Ifantis. 2021. "Arms Racing, Military Build-Ups and Dispute Intensity: Evidence from the Greek-Turkish Rivalry, 1985-2020". *Defence and Peace Economics*, junho, 1–26. <https://doi.org/10.1080/10242694.2021.1933312>.
- Christofis, Nikos. 2022. "Securitizing the Aegean: De-Europeanizing Greek–Turkish Relations". *Southeast European and Black Sea Studies* 22 (1): 83–100. <https://doi.org/10.1080/14683857.2022.2027679>.
- Colombo, Edited Silvia, e Nicolò Sartori. 2016. "The OSCE's Contribution to Energy Governance in the Mediterranean Region", 83.
- Colombo, Matteo. 2020. "Political Opportunities and Financial Hazards in the Eastern Mediterranean", 5.
- Danforth, Nicholas. 2021. "A Mediterranean Duel: Erdogan, Sisi and the Fate of Egyptian-Turkish Relations", 11.
- Demiryol, Tolga. 2019. "Between Security and Prosperity: Turkey and the Prospect of Energy Cooperation in the Eastern Mediterranean". *Turkish Studies* 20 (3): 442–64. <https://doi.org/10.1080/14683849.2018.1534204>.
- Deniozos, Nikolaos, Charis Vlado, e Dimos Chatzinikolaou. 2019. "Energy Economy In the Era of “New Globalization”: The Case Of The Balkans and Greece". *International Journal of Economics and Management Studies* 6 (9): 10–19. <https://doi.org/10.14445/23939125/IJEMS-V6I9P102>.
- Doğan, Göknil Erbaş. 2019. "Navigating into Troubled Waters: Turkey's Foreign Policy in 2019" 50: 9.
- Doukas, Dimitrios I. 2021. "Energy Analytics: From Data Acquisition to Data-Driven Business Models". *Em Aspects of the Energy Union*, editado por Michalis Mathioulakis, 299–320. Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-55981-6_14.

- Eissler, Eric R, e Gözde Arasıl. 2014. "Maritime Boundary Delimitation in the Eastern Mediterranean: A New Conflict between Cyprus, Turkey, Greece and Israel?" *The RUSI Journal* 159 (2): 74–80. <https://doi.org/10.1080/03071847.2014.912809>.
- Ellinas, Charles. 2019. "East Med Gas: The Impact of Global Gas Markets and Prices", 7.
- Eriksson, Mikael. 2016. "A Fratricidal Libya: Making Sense of a Conflict Complex". *Small Wars & Insurgencies* 27 (5): 817–36. <https://doi.org/10.1080/09592318.2016.1208794>.
- Fahmy, Walid. 2020. "The Conundrum of Delimitation of Maritime Boundaries in the Eastern Mediterranean: The Greece-Egypt Agreement in the Face of Turkey-Libya Agreement", 29.
- Fasanotti, Federica Saini. 2017. "Libya: A Nation Suspended between Past and Future", 11.
- Fouad, Khaled. 2020. "DRIFT INTO THE UNKNOWN: WHY IS THE SITUATION IN THE EASTERN MEDITERRANEAN FLARING UP?", 29.
- Geunwook Lee, Gerald. 2002. "To Be Long or Not to Be Long—That Is the Question: The Contradiction of Time-Horizon in Offensive Realism: John J. Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics* (New York: Norton, 2001)." *Security Studies* 12 (2): 196–217. <https://doi.org/10.1080/09636410212120013>.
- Ghafar, Adel Abdel. 2021. "Between Geopolitics and Geoeconomics: The Growing Role of Gulf States in the Eastern Mediterranean", 27.
- Grigoriadis, Ioannis N. 2014. "Energy Discoveries in the Eastern Mediterranean: Conflict or Cooperation?" *Middle East Policy* 21 (3): 124–33. <https://doi.org/10.1111/mepo.12087>.
- Grigoriadis, Ioannis N. 2022. "Between Escalation and Détente: Greek-Turkish Relations in the Aftermath of the Eastern Mediterranean Crisis". *Turkish Studies*, junho, 1–19. <https://doi.org/10.1080/14683849.2022.2087509>.
- Grigoriadis, Ioannis N, e Lennart T Belke. 2020. "UNCLOS and the Delimitation of Maritime Zones in the Eastern Mediterranean", 8.
- Grigoriadis, Ioannis N, e Constantine Levoyannis. 2021. "Winds of Change in the Eastern Mediterranean: Between Hydrocarbons and Renewable Energy Geopolitics", 13.
- Günaydın, Elif Burcu. 2014. "Turkey's Potential Role in the Emerging South-Eastern Mediterranean Energy Corridor", 21.
- Gürel, Ayla, e Laura Le Cornu. 2014. "Can Gas Catalyse Peace in the Eastern Mediterranean?" *The International Spectator* 49 (2): 11–33. <https://doi.org/10.1080/03932729.2014.906799>.
- Gürzel Aka, Aylin G., Aslıhan Engin Bozoglu, Isbandiyar Hashimov, e Afet Pulhan. 2022. "The 'New Great Game' in the Eastern Mediterranean". *Israel Affairs* 28 (1): 16–27. <https://doi.org/10.1080/13537121.2022.2017133>.
- Hamilton, Eric J., e Brian C. Rathbun. 2013. "Scarce Differences: Toward a Material and Systemic Foundation for Offensive and Defensive Realism". *Security Studies* 22 (3): 436–65. <https://doi.org/10.1080/09636412.2013.816125>.
- Ioannou, Yiannis. 2021. "A fresh start for Greece-Libya relations: A view from Nicosia", 9.

- İpek, Pınar, e V. Tibet Gür. 2022. "Turkey's Isolation from the Eastern Mediterranean Gas Forum: Ideational Mechanisms and Material Interests in Energy Politics". *Turkish Studies* 23 (1): 1–30. <https://doi.org/10.1080/14683849.2021.1925884>.
- İŞeri, Emre, e Panagiotis Andrikopoulos. 2013. "Energy Geopolitics of the Eastern Mediterranean: Will Aphrodite's Lure Fuel Peace in Cyprus?", 12.
- Jackson, Ronald L., Darlene K. Drummond, e Sakile Camara. 2007. "What Is Qualitative Research?" *Qualitative Research Reports in Communication* 8 (1): 21–28. <https://doi.org/10.1080/17459430701617879>.
- Joffé, George. 2011. "The Arab Spring in North Africa: Origins and Prospects". *The Journal of North African Studies* 16 (4): 507–32. <https://doi.org/10.1080/13629387.2011.630881>.
- Joffé, George. 2020. "Libya: The New Geopolitical Arena". *The Journal of North African Studies* 25 (5): 681–88. <https://doi.org/10.1080/13629387.2020.1790110>.
- Johnson, Kevin, Alex Ross, e Endy Zemenides. 2015. "Natural Gas in the Eastern Mediterranean: The Coal and Steel of the 21st Century?", 20.
- Karbuş, Sohbet, e Luca Baccarini. 2017. "MAY COOPERATION OR SOURCE OF TENSIONS?" . . MAY, 6.
- Kardaş, Şaban. 2020. "Turkey's Libya Policy: Militarization of Regional Policies and Escalation Dominance". *China International Strategy Review* 2 (2): 325–36. <https://doi.org/10.1007/s42533-020-00060-w>.
- Khan, Shahid N. 2014. "Qualitative Research Method - Phenomenology". *Asian Social Science* 10 (21): p298. <https://doi.org/10.5539/ass.v10n21p298>.
- Kısacık, Sina. 2020. "How Will The Existing And Probable Eastern Mediterranean Energy Security Parameters Affect The Eurasian And Aegean Sea Energy Geopolitics In The 21St Century?", 21.
- Köse, Talha, e Bilgehan Öztürk. 2020. "A Sea of Change in the MENA Region: External Intervention in Libya". *Insight Turkey*, novembro, 113–38. <https://doi.org/10.25253/99.2020224.08>.
- Levy, Jack S. 2008. "Case Studies: Types, Designs, and Logics of Inference". *Conflict Management and Peace Science* 25 (1): 1–18. <https://doi.org/10.1080/07388940701860318>.
- Mallinson, William, Pavel Kanevskiy, e Aris Petasis. 2020. "Then Is Now, but the Colours Are New: Greece, Cyprus and the Evolving Power Game between the West, Russia and Turkey in the Eastern Mediterranean". *Journal of Balkan and Near Eastern Studies* 22 (3): 306–32. <https://doi.org/10.1080/19448953.2020.1739878>.
- Manoli, Panagiota. 2020. "Economic Linkages across the Mediterranean: Trends on trade, investments and energy", 20.
- Mearsheimer, John J, e W W Norton. 2001. "Mearsheimer's World— Glenn H. Snyder Offensive Realism and the Struggle for Security", 26.
- Megerisi, Tarek. 2020. "Geostrategic Dimensions of Libya's Civil War", n.o 37: 10.
- Merz, Fabien. 2020. "Trouble with Turkey in the Eastern Mediterranean". *Application/pdf*, 4 p. <https://doi.org/10.3929/ETHZ-B-000452228>.

- Murinson, Alexander. 2012. "Turkish Foreign Policy in the Twenty-First Century", 35.
- Oğurlu, Ebru. 2012. "Rising Tensions in the Eastern Mediterranean: Implications for Turkish Foreign Policy", 15.
- Önsoy, Murat. 2017. "Latin America-Turkey Relations: Reaching Out to Distant Shores of the Western Hemisphere". Em *Turkish Foreign Policy*, editado por Pınar Gözen Ercan, 237–58. Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-50451-3_12.
- Oral, Ferhan. 2021. "IS THE CRISIS IN THE EASTERN MEDITERRANEAN ABOUT ENERGY OR SOVEREIGNTY?", 29.
- Örmeci, Ozan, e Sina Kisacik. 2020. "Cutting the Gordian Knot: Turkish Foreign Policy Towards Cyprus During AK Party Era (2002-2020)". *Studia i Analizy Nauk o Polityce*, n.o 1 (junho): 21–64. <https://doi.org/10.31743/sanp.9838>.
- Özdemir, Çağatay. 2020. "The United States-Backed Containment of Turkey in the Eastern Mediterranean". *Insight Turkey*, junho, 111–26. <https://doi.org/10.25253/99.2020222.08>.
- Özertem, Hasan Selim. 2016. "Turkish Foreign Policy and the Energy Bonanza in the Eastern Mediterranean". *Journal of Balkan and Near Eastern Studies* 18 (4): 361–74. <https://doi.org/10.1080/19448953.2016.1195983>.
- Özşahin, M. Cüneyt, e Cenap Çakmak. 2022. "Between Defeating “the Warlord” and Defending “the Blue Homeland”: A Discourse of Legitimacy and Security in Turkey’s Libya Policy". *Cambridge Review of International Affairs*, junho, 1–24. <https://doi.org/10.1080/09557571.2022.2089545>.
- Pierini, Marc. 2020. "Turkey's Labyrinthine Relationship with the West. Seeking a Way Forward", 12.
- Proedrou, Filippos. 2021. "A Geopolitical Account of the Eastern Mediterranean Conundrum: Sovereignty, Balance of Power and Energy Security Considerations". *Cambridge Review of International Affairs*, março, 1–18. <https://doi.org/10.1080/09557571.2021.1897088>.
- Prontera, Andrea, e Mariusz Ruszel. 2017. "Energy Security in the Eastern Mediterranean". *Middle East Policy* 24 (3): 145–62. <https://doi.org/10.1111/mepo.12296>.
- Quamar, Md. Muddassir. 2020. "Turkey and the Regional Flashpoint in Libya". *Strategic Analysis* 44 (6): 597–602. <https://doi.org/10.1080/09700161.2020.1841098>.
- Ratner, Michael. 2016. "Natural Gas Discoveries in the Eastern Mediterranean", 18.
- Rau, Moritz, Günter Seufert, e Kirsten Westphal. 2022. "The Eastern Mediterranean as a Focus for the EU’s Energy Transition: Deep-Rooted Enmities and New Opportunities for Cooperation between Greece, Turkey and Cyprus". <https://doi.org/10.18449/2022C08>.
- Rehman, Aziz Ur, e Zafar Abbas. 2016. "Mediterranean Sea Struggle between Turkey and Greece and Its Implications for the Existence of NATO and the Way Forward", 17.
- Rubin, Aviad, e Ehud Eiran. 2019. "Regional Maritime Security in the Eastern Mediterranean: Expectations and Reality". *International Affairs* 95 (5): 979–97. <https://doi.org/10.1093/ia/iiz146>.
- Ruble, Isabella. 2015. "EU Energy Security Through Supply Diversification: Do Natural Gas Reserves in the Eastern Mediterranean Present A Viable Option?", 4.

- Saddiki, Said. 2020. "The New Turkish Presence in North Africa: Ambitions and Challenges", 8.
- Sahin, Omer, Mustafa Pala, Asım Balbay, Fevzi Hansu, e Hakan Ulker. 2015. "Energy Profile of Siirt". *Em Energy Systems and Management*, editado por Ali Nezihi Bilge, Ayhan Özgür Toy, e Mehmet Erdem Günay, 315–24. Springer Proceedings in Energy. Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-16024-5_30.
- Savoldi, Francesca, Giacomo Orsini, e Basil Germond. 2020. "Waves of Contention: Framing the Complexity of Unresolved EU Maritime Boundary Disputes". *Territory, Politics, Governance*, dezembro, 1–15. <https://doi.org/10.1080/21622671.2020.1852957>.
- Sfetas, Spyridon. 2015. "The Legacy of the Treaty of Lausanne in the Light of Greek-Turkish Relations in the Twentieth Century: Greek Perceptions of the Treaty of Lausanne". *Balkanica*, n.o 46: 195–218. <https://doi.org/10.2298/BALC1546195S>.
- Stamatopoulos, Thrasyvoulos. 2021 "The Role of Turkey in the Eastern Mediterranean Conflict Zone";, 13.
- Stanič, Ana, e Sohbet Karbuz. 2021. "The Challenges Facing Eastern Mediterranean Gas and How International Law Can Help Overcome Them". *Journal of Energy & Natural Resources Law* 39 (2): 213–47. <https://doi.org/10.1080/02646811.2020.1816739>.
- Stergiou, Andreas. 2017. "Energy Security in the Eastern Mediterranean". *International Journal of Global Energy Issues* 40 (5): 320. <https://doi.org/10.1504/IJGEI.2017.086842>.
- Stergiou, Andreas. 2017b. "Energy Wealth as Peace and Democracy Incentive: The Eastern Mediterranean Case". *Em Democracy and an Open-Economy World Order*, editado por George C. Bitros e Nicholas C. Kyriazis, 257–68. Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-52168-8_16.
- Stocker, James. 2012. "No EEZ Solution: The Politics of Oil and Gas in the Eastern Mediterranean". *The Middle East Journal* 66 (4): 579–97. <https://doi.org/10.3751/66.4.11>.
- Sukkarieh, Mona. 2021. "The East Mediterranean Gas Forum: Regional Cooperation Amid Conflicting Interests", 18.
- Taliaferro, Jeffrey W. 2001. "Security Seeking under Anarchy: Defensive Realism Revisited". *International Security* 25 (3): 128–61. <https://doi.org/10.1162/016228800560543>.
- Tanriverdi, Abdullah. 2013. "Eastern Mediterranean Natural Gas: Analyzing Turkey's Stance", 17.
- Taş, Hakkı. 2020. "The Formulation and Implementation of Populist Foreign Policy: Turkey in the Eastern Mediterranean". *Mediterranean Politics*, outubro, 1–25. <https://doi.org/10.1080/13629395.2020.1833160>.
- Toft, Peter. 2005. "John J. Mearsheimer: An Offensive Realist between Geopolitics and Power". *Journal of International Relations and Development* 8 (4): 381–408. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jird.1800065>.
- Troulis, Markos. 2019. "Faculty of Turkish Studies and Modern Asian Studies National and Kapodistrian University of Athens", 17.
- Tsakiris, Theodoros, Sinan Ulgen, e Ahmet K Han. 2020. "FEUTURE Online Paper No. 22", n.o 22: 39.

- Tsakiris, Theodoros. 2014. "Greece and the Energy Geopolitics of the Eastern Mediterranean", 28.
- Tziarras, Zenonas. 2019. "TheNewGeopolitics of the Eastern Mediterranean: Trilateral Partnerships and Regional Security".
- Valeriano, Brandon. 2009. "The Tragedy of Offensive Realism: Testing Aggressive Power Politics Models". *International Interactions* 35 (2): 179–206. <https://doi.org/10.1080/03050620902864493>.
- Winrow, Gareth M. 2016. "The Anatomy of a Possible Pipeline: The Case of Turkey and Leviathan and Gas Politics in the Eastern Mediterranean". *Journal of Balkan and Near Eastern Studies* 18 (5): 431–47. <https://doi.org/10.1080/19448953.2016.1196012>.
- Wolfrum, Stefan, e Stiftung Wissenschaft Und Politik. 2019. "Israel's Contradictory Gas Export Policy: The Promotion of a Transcontinental Pipeline Contradicts the Declared Goal of Regional Cooperation". SWP Comment. <https://doi.org/10.18449/2019C43>.
- Xypolia, Iliia. 2021. "Imperial Bending of Rules: The British Empire, the Treaty of Lausanne, and Cypriot Immigration to Turkey". *Diplomacy & Statecraft* 32 (4): 674–91. <https://doi.org/10.1080/09592296.2021.1996711>.
- Yayla, Ahmet S. s.d. "Erdogan's Libyan Adventure: Turkey, Russia, Gas Pipelines and Missiles", 5.
- Yilmaz, Sait, e Muzaffer Ertürk. 2020. "Oil Geopolitics of Libya and Turkey" 9 (8): 16.
- Yorulmazlar, Emirhan, e Ebru Turhan. 2015. "Turkish Foreign Policy towards the Arab Spring: Between Western Orientation and Regional Disorder". *Journal of Balkan and Near Eastern Studies* 17 (3): 337–52. <https://doi.org/10.1080/19448953.2015.1063805>.
- Yüksel, Engin. 2020. "Turkey's Approach to Proxy War in the Middle East and North Africa". *Security and Defence Quarterly*, dezembro. <https://doi.org/10.35467/sdq/130916>.
- Zachariades, Alexandros. 2014. "The Crisis in the Eastern Mediterranean and the Need for US Leadership", 14.
- Zemach, Shaul. 2016. "Toward an Eastern Mediterranean Integrated Gas Infrastructure?", 16.